

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIA EDITH MAROCA DE AVELAR RIVELLI DE OLIVEIRA

LETRAS DE MEMÓRIA: O INDÍGENA COMO CRONÓTOPO DA NARRATIVA DO PASSADO NO PERÍODO IMPERIAL, DOS ESTUDOS HISTÓRICOS AO ROMANCE INDIANISTA DE JOSÉ DE ALENCAR (1820-1870).

Mariana

2011

MARIA EDITH MAROCA DE AVELAR RIVELLI DE OLIVEIRA

LETRAS DE MEMÓRIA: O INDÍGENA COMO CRONÓTOPO DA NARRATIVA DO PASSADO NO PERÍODO IMPERIAL, DOS ESTUDOS HISTÓRICOS AO ROMANCE INDIANISTA DE JOSÉ DE ALENCAR (1820-1870).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Miranda Mollo.

Mariana

2011

O4821

Oliveira, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de.

Letras de memória [manuscrito] : o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar (1820-1870) / Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira - 2011.

103f.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Miranda Mollo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Historiografia - Teses. 2. Literatura brasileira - História e crítica - Teses. 3. Indianismo (literatura) - Teses. 4. Espaço e tempo na literatura - Teses. 5. Alencar, José de, 1829-1877 - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 020.26(08)(91)

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Helena Miranda Mollo (orientadora) – UFOP

Prof. Dr. Emílio Maciel – UFOP

Prof. Dr. Luís Estevam de Oliveira Fernandes – UFOP

Profa. Dra. Rebeca Gontijo Teixeira – UFRRJ

RESUMO

Inserindo-se no debate atual sobre a formação da cultura histórica brasileira, no século XIX, este trabalho estuda as relações entre a construção da memória nacional, as letras e o indígena, no período imperial. É nosso objetivo demonstrar que, no momento de constituição de uma cultura histórica nacional (1820 a 1870), as letras nacionais assumiram a responsabilidade de construir a memória histórica, apresentando como resultado a elaboração de um cronótopo tempo histórico local (Gumbrecht): o cronótopo do indígena, que se tornaria a chave de leitura e organização do passado nacional.

Esta dissertação pretende por em evidência o processo de desenvolvimento deste cronótopo, desde o momento projetivo até a consolidação do mesmo pelas narrativas históricas. Ao final pretendemos que se torne clara a importância do cronótopo do indígena como referencial de historicidade eleito pelas letras imperiais, ferramenta de interpretação e organização do passado e artefato de consolidação da cultura histórica nacional no período.

Nesse intuito, aqui serão avaliados textos de história da literatura, projetos historiográficos, ensaios de etnografia e romances históricos, num corpus selecionado qualitativamente entre os autores e textos mais importantes do período e cujos trabalhos se guiam ostensivamente no sentido de colaborar na narrativa histórica. A partir deste recorte vertical nos debates e textos que discutem a presença dos indígenas na história nacional brasileira, pretendemos destacar a importância do tema para a cultura histórica do período, como também a relevância dos romances de Alencar como colaboradores na construção de uma memória nacional.

Indianismo – memória histórica – cronótopo do indígena – cronótopo tempo histórico – cultura histórica

ABSTRACT

Entering in the current debate about the forming of a historical culture in Brazil, at the nineteenth century, this dissertation studies the relationships between the construction of national memory, the writing works and the indigenous in the imperial period. It is our goal to demonstrate that at the time of formation of a cultural history for the nation (between 1820 and 1870), the national writers assumed responsibility for the construction of memory, presenting as results the development of a specific historical chronotope for national purposes: the chronotope of the Indigenous, who become the key to reading and organizing the national past.

This work aims to highlight the process of developing this chronotope, from the time of initial projects until such time that the chronotope is consolidated by historical narratives. At the end we want to make clear the importance of this chronotope as a reference of Brazilian historicity elected by imperial intelligentsia, and as a tool of interpretation and organization of the past and consolidation of national historical culture in the period.

On this purpose, we will evaluate together texts on the history of literature, projects for narrate the nation's history, ethnographic essays and historical novels, in a qualitatively selection of the textual corpus, picking up among the most important authors and texts of the period and whose works are guided ostensibly to collaborate in historical narrative. From a vertical cut in the debates and texts that discuss the presence of Indians in the Brazilian national history, we intend to highlight the importance of the issue to the historical culture of the period, as well as the relevance of José de Alencar's novels as collaborators in the construction of a national memory.

Indianism – historical memory – the chronotope of the indigenous – historical chronotope – historical culture

Agradecimentos:

Momento da in-gratidão por excelência (sempre esqueceremos alguém), aqui nos propomos a retribuir – sem garantias de sucesso – a contribuição sempre insofismável dos seres e instituições sem os quais nosso trabalho não se realizaria.

Início por agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFOP pela seriedade e respeito com que nos recebe. Vai se tornando raro o compromisso entre a Instituição e o aluno e mais raro ainda a atenção daquela para com a humanidade do mesmo. As Ciências Humanas vão caminhando para o apagamento do humano no sentido institucional, em favor de práticas de produção em ritmo de esteira de rolamento.

Há que agradecer a bolsa de estudos oferecida pela PROPP, sem a qual não seria possível a realização dessa dissertação.

Aos professores do Programa em geral, pelas disciplinas oferecidas e o debate e acessibilidade que muito enriqueceram este trabalho e minha formação.

Um agradecimento especial à minha orientadora, profa. Helena Mollo, admirável pela associação entre uma grande competência e um sentido de generosidade e compromisso com o aluno que são hoje extremamente raros. A ela minha gratidão, admiração e respeito, eternos.

Várias e generosas contribuições pelos amigos da Comunidade virtual da Literatura (o grupo Litteratura no yahoo groups), que fundamos despretensiosamente em 2001 e prossegue, dez anos depois, ativo e prolífico. Agradeço aos professores doutores Jefferson Cano, a saudosa Maria Consuelo Cunha Campos e Lúcia Helena entre tantos que me enviaram material, comentários e incentivo.

Devo à profa. Maria Cecília Bruzzi Boechat o desafio de rever os indígenas de Alencar, a partir de suas aulas e textos na UFMG em 2003. Espero que este trabalho responda a contento as questões colocadas naquele momento.

Agradeço a generosidade e incentivo do prof. Silvano Santiago, grande influência nesse repensar Alencar.

Agradeço aos meus familiares, pela paciência infinita e confiança inabalável.

Às pessoas que ajudaram de maneiras (e em tempos diferentes) a dividir o fardo e a vida e a amenizar a loucura de viver no passado e entender melhor os mortos que os vivos: Pedro, irmão intelectual; Manu, alavanca de Arquimedes e Beto, apoio fundamental nessa jornada.

Ao Zé Luis Vila Real, pela acolhida, o incentivo e a amizade, tão preciosos e generosamente ofertados.

Por último um agradecimento ao prof. Leopoldo Comitti, eterna referência.

SUMÁRIO

Introdução: A memória pelas letras	07
Capítulo I – Construir a memória da Nação: projetos e paradigmas.	15
1.1 - Narrar o índio e a nação.	17
1.2 - Um lugar para o índio.	18
1.3 - Ferdinand Denis e a grandeza do Brasil.	24
1.4 - Gonçalves de Magalhães e a visão nacional.	29
1.5 - Von Martius e as civilizações européias na história filosófica de um país mesclado.	35
1.6 - José de Alencar e a literatura como narrativa da história.	40
1.7 - A literatura a serviço da memória: As <i>Cartas sobre a Confederação dos tamoios</i>	41
1.8 - A “Benção paterna”: historiador do passado e profeta do futuro.	44
Capítulo II – O sangue e a luz: a difícil inserção do indígena na memória nacional.	47
2.1 – O indígena como axioma dos estudos históricos no IHGB (1840-1870).	49
2.2- O indígena brasileiro e a história antiga do Brasil.	53
2.3- Novas entradas e bandeiras: as representações dos indígenas.	56
2.4 - Varnhagen e a impossibilidade de uma história indígena.	58
2.5 - Gonçalves Dias e a catequese indígena.	60
2.6 - Gonçalves de Magalhães: “Os índios brasileiros perante a história”.	63
2.7 - O índio no tempo, no espaço, na história e na literatura.	66
2.8 - Reelaborar a história pela literatura: o indianismo histórico de José de Alencar.	69
Conclusão: Uma memória para as letras	83
Bibliografia	88
Fontes	89
Bibliografia	91

INTRODUÇÃO:
A MEMÓRIA PELAS LETRAS

Por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os todos numa mesma crença; seus pensamentos se harmonizam, e para um só fim tendem. Cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada doutras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satélites; ela contém, e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contem, e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito, e o pensamento mais intimo de sua época, é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos. A Literatura abrangendo grande parte de todas as ciências, e Artes, e sendo ela só filha, e representante moral da civilização, é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua historia geral, ou particular, e jamais perder-se de vista a idéia predominante do século, luminoso guia na indagação, e coordenação dos fatos, sem o que a historia é nula e sua missão iludida.

(Gonçalves de Magalhães: Ensaio sobre a história da literatura no Brasil)

Introdução: a memória pelas letras.

Inserindo-se no debate atual sobre a formação da cultura histórica¹ brasileira, no século XIX, este trabalho estuda as relações entre a construção da memória nacional, as letras e o indígena, no período imperial. É nosso objetivo demonstrar que, no momento de constituição de uma cultura histórica nacional (1820 e 1870), as letras nacionais assumiram a responsabilidade de construção da memória, apresentando como resultado a elaboração de um cronótopo tempo histórico local: o cronótopo do indígena, que se tornaria a chave de leitura e organização do passado nacional. Esta dissertação pretende demonstrar o processo de desenvolvimento deste cronótopo, desde o momento projetivo até a consolidação do mesmo pelas narrativas históricas. Ao final pretendemos demonstrar a importância do cronótopo do indígena como referencial de historicidade eleito pelas letras imperiais como ferramenta de interpretação e organização do passado e artefato de consolidação da cultura histórica nacional no período.

O cronótopo do indígena tem seu período de atuação entre as décadas de 1820-1870, caracterizando-se de maneira aproximada ao o cronótopo tempo histórico de Gumbrecht². Nesse momento os estudos da história do Brasil se centram na representação do ameríndio no passado nacional, não só como delimitador temporal, como pela caracterização da nacionalidade e por dar sentido à nossa experiência histórica. A partir da sua presença no passado podíamos traçar uma linha de desenvolvimento qualitativo dirigindo a um futuro promissor. O índio representava, por um lado, um passado ao qual teríamos superado. Por outro, as diferenças entre nós demonstravam nosso “destino” de superação e criavam possibilidades de aprendizado (*história magistrae vitae*) e projeções para o futuro.

Essa perspectiva – que é o que define o cronótopo do indígena – foi um importante construto do período imperial e artefato essencial da narrativa histórica no período. Para demonstrá-lo aqui serão avaliados textos de história da literatura, projetos historiográficos, ensaios de etnografia e romances históricos, num corpus selecionado qualitativamente entre os autores e textos mais importantes do período e cujos trabalhos se guiam ostensivamente no sentido de colaborar na narrativa histórica.

Nosso recorte se define pela questão que nos ocupa. Neste período se verificaria a associação entre narrativa histórica e a presença do indígena, para onde quer que se olhe e a variedade de gêneros textuais da amostragem que aqui trazemos exemplifica a onipresença do assunto e da discussão, no período. Assim, nossa amostragem é variada em termos de gêneros

¹ Os conceitos de cultura histórica, memória histórica e consciência histórica, aqui utilizados, são aqueles encontrados em Rüsen (2007).

² Valdeir Araujo nos informa que o cronótopo tempo histórico, caracterizado por Gumbrecht, surge no período entre 1780-1830, devido à *historicização de amplas camadas da realidade, acompanhadas do processo de narrativização, responde à crise de consciência provocada pela multiplicação das representações. Ao serem colocadas no interior de uma narrativa histórica essas diferenças são explicadas como momentos evolutivos de uma mesma identidade. O indivíduo pode assumir o papel de sujeito de sua própria história, sobrecarregando-se com as demandas por transformação e realização de um futuro utopicamente constituído.* (ARAUJO: 2006, 319)

textuais, justamente para demonstrar essa onipresença. Essa profundidade e abrangência justificarão a modesta intenção deste trabalho, que não se propõe a esgotar o tema, senão demonstrar sua viabilidade como hipótese explicativa. Pretendemos como já dito, apontar para a existência de um processo de consolidação da cultura histórica pela conformação do cronótopo do Indígena. Ou seja, ao final deste trabalho pretendemos ter demonstrado a validade de nossa afirmativa: de que no momento de fundação dos estudos históricos brasileiros o grande produto tenha sido um cronótopo tempo histórico próprio que estamos denominando de cronótopo do indígena.³

Nosso trabalho se referenda pelos estudos atuais da história da historiografia em que os temas da constituição de uma cultura histórica nacional, o desenvolvimento da especificidade da história, a formação de um corpus de estudiosos da história e principalmente a ênfase nos estudos do indígena, por parte destes tem sido tema de importantes trabalhos.

Há que lembrar do pioneiro estudo de Manuel Luís Salgado Guimarães sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1988) quando se deixou de pensar a intelligentsia nacional como mera portadora de “idéias fora do lugar”. Essa referência ao conceito clássico de Roberto Schwarz (2001) remete à suposta incapacidade dos intelectuais nacionais de pensar a realidade a partir de um molde próprio, apenas repetindo, ou adaptando de maneira canhestra, as ideologias recebidas da Europa.⁴

A noção de idéias fora do lugar, bem como a de dependência cultural, foram importantes na segunda metade do século XX, tendo perdido capacidade explicativa na atualidade. E os avanços dos atuais estudos sobre a intelectualidade nacional, no século XIX, foram importantes colaboradores nesse sentido. A partir dos estudos de história da historiografia, produzidos nas últimas décadas, pudemos perceber que a capacidade adaptativa de nossos pensadores foi de suma importância para iniciar uma reflexão local; e o que se criava aqui era tão consistente ou coerente quanto o que se produzia na Europa.

A este respeito citamos, entre outros, Manuel Luís Salgado Guimarães e Temístocles Cezar e seu esforço por demonstrar a construção de um corpus intelectual no sentido da narrativa histórica imperial. Estes autores demonstram a importância do esforço de construção de uma cultura histórica nacional, principalmente através do IHGB como esforço coletivo (GUIMARÃES) e do trabalho diligente de indivíduos como Varnhagen, no esforço de constituir uma práxis historiográfica (CÉZAR, MOLLO). Deste esforço resultariam a instituição de um trabalho de pesquisa e narrativa histórica e um lugar de construção de memória: o IHGB; e, por fim, a definição de temas e sentido para a história nacional. E, nesse primeiro momento, não por acaso o indígena assumiria o centro dos debates.

A ênfase no estudo dos indígenas pelos membros do IHGB é tema de importantes trabalhos tais como os de Kaori Kodama (2005) e Rodrigo Turin (2009), demonstrando a

³ Cronótopo **do** indígena e não cronótopo **indígena** para direcionar ao fato de que o indígena será o aspecto definidor do cronótopo.

⁴ Alfredo Bosi, entre outros, seria outro desenvolvedor dessa idéia, ao discutir a questão da convivência entre o liberalismo imperial abraçado pela elite intelectual, em franca discrepância com a instituição da escravidão. (1992)

importância da etnografia como esforço histórico no âmbito do instituto, sobretudo entre as décadas de 1840-60. A definição de um passado centrado no indígena dirigiria, sobretudo, ao desenvolvimento de práticas específicas de acesso ao passado indígena, o que justificaria o desenvolvimento da etnografia e as expedições arqueológicas.

Assim, nesse período delimitado entre as décadas de 40-60, percebido como de auge da arqueologia imperial (e reconhecido por nós como de consolidação e desenvolvimento do cronótopo do indígena) todos os esforços do IHGB se dariam no sentido de desenvolver os estudos sobre os nativos no passado. Da arqueologia imperial tratam principalmente, Johnni Langer, Lúcio Menezes Ferreira e F. S. Noelli. Estes autores irão destacar o lado pitoresco da arqueologia imperial, paralelamente à seriedade com que nossos etnógrafos consideravam a possibilidade de se encontrar vestígios de civilizações mais avançadas, através da arqueologia.

Assim podemos perceber que a historiografia contemporânea tem estado atenta ao tema do indígena, como primeiro esforço de acesso ao passado, no período de fundação dos estudos históricos nacionais. Este aspecto já foi destacado por boa parte dos autores supracitados, entre tantos outros citados na bibliografia. A contribuição que nos propomos a oferecer é a demonstração de que o indígena não era apenas tema: ele representou um cronótopo, uma chave de leitura e interpretação do passado nacional.

O sentido de cronótopo do indígena que operacionalizamos aqui segue em compatibilidade com o cronótopo tempo histórico de Gumbrecht descrito por Araújo (2011): este cronótopo representaria, em nossa opinião, a chave para a narrativa do passado nacional – uma perspectiva específica que organiza a experiência do tempo e dá sentido à história.

Assim, mais que um esforço etnográfico no sentido de compreender as tribos indígenas do presente, os estudos voltados para o conhecimento do indígena eram trabalhos de recuperação de uma experiência de tempo única: o passado nacional. Isso equivale a dizer que, como cronótopo tempo histórico nacional, o estudo dos indígenas visava não só definir a identidade a partir da especificidade histórica, como também representar a diferença valorativa entre passado e presente e, por fim, organizar a previsão de desdobramentos para o futuro.

Acompanhando a perspectiva do conceito de cronótopo tempo histórico de Gumbrecht (2006) este tende a ser uma categoria ampla e bem mais abrangente que a simples questão temática, uma vez que não só da forma ao passado, como sentido ao futuro. O cronótopo tempo histórico é uma experiência de tempo em que não apenas a passagem deste se faz notar, como a sensação da diferença entre estados – passado e presente – se torna central. Sobretudo ele organiza a experiência, criando sentidos para a ela e conhecimento a partir dela que dirigirão as prospecções para o futuro. Essas características estão todos os presentes nos textos que veremos aqui, onde definição de passado, lições a serem aprendidas com ele, identidade e projeções de futuro se conformam a partir da presença do indígena: nosso cronótopo tempo histórico.

Este trabalho se ancora em alguns conceitos fundamentais como o cronótopo tempo histórico de Gumbrecht e os conceitos de cultura e memória histórica de Jörn Rüsen. Estes

conceitos são as ferramentas essenciais para compreender o fenômeno de construção e consolidação de uma narrativa histórica nacional conformada pela presença do indígena.

O conceito de cronótopo tempo histórico está sendo aqui considerado como o momento de eclosão (situado por Gumbrecht entre 1780-1830) de uma necessidade de narrativas da história em que o sentido se constrói pela observação da experiência de um tempo móvel, em que o sujeito da história produz sua identidade a partir da narrativa de sua trajetória. Da relação entre passado e presente se apreendem lições, identidade, sentido para o futuro e se pode inclusive definir projeções para o mesmo. (ARAUJO: 2006)

Passado, futuro, identidade, movimento são termos muito importantes na constituição desse cronótopo, uma vez que a identidade se representa pela mudança de estados do passado ao presente e o sentido dessa mudança dirige ao conhecimento (que se pode apreender com a experiência) e a projeções para o futuro. Sobretudo o cronótopo tempo histórico se firma na necessidade de narrativas que, não só representem o passado, tornando-o concreto e visível, como também dêem a ele significado: sua função de demonstrar a formação da identidade e trazer lições para o presente.

A partir dessa noção de cronótopo tempo histórico derivamos nossa noção de cronótopo do indígena como representação local do cronótopo tempo histórico de Gumbrecht. A ênfase no indígena como baliza do passado nacional define uma delimitação temporal e temática que dá significado e preenche todos os quesitos propostos na definição do cronótopo tempo histórico gumbrechtiano. Assim, podemos deduzir que a presença do indígena nos estudos e representações da história pátria espelhava a construção de uma narrativa da história cujo cronótopo era o indígena.

Isso explicaria a imensa pluralidade de representações culturais do indígena, no sentido de artes plásticas, teatro, literatura, comportamento e estudos etnográficos no período. É de espantar o volume de representações do indígena, nas artes em geral as mais cotidianas, numa onipresença temática que vem sendo reconhecida apenas num sentido fabuloso e icônico. A partir do caminho seguido por nosso estudo, e do reconhecimento de que o indígena fosse a primeira experiência de passado nacional, podemos afirmar que não se tratava apenas de um ícone nativista, mas de representações do passado nacional, tal como ele era concebido então.

Tratava-se, nestas obras de arte, literatura e de estudos históricos, de narrativas históricas (narrativa aqui em sentido bastante amplo), a exemplo dos romances histórico-indianistas de José de Alencar. Estes romances serão aqui abordados como as narrativas históricas que se propõem a ser (afinal escolheu-se a forma do romance histórico) e porque, de fato, dentro da perspectiva deste trabalho eles representam iniciativas de colaboração na construção da cultura histórica nacional.

Quanto ao conceito de romance histórico, estamos nos baseando em Lukács (1966). Para este autor, o romance histórico será aquele que se dedique a reconstruir, pela ficção, um fato marcante da história, ou apenas o ambiente histórico cotidiano de um determinado período. Ou seja, tanto o romance histórico pode se dedicar a narrar fatos importantes, centrados ou não em

personagens históricos (que podem ou não ser protagonistas), quanto pode apenas desejar recuperar um tempo passado e torná-lo familiar.

A questão da familiarização com o passado é, sem dúvida, um ponto chave deste gênero narrativo. No romance histórico as personagens – reais ou ficcionais – serão acima de tudo históricas, devendo se comportar e mover por atitudes e cenários que se reconheçam por históricos. Nesse sentido, temos certeza de poder situar os romances alencarinos (aqui abordados) como importantes exemplares desse gênero bem como, desta maneira, colaboradores na construção de uma cultura histórica nacional⁵.

Estes esforços representavam, por sua vez, parte do esforço de formação de cultura e memória históricas nacionais, tais como as define Jörn Rüsen (2009).

Para este autor, antes de tudo é necessário que exista uma consciência histórica. Esta compartilha com a memória histórica a função de formar e expressar a identidade.

A memória histórica e o pensamento histórico desempenham essa função de formar identidade em uma perspectiva temporal; pois é a mudança temporal dos seres humanos e de seu mundo, sua experiência frequente das coisas tornando-se diferentes daquilo que se esperava ou planejava, que ameaça a identidade e familiaridade de nosso próprio mundo e pessoa. (RÜSEN: 2009, 173)

Ou seja, da memória histórica depende a organização da experiência do passado de tal maneira que se reconheça nela a identidade. Sobretudo há que manifestar-se a consciência histórica, que define principalmente a separação entre passado e presente, diferenciando-os (RÜSEN: 2009, 168). A consciência e memória históricas são posturas frente à sensação de estranhamento quanto ao passado, vivida na modernidade.⁶

Quanto à cultura histórica, ela se apresenta como uma rede de produção, fruição, compartilhamento de memória, representações, práticas e significados históricos, que coordenam a apreensão do passado e ajudam a significar a identidade.⁷ No âmbito dessa dissertação, o conceito de cultura histórica compreende as manifestações culturais e intelectuais de representação da consciência histórica (artes e estudos históricos representando o passado) bem como a fruição e interpretação dos mesmos. Acima de tudo, a formação da consciência histórica (identidade) e a busca de construção de uma memória histórica: como narrativa do passado.

⁵ A bibliografia final apresenta um bom apanhado crítico sobre os romances alencarinos, tema inicial dessa dissertação. O compromisso destas narrativas com a história é tema de diversos autores, a exemplo sobretudo de De Marco (1993) para quem Alencar alegoriza a história, através de suas narrativas, construindo principalmente imagens marcantes para nossa memória histórica; Silviano Santiago para quem Alencar dá forma ao passado, pelo romance (1982) e materializa a identidade pela ficção (2001) e Antonio Edmilson Martins Rodrigues (2001) para quem Alencar narrou a história a partir da ficção.

⁶ *De modo resumido, pode-se dizer que a memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica representa o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro.* (RÜSEN: 2009, 165)

⁷ *O trabalho interpretativo da consciência histórica e seu produto, a estrutura cognitiva chamada “história”, é concretamente manifestada na cultura histórica de uma sociedade. A cultura histórica é multidimensional, como todas as outras culturas. Ela tem expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre o conhecimento do wie es eigentlich gewesen (como realmente aconteceu).* (RÜSEN: 2009, 172)

Da associação entre estes conceitos pretendemos poder demonstrar que o cronótopo do indígena não foi uma mera simulação nativista, mas uma resposta de nossa intelectualidade à demanda de uma narrativa histórica própria. Há que destacar aqui principalmente nossa proposta de aproximar a literatura (ficção e história literária) e a história (etnografia e estudos históricos) tentando demonstrar a complementaridade deles no sentido de estudar o passado através da representação do indígena.

Nossa abordagem tenta reconstituir uma unidade existente no século XIX (objeto dessa dissertação) e desconstruir a separação ocorrida no século XX, em que se solidificou uma distinção entre indianismo - a literatura que representava os indígenas e o indigenismo - saberes e políticas sobre as populações indígenas.⁸ Somente ao reintegrá-las se pode apreender que representavam um único esforço de constituição de uma memória histórica, em que o indígena era o objeto privilegiado de análise e o tema essencial de narrativa.

Nos capítulos seguintes, observar-se-á o debate sobre o indígena como axioma – cronótopo da história nacional, em dois momentos: um primeiro de proposição de modelos para a cronologia e caracterização da nacionalidade, entre 1820-1840 (capítulo um) e o momento seguinte em que o IHGB se torna o lócus do debate sobre o indianista, entre 1840-1870 e o indígena, a baliza da cronologia histórica nacional (capítulo dois).

A participação de Alencar na construção destas “letras de memória” será destacada, em paralelo aos esforços históricos do período, intentando demonstrar a acuidade de seu pensamento sobre o passado nacional e que, mais que um fabulador da nacionalidade⁹, Alencar foi um dos membros do importante grupo de construtores de uma memória e cultura históricas a partir das letras, no período imperial.

⁸ **Indianismo:** [De *indiano* + *-ismo*.] Substantivo masculino. 1. Idiotismo próprio dos idiomas hindus. 2. Vocábulo hindu introduzido noutra língua. 3. Ciência da língua e da civilização hindus. 4. Bras. Liter. A literatura inspirada em temas da vida dos índios das Américas.

Indigenismo: [De *indígena* + *-ismo*.] Substantivo masculino. 1. Indigenato. 2. Doutrina, formulada inicialmente no México como parte do movimento intelectual nacionalista, caracterizada pela defesa e valorização das populações indígenas de um país, região, etc. 3. Bras. Conjunto de idéias, ger. propostas por organizações ou indivíduos ligados ao aparato estatal, relativas à situação das populações indígenas brasileiras e aos problemas que se apresentavam quanto à sua incorporação ao Estado-nação. 4. Bras. P. ext. Conjunto de práticas ou de políticas (estatais, institucionais, etc.) que derivam dessas idéias. (AURELIO: 2004) (negrito nosso)

⁹ A noção de um Alencar “fabulador” da nacionalidade – no sentido de um inventor: alheio à verdade – se representa bem pelo trabalho de Elvya S. Ribeiro (1996) entre vários outros.

CAPÍTULO I

CONSTRUIR A MEMÓRIA DA NAÇÃO: PROJETOS E PARADIGMAS

Por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os todos numa mesma crença; seus pensamentos se harmonizam, e para um só fim tendem. Cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada doutras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satélites; ela contém, e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contem, e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito, e o pensamento mais íntimo de sua época, é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos. A Literatura abrangendo grande parte de todas as ciências, e Artes, e sendo ela só filha, e representante moral da civilização, é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua historia geral, ou particular, e jamais perder-se de vista a idéia predominante do século, luminoso guia na indagação, e coordenação dos fatos, sem o que a historia é nula e sua missão iludida.

(Gonçalves de Magalhães: Ensaio sobre a história da literatura no Brasil)

1.1 - Narrar o índio e a nação

Neste capítulo trataremos de um período de projeções: os textos aqui abordados representam as primeiras propostas de narrativa da história nacional, tornando-se testemunhas preciosas dos tateios em torno da forma e conteúdo dos estudos históricos nacionais em seus mais tenros anos. Os primórdios do debate sobre o indígena nas narrativas da história nacional será aqui recuperado pela abordagem de três autores e textos de grande influência em seu tempo (sobretudo entre 1820 e 1870): Ferdinand Denis e seu *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), Gonçalves de Magalhães com o "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil" (1835) e Von Martius e seu "Como se deve escrever a história do Brasil" (1845). Nestes trabalhos pode-se perceber a construção de uma cronologia em torno da presença do autóctone na história nacional e a decorrente ênfase no estudo do tempo indígena como prioritária para o início dos trabalhos sobre a narrativa da nação.

Em seguida trataremos das reverberações destes projetos no pensamento do romancista José Alencar, a partir da abordagem de dois textos não literários deste autor. Os textos teóricos do romancista serão aqui aproximados dos demais projetos de história nacional em sentido de demonstrar, por um lado a importância de suas reflexões sobre o passado brasileiro e por outro lado o fato de que ele encontrara uma cultura histórica já em consolidação sobre a qual apoiar sua perspectiva e sua ficção histórica (que veremos no capítulo seguinte).

Sobretudo resta destacar que o uso do cronótopo do indígena foi eficaz, o que se depreende de sua fácil aceitação e utilização pela sociedade.¹⁰ A partir de uma cultura histórica cujas letras se dedicam a narrar o passado nacional a partir da presença do indígena, toda narrativa em que este se apresente será, portanto histórica e, em decorrência o esforço da ficção alencarina de narrar o indígena.

Neste capítulo, como já dito, nos deteremos nas propostas de narrativa do passado pela atenção ao cronótopo do indígena. Assim, a importância destes trabalhos é de dupla direção: por um lado, esboçam narrativas do passado nacional; por outro, iniciam esta narrativa elegendo o indígena como referencial temporal, como veremos. A partir de agora passamos a considerar os elementos formadores dessa perspectiva.

¹⁰ Do uso de uma indumentária relacionada ao indígena pelo Imperador, da adoção de patronímicos indígenas pela elite nacional, a proximidade de artefatos culturais representando o indígena, durante o período imperial, nos falam, entre outros, Lília M. Schwartz (1999).

1.2 - Um lugar para o índio

A idéia de uma nacionalidade alicerçada no indígena pertence a uma cultura histórica específica, que se formou no período imperial e os produtos desta cultura histórica – e entre eles situamos as letras voltadas para a representação do indígena – pode carecer de uma aproximação mais minuciosa. Há que considerar as razões e a forma como se constituiu essa cultura histórica e principalmente a ênfase no indígena, tal como se deu nas narrativas históricas do período.

Há que destacar a importância política dessa tarefa, não só no nível interno como também em sentido internacional. Afinal para os autores nacionais, embasados pelo universalismo iluminista ainda em vigor e o particularismo romântico que apenas surgia, era evidente nossa inserção na grande comunidade mundial como herdeiros da cultura européia.¹¹ Esta não era, entretanto, a perspectiva dos pensadores europeus que, a exemplo de Buffon e Montesquieu, acreditavam que a natureza e a humanidade nos trópicos estavam fadadas à degeneração, a partir de teorias baseadas no clima e ambiente¹².

Também Hegel via com maus olhos a população dos trópicos. Era previsível que nossos indígenas não apresentassem boa figura, uma vez que o filósofo alemão medisse a civilização pelo nível de sofisticação das instituições sociais e dos processos mentais de suas elites letradas (CURY, 2007). A partir do que se observava entre as populações indígenas, no momento de chegada dos Europeus e descartadas a possibilidade de um estado adâmico para eles, era bastante plausível para os autores europeus acreditarem que a responsabilidade por essa degeneração se devia à natureza e que o estado decadente dos autóctones representasse o destino nacional.

Desde Montaigne eles vinham sendo considerados um desafio à história da humanidade, uma vez que se encontravam, em 1500, num estágio de desenvolvimento muito inferior ao resto da humanidade conhecida. Decidiu-se, à luz da teologia, considerá-los ainda em estado edênico, o que só se questionaria com o avanço da história natural, a partir do século XVIII quando a crença em sua pureza original foi abandonada pela certeza de que fossem representantes de uma decadência civilizacional. Essa tese crescia, alimentada pelas teorias relacionadas ao clima, ao estado de atividade intelectual e a comparações entre a América do Sul, Central e a Europa. Embasados no aprofundamento do interesse pela história antiga e por civilizações do passado que

¹¹ Conferir: CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história – historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, V8, N.1, P 11-29, 2004;_. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*. V. 08, n 10. jul/dez. p 11-34.2004;_. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. 11(3): 306-312, setembro/dezembro, 2007 e GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, PP. 184-200;_. História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-411, 2000. Versão online disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200000300008. Acesso em 23 de maio de 2010. _. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. P. 5-27. _. Uma história da história nacional: textos de fundação. Disponível em [HTTP://www.coresmarcasefaldas.pro.br/adm/anexos/11122008005626.pdf](http://www.coresmarcasefaldas.pro.br/adm/anexos/11122008005626.pdf). P.393-413. Acesso em 12 de abril de 2010.

¹² Sobre este tema conferir CURY (2007), NOELLI & FERREIRA (2007), FERREIRA & NOELLI (2007), FERREIRA (2002), entre outros.

teriam degenerado e desaparecido e também pela experiência da América Central de destruição das importantes civilizações americanas, julgou-se que os indígenas brasileiros pudessem ser compreendidos em perspectiva semelhante (FERREIRA, 2002).

Assim, definir o estado de civilização dos indígenas pré-cabralinos era tema fundamental para a história do Brasil e da humanidade. Uma vez que eles fossem considerados como elemento fundante da história nacional, saber de sua história era completar as lacunas do nosso passado, como do nosso futuro. Da capacidade dos indígenas de civilização e desenvolvimento, dependeria justificarem-se as esperanças em um futuro brilhante, uma vez que clima e raça interfeririam no destino da nação. (MARTIUS, 1844) Assim, os primeiros projetos de narrar a nacionalidade apresentaram, como grande desafio, essa questão: como compreender o estado em que foram encontrados os autóctones e principalmente, construir a linha de desenvolvimento de sua contribuição à futura nação. (GUIMARÃES: 1988)

Acreditavam nossos letrados que a tarefa principal seria defender a nacionalidade contra os erros de julgamento de autores não nacionais (e, portanto, incapazes de compreender adequadamente a realidade brasileira) e demonstrar que o Brasil podia colaborar no desenvolvimento humano em pé de igualdade com as demais nações civilizadas (CURY, 2007). Nesse intuito, resgatar o indígena americano significava mudar os rumos do futuro da nacionalidade. Esse sem dúvida foi o ponto de partida para que em torno do indígena se construísse uma perspectiva historiográfica, cultural, artística e filosófica de ver a nacionalidade.

O emergir do projeto de narrativa nacional trouxe consigo a grande pedra de toque das letras imperiais: o cronótopo do indígena. Por esse termo queremos designar a centralidade do indígena nas narrativas históricas do período (1820-1870) em que este se tornava um elemento de definição da nacionalidade como uma baliza da história pátria. A partir do indígena se define um tempo (o passado) e um lugar (Brasil) constituindo-se um conceito de tempo-espço que enraíza a nacionalidade. Totalmente alheio ao indígena real, que seguia sendo um problema social e político, o índio abstrato tratado pelas letras do período (e demais manifestações culturais) é um cronótopo, um conceito de definição de tempo-espço que dá forma ao passado. Ele não só é responsável pela localização espaço temporal da nacionalidade, como também proporciona um sentido à história.

Este cronótopo se aproxima e se diferencia do cronótopo tempo histórico de Gumbrecht, tal como descrito por Valdeci Araújo (2006), associando-se a narrativização e historicização como explicação da identidade, dentro de uma perspectiva de “evolução da identidade” (termo usado pelo autor) (ARAÚJO: 2006, 319). Ou seja, o cronótopo do indígena é a forma local do cronótopo tempo histórico localizado por Gumbrecht como se originando entre as décadas de 1780-1830, sendo que a existência de uma adaptação local representaria a iniciativa romântica de encontrar soluções locais para a nossa identidade.

Assim, a eleição do indígena como cronótopo tempo histórico específico da nacionalidade, levaria à construção de narrativas e sentido para o passado e a identidade nacionais que só ganham sentido quando relidos a partir deste mesmo cronótopo. É ele que marca o início da história (ou pelo menos o tempo mais recuado dela): sua presença dá longevidade à história bem como dá significado ao sentido do desenvolvimento nacional.

Três autores e respectivos textos serão contemplados nesse momento: Ferdinand Denis e seu *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), Gonçalves de Magalhães com o "Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil" (1835) e Von Martius e seu "Como se deve escrever a história do Brasil" (1845). Perceba-se que, dos três, dois são propostas de historiografia literária. História e literatura representavam igualmente memória, uma vez que *Possuir um passado conhecido passa a ser sinônimo de civilização, assim como possuir uma literatura. Os dois estão mesmo em relação de dependência, sendo o passado a vida e a literatura sua expressão duradoura.* (ARAÚJO: 2008, 129).

Uma vez que a literatura fosse considerada como sintagma cultural, historiar a literatura, demonstrando seu caráter de representação, dirigia à possibilidade de tomá-la como artefato mnemônico. Concebia-se então a noção de uma literatura/documento, que representava o que já desaparecera, como nos explica Gonçalves de Magalhães

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 132)

O autor acredita que estudar a literatura e sua história são tarefas concomitantes à construção da memória histórica da nação, porque a literatura é prova cabal da passagem humana pela terra, do desenvolvimento intelectual e artístico de uma sociedade e etc. Portanto, os esforços de narrativa histórica associavam a recuperação do passado como memória à recuperação da literatura como também memória, uma vez que representação. As letras dividiam responsabilidades e grau de importância: eram responsáveis por representar e documentar o passado e a riqueza intelectual da nação.

Assim, sendo tarefa das letras a construção da memória, os textos aqui abordados se inserem perfeitamente nessa perspectiva. Em primeiro lugar pelo fato de que se dediquem à narrativa da nação. Em segundo e não menos importante, porque apresentem perspectivas diferenciadas de perceber a história do Brasil e, sobretudo, porque suas proposições foram importantes no decorrer do processo de construção das primeiras narrativas historiográficas.

Também valiosa é a existência neles de uma perspectiva moderna da história: concepção do recorte espaço temporal que caracterizaria o tempo de vida de uma sociedade, tempo este que seria variável a partir da dita concepção de história. Nestes textos se definem aspectos importantes como a consciência de uma historicidade, identificação de povo(s) formador(es), de datas fundantes, cronologia e narrativa de um processo de desenvolvimento em que todos estes fatores integrar-se-iam, explicando passado e presente e justificando expectativas para o futuro.

Estes autores marcam o início de uma tradição de narrativa do passado em que o indígena assume centralidade¹³. Em torno dele se define o sentido da história nacional, uma periodização para o passado, designam-se papéis na representação do passado nacional. Nesse sentido, seus trabalhos se propõem sempre como diagnósticos e prognósticos: diagnóstico da existência da nacionalidade e prognóstico de como as letras devem se desenvolver. Após 1840 o IHGB se destinaria ao estudo aprofundado dos indígenas, em busca de comprovar as teses apresentadas nestes trabalhos pioneiros.¹⁴

O primeiro deles, Ferdinand Denis, é bastante conhecido na historiografia literária como responsável por lançar os paradigmas da historiografia e da literatura nacionais, no século XIX (ZILBERMAN: 1994). A relação de derivação entre suas proposições e o indianismo literário já se tornaram lugar comum, embora a contribuição de Denis para com os estudos históricos na primeira metade do século XIX mereça mais atenção.

Autor de um *Résumé de l'histoire Du Brésil et de la Guyane* (1825)¹⁵ que, segundo Joaquim Norberto, teria sido “adotado por circular do governo às câmaras municipais do império para leitura das escolas primárias” (cit. em ZILBERMAN: 2006, 139), o francês tem uma perspectiva bastante própria de nacionalidade brasileira que influenciaria bastante os nossos letrados. A partir de um modelo europeu, entre os resquícios do iluminismo e o surgimento do romantismo, o autor do *Résumé* propunha que se considerassem as particularidades da nação

¹³ Tradição no sentido que Varnhagen atribui para o termo em 1848:

Quase todas as nações oferecem exemplos, nos primeiros tempos da história da sua civilização, de contos maravilhosos que as acalentaram no berço, e depois entretiveram a fantasia de seus povos, enquanto estes não tinham de si muito que dizer. Há nesses contos quase sempre um fundo verdadeiro: ...

Formado assim um verdadeiro mito heróico, propaga-se tomando corpo de geração em geração,...

... a poesia o vai enfeitando, a imaginação enriquecendo, o espírito associando, e no fim de anos tem a história saído desse caos, dessa Babel de línguas dispersas já outra, sempre para mais pasmosa e estupenda:... O historiador só aparece mais tarde quando o povo se tem constituído e adiantado em civilização; mas desse fato que ao povo interessou, e pela forma que lhe interessou, já ele tem registrado a história num arquivo muito mais popular, e não menos duradouro que os documentos escritos em pergaminho: é o da tradição. (VARNHAGEN: 1848, 129-130) (itálico do autor)

Essa perspectiva será contestada por Alencar em *Iracema: ... a tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira.* (ALENCAR, 1865, 161)

Consideramos a definição de Varnhagen pertinente para compreender o fenômeno da narrativa oral em seus dias.

¹⁴ Ferdinand Denis vem sendo reconhecido como o grande propositor dos paradigmas que foram seguidos pela literatura nacional da primeira metade do século XIX, bem como patrono da historiografia literária. Gonçalves de Magalhães atravessa já três séculos como um dos nomes mais importantes da intelectualidade brasileira, embora sua multiplicidade de tarefas venha sendo redescoberta; e por fim Von Martius, responsável pelo primeiro projeto oficial da historiografia nacional, dispensa maiores comentários.

¹⁵ Denis foi autor de mais de 40 títulos sobre o Brasil e membro do Institut Historique de Paris (1836).

brasileira a partir do padrão mais geral da história da humanidade, em que as equivalências se tornariam uma tônica.

Em paralelo com a divisão da história europeia teríamos, segundo ele, uma idade antiga: em que se encontrariam nossos indígenas, até a chegada dos europeus; o período colonial: que equivaleria ao medievo europeu em aventuras e heroísmo (DENIS: 1826). E por fim o período pós-independência que representaria a chegada à juventude da nação. A independência como chegada à vida adulta direciona ao momento em que a nação (e o ser humano adulto) passa a trilhar seu próprio caminho, desligado dos progenitores. O projeto de Denis seria uma leitura da história nacional em sentido equivalente ao da história mundial, com ênfase na cor local: os indígenas. Comparados à antiguidade clássica, sua perspectiva sobre eles era bastante positiva, o que seria seguido pelo seu sucessor cronológico, o brasileiro Gonçalves de Magalhães.

Múltiplo ator das letras nacionais, Gonçalves de Magalhães acompanharia de perto a Denis, ainda que realçasse aspectos mais palatáveis aos locais. Enquanto o francês via com simpatia as etnias subalternas, o autor do “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil” (1835) apaga delicadamente qualquer traço de africanos em sua fundação da nação. Enquanto se apropria das idéias de Denis quanto à equivalência entre a história nacional e a europeia, G. de Magalhães assume uma posição diferenciada ao defender que os jesuítas e o catolicismo assumam papel de destaque.

Seu ensaio sobre a história da literatura nacional ilustra bem a proximidade entre as letras, como nos esclarece Valdeci Lopes de Araújo.

Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela, a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação. No texto de Magalhães, a literatura assume funções que, na modernidade, seriam atributos característicos do conceito de história.

Não dispondo ainda de um conceito de história que pudesse designar esse novo campo de experiência que se abre, *i. e.*, o do passado como desenvolvimento progressivo de uma identidade, Magalhães sobrecarrega o próprio conceito de literatura, que, além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade a ser expressa. (ARAUJO: 2008, 121)

A Magalhães importa demonstrar que o homem americano é perfeitamente apto ao desenvolvimento intelectual e social e assim os indígenas devem ser resgatados (Cury: 2007). Por outro lado, como explicar que o contato com os brancos mais desenvolvidos tenha feito recuar os indígenas: a solução encontrada está na degeneração do homem branco, que veio já em estado de rebaixamento humano e, encontrando-se com alguns indígenas afeitos a essa degeneração, disseminou-a.

Tanto portugueses como indígenas apresentavam grupos positivos e negativos na formação da nacionalidade, numa perspectiva de identidade em que os conflitos nativistas se

substituem por um desdobramento dos grupos incluídos, entre bons e maus. A perspectiva de G. de Magalhães apresenta-se como uma resposta dos nacionais às teorias de degeneração e por algumas décadas se confrontaria com as teses de Von Martius, outro importante nome desse debate inicial da nacionalidade.

O segundo europeu aqui abordado, Karl F. Von Martius, também é nome bastante conhecido por seus estudos em história natural, bem como por sua monografia premiada pelo IHGB em 1845: “como se deve escrever a história do Brasil”.

Tendo vivido alguns anos no Brasil, Martius propõe uma história da nação que dê conta de inseri-la no panorama internacional a partir de sua especificidade maior: uma sociedade pluri-racial. Mestiços de predominância européia e prontos a constituir uma nação civilizada em moldes europeus, entre palmeiras, papagaios e botocudos. O texto de Martius refletia marcas importantes de sua observação como estrangeiro, intentando amalgamar como proposta narrativa a realidade observada e a auto-imagem que se propunham os nacionais, o que sem dúvida representava esforço invulgar.

A obra de Martius tornou-se (como a de Denis) programática para os estudos historiográficos das décadas seguintes, apontando a direção dos esforços que deveriam ser impetrados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Atente-se para o fato que Martius compartilhava com o francês a perspectiva de que a história indígena também era algo possível que devia ser buscado. É fato que os dois autores convergiam no destaque à miscigenação racial do país como ponto maior de identidade e terminavam suas análises em proposições de futuro alentadoras. Mas a simpatia pelos indígenas não é compartilhada por Martius, para quem a importância da raça branca deve ser ressaltada (mesmo com todas as ressalvas humanitárias presentes no texto).

Estes três autores foram de grande influência para os esforços literários e etnohistóricos das décadas compreendidas entre 1820-70. Deles decorre a busca de vestígios de civilizações mais avançadas pelo Norte (LANGER: 2002), a insistência em uma origem não americana para os indígenas. Varnhagen dedicaria alguns anos de estudo à defesa dessa tese (CEZAR: 2006), a defesa de uma literatura indígena por Joaquim Norberto de Souza e Silva (SILVA: 2001). Acreditava-se a partir deles, que os indígenas do passado (os do presente eram desprezados ostensivamente) fossem prováveis portadores de uma civilização que ombreasse com as civilizações antigas da Europa, o que desfaria a crença européia na inferioridade do homem americano.¹⁶

Os textos aqui abordados são, não só representantes de uma consciência histórica nacional em formação, como propositores e consolidadores do cronótopo do indígena como

¹⁶ Como já dito acima, a partir das teorias de Buffon e Montesquieu, o homem americano era um degenerado e o clima na América só contribuiria para obnubilar e degenerar os europeus que aqui chegavam. Em 1887, Araripe Júnior ao defender o caráter nacional da literatura brasileira referendava-se no clima que obnubilava os recém-chegados da Europa, tornando-os assim, brasileiros. (MURARI, 2007)

chave de leitura do passado nacional, que dirigiria o pensamento nacional até a década de 1870. Retomar estes projetos é a forma de destacar o processo de construção, não só da memória, como da cultura histórica nacional.

Começemos pelo mais otimista dos autores envolvidos no desenvolvimento do cronótopo do indígena como narrativa da história brasileira: Ferdinand Denis.

1.3 - Ferdinand Denis e a grandeza do Brasil

Se a presença recorrente do nome de Denis atesta sua importância para nossa história literária e para um projeto fundador de identidade nacional em literatura, no entanto, a monotonia que se caracteriza pela repetição de trechos já cristalizados do autor e o caráter superficial inevitável de observações rápidas e que encadeiam a sequência da linha do tempo sempre retomada em toda história da literatura que se preze acabam por criar sobre a figura desse nosso “mestre” uma espécie de filme isolante que o condena ao quase pitoresco e à posição nada adequada de simples referência. (...)

(Ana Beatriz D. Barel. *Um romantismo a oeste*. Modelo francês, identidade nacional).

A citação acima nos dirige à questão principal nesse momento que é a necessidade de reler Ferdinand Denis (1798-1890) como importante colaborador da construção de um projeto para a história brasileira. Grande estudioso do Brasil, ele teve uma curta passagem pelo país (1816-1819) em sua juventude, o que faria dele um especialista sobre assuntos ligados à América do Sul e uma importante influência para os intelectuais nacionais.

Entre suas várias obras sobre o Brasil, duas teriam maior repercussão na cultura nacional: o *Résumé de l'histoire du Brésil et de la Guyane* (1825), traduzido imediatamente e adotado, em caráter oficial, na instrução pública das escolas primárias imperiais (ZILBERMAN: 2006, 139); e o não menos importante *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) que se tornaria um programa para o romantismo brasileiro, bem como um divulgador de paradigmas a serem seguidos pela história literária e a literatura nacionais (ZILBERMAN: 2006).¹⁷

Fato é que, neste trabalho, Denis se torna o primeiro autor europeu a reconhecer a independência cultural do Brasil (a partir de uma história literária própria), o que equivaleria não só a identificar a nacionalidade e reconhecê-la, bem como a dar um impulso importante na

¹⁷ A importância de Denis para as letras nacionais se destaca nas obras historiográficas da literatura brasileira. Alfredo Bosi destaca a importância de suas teses americanistas, seguidas de perto pelos românticos (BOSI, 1991, 173) em sua *História concisa da literatura Brasileira* (1991); para Fernando Coutinho, ele seria um “pai do romantismo brasileiro” (Coutinho: 1969, 15-7) segundo sua *A literatura no Brasil* (v.2); Antônio Cândido em seu *Formação da literatura brasileira* fará destaque ao caráter paradigmático da história da literatura brasileira por Denis, destacando seu pioneirismo no reconhecer uma literatura nacional (e, portanto a nacionalidade), sua apreciação e justificativa da nacionalidade, etc. (1981, 324-5)

consolidação do processo de independência no sentido cultural. Além disso, seu *Résumé* não só celebra a identidade política nacional, como também define uma linha temporal para a história brasileira – o que equivale a dizer que constrói uma cronologia da identidade nacional.

A parte que nos interessa do *Résumé* é principalmente o capítulo primeiro: “*Considérations générales sur le caractère que la poésie doit prendre dans le Nouveau Monde*” (DENIS: 1826, 513-528). Comemorando a independência recente do Brasil, Denis prenuncia o desenvolvimento intelectual da América, justificando o atraso cultural pela avareza portuguesa nas trocas com a América, sobretudo no tocante à cultura. Porém, sua história da literatura nacional vem demonstrar, que, em troca do ouro, os europeus deixaram escapar o germe do conhecimento; em decorrência ele acredita que *nous verrons ce que produira cet échange, qui se faisait malgré nous (...)* (DENIS: 1826, 514).

O autor propõe um programa para a literatura nacional que é também um projeto de história. Nele os temas da literatura se associam à necessidade de narrar as épocas passadas, que deverá contribuir na narrativa do passado nacional, considerado tão rico quanto o europeu e com fases equivalentes que podem e devem ser abordadas. (DENIS: 1826, 516). A exemplo de Caminha, Denis descobre a nação brasileira: seu texto é uma saudação à independência nacional e um incentivo à grandeza futura através do estudo e narrativa do passado: afinal possuir um passado definiria a grandeza do futuro. E nesse passado se encontram os nossos indígenas que, para Denis, ainda nos trarão muito orgulho.

O autor do *Résumé* inicia uma senda importante ao defender uma associação positiva entre a natureza brasílica e o desenvolvimento civilizacional do homem americano. Suas palavras de louvor aos indígenas que, no passado certamente teriam vivido um auge civilizacional que se redescobriria no futuro com o desenvolvimento da arqueologia; sua defesa do vigor da natureza brasileira como definidora de uma grandiosidade natural da nação, sem dúvida alguma estava além de meros *topoi* românticos. Denis proporciona aos autores nacionais uma nova referência a ser considerada quando dos estudos sobre a América e os americanos. Contrariando as teses de degeneração, Denis ressaltava o valor regenerativo do homem americano que teria proporcionado uma renovação ao velho sangue português.

Ao contrário das teses correntes, o autor do *Resumé* vê de maneira bastante simpática a natureza e os homens americanos. Em sua perspectiva a natureza brasileira é sintoma de pujança e incentivadora das artes do espírito. A uma natureza grandiosa deverá suceder uma atividade espiritual grandiloquente:

Dans ces belles contrées si favorisées de la nature, la pensée doit s'agrandir comme le spectacle qui lui est offert; majestueuse, grâce aux anciens chefs-d'œuvre, elle doit rester indépendante, et ne chercher son guide que dans l'observation. (DENIS: 1826, 516)

Contrariando assim, a idéia de que a natureza e o clima nacionais seriam fatores de degeneração, ele conclui pela grandeza passada dos indígenas, criados à semelhança dessa natureza grandiosa: *si cette nature de l'Amérique a plus de splendeur que celle de l'Europe, qu'ont-ils donc d'inférieur aux héros des temps fabuleux de la Grèce, ces hommes...* (DENIS: 1826, 517) O homem americano em seu estado natural, portanto, é um equivalente dos antigos gregos e certamente teria produzido mitologias que devem ser buscadas entre os remanescentes (DENIS: 1826, 517). A grandeza da natureza seria equivalente à capacidade de desenvolver o espírito: *Cette nature si favorable au développement du génie...* (DENIS: 1826, 519).

Considerando a pujança da natureza como fator de engrandecimento do homem¹⁸ Denis segue em itinerário oposto ao preconizado pelos grandes nomes da história natural européia e abre caminho para uma reflexão que se desenvolveria em Gonçalves de Magalhães e G. Dias (CURY: 2007), bem como se refletiria nos posteriores estudos nacionais, sobretudo em relação ao indígena.

A partir deste autor, justificava-se o indianismo como aproximação do passado, uma vez que, para o francês nossos ancestrais indígenas nada deviam aos gregos (DENIS: 1826, 517), sendo capazes de produzir mitologias equivalentes e legando-nos uma história antiga. A mitologia, tal qual ele a compreende, representa a narrativa tradicional de fatos históricos em forma oral, mas não a-histórica. Destarte, a insistência de Denis na recuperação do indígena pela literatura tende ao histórico e não ao pitoresco.¹⁹

Através de um olhar romântico perceber um país quase toda natureza significa encontrá-lo ainda em estado original, quase *tabula rasa* mas que, a partir da pujança de sua natureza promete um futuro brilhante, no que a França poderia ser uma grande colaboradora

... Le rôle qui nous reste à jouer dans ce pays est encore assez beau, et si les Anglais ont plus que nous cette influence commerciale que leur assigne partout leur activité, nous devons être satisfaits de voir une nation brillante de jeunesse et de génie s'attacher à nos productions littéraires, en modifier ses propres productions, et resserrer par les liens de l'esprit ceux qui doivent exister par la politique. (DENIS: 1826, 526-7)

Se a Inglaterra já tem o monopólio do comércio, ainda há a intelectualidade nacional a se formar, o que proporciona à França a possibilidade de realizar seu papel de farol civilizador para o mundo (GUIMARÃES: 2002, 196). Sua visão dos portugueses seria, em contraposto, extremamente ambígua. Se por um lado eles são responsáveis pela europeização, por outro são os cruéis perseguidores dos americanos. Suas aventuras de conquista, porém, ombreiam em grandeza aos sucessos medievais:

¹⁸ Interessante lembrar das famosas descrições grandiloquentes da natureza em José de Alencar: *Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa.* (ALENCAR: 1883a, 7)

¹⁹ Sobre a noção de cor local na historiografia francesa do século XIX, conferir: CÉZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*. V. 08, n 10. jul/dez. p 11-34.2004.

D'un autre côté, tout l'héroïsme du moyen âge, tout l'esprit ardent et aventureux des temps de chevalerie, ne paraissent-ils pas avec une teinte particulière dans ces voyages des premiers explorateurs, s'avancant au sein des forêts vierges, sans crainte, attaquant avec audace des animaux inconnus, visitant des nations qui pouvaient les anéantir? Ils ne voulaient que de l'or; mais on ne peut leur refuser quelque gloire: (DENIS: 1826, 518)

A comparação com o medievo, associando a bravura dos feitos de cavalaria aos sucessos da empresa colonial faz-se necessária porque o padrão de referência é o europeu. O tempo medieval europeu encontraria correspondência no tempo colonial brasileiro, sem, no entanto ser equivalente. O que se compara são a bravura e o heroísmo, não o estágio de desenvolvimento²⁰.

Assim, seguindo de perto e à sua própria maneira o desenrolar da história universal, o Brasil estaria destinado a um futuro em que a mistura de raças, associada ao clima favorável e à natureza grandiosa levaria ao progresso, lançando assim um dos paradigmas da nacionalidade: o de país do futuro. A nação brasileira teria por destino o desenvolvimento de uma raça especial, devida à miscigenação e à influência (positiva) da natureza tropical, o que se concretizaria adiante.

Je ne crains point de le dire, l'Américain en qui tant de races se sont confondues, l'Américain, fier de son climat, de sa richesse, de ses institutions viendra un jour visiter l'Europe comme nous portons nos pas vers les ruines de l'antique Égypte. ...(Denis: 1826, 520)

Para Denis, nesse texto que seria programático para a literatura e historiografia nascentes, a nacionalidade brasileira estava claramente fundada na mistura das três raças, recebendo delas características específicas que levariam à construção de uma poderosa literatura (e em decorrência cultura) que, apesar de se expressar em uma língua européia, possuía um passado caracterizado pela história da América a ser descoberta pelo contato com a natureza.

Da associação entre três elementos, geografia, povo (cultura) e história, moldou-se a nacionalidade e era função da literatura narrar essa formação. Vemos aí, para além de uma ênfase no exotismo local (índio e natureza) como costuma afirmar a crítica, um programa de nacionalidade mais complexo em que, para além da mera proposição da ênfase no pitoresco, ele esteja comparando (em termos equivalentes) Europa e América, no sentido de histórias primitivas a serem construídas pela literatura e de uma nacionalidade a ser afirmada pela diferença.

Nos pressupostos deste membro do Institut Historique de Paris (1836) o historicismo romântico se associa ao universalismo iluminista ainda presente nos intelectuais franceses, compondo uma diagnose dupla: por um lado, a natureza brasileira grandiosa que certamente influenciaria de maneira extremamente positiva no desenvolvimento do gênio nacional; por outro

²⁰ Alencar parece ter adotado essa perspectiva n'*O Guarani* (1857), sobretudo na caracterização de Don Antônio e para descrever seu comportamento. Por outro lado, o mesmo Alencar sublinha que o fidalgo se encontra fora de lugar, no tempo e no espaço ao medir o mundo americano pelos padrões de seu “mundo” (a Idade Média) já extinto.

o destino francês de ser o farol do mundo moderno e que deveria se concretizar ao colaborar no desenvolvimento da literatura brasileira, assumindo, assim, o posto de modelo cultural (paralelamente à influência econômica exercida pela Inglaterra).

A tendência romântica se manifestaria, sobretudo, na sua concepção de nacionalidade, baseada numa perspectiva de história como a formação de um povo e cultura a partir da vivência desse povo num dado território (história como a trajetória de um povo no tempo e espaço). Da associação entre os povos (raças) com suas características próprias que, associadas, criariam uma nacionalidade específica, associando-se a isto o meio geográfico em que esta “aventura” se daria e o poder deste sobre o povo em questão, assim se constrói a perspectiva histórica de Denis ao circunscrever a nacionalidade brasileira.

A natureza é o primeiro elemento – positivo – da nação brasileira. Dela virão a grandiosidade do espírito desse povo mestiço. Em sua perspectiva, o processo civilizacional ocorrera como subproduto involuntário da exploração colonial, perspectiva que seria seguida de perto por Gonçalves de Magalhães e rechaçada por Martius. Para Denis a nacionalidade acontece no encontro nada amistoso entre etnias, o que redundaria na exploração dos negros, deterioração da civilização indígena e como produto uma nova civilização miscigenada, mas culturalmente europeia, que se construíra no desenrolar do processo.

Essa perspectiva era recorrente entre os europeus²¹, que em todos os relatos e apreciações sobre a nação brasileira primavam pela descrição do exotismo destacando, em paralelo à exuberância da natureza, a heterogeneidade da população e dos costumes.²² Para os europeus, as feições mescladas da nacionalidade brasileira eram “claras”, com tendências à cor parda. Denis transforma essa perspectiva em tradição e história e sua obra se tornaria uma referência programática para a literatura brasileira, destacando pontos fulcrais de nossa nacionalidade e aspectos a serem abordados pela literatura ou que a influenciariam naturalmente.

Alguns temas aí lançados como a miscigenação como característica positiva, a grandiosidade da natureza como indicativo de uma futura grandeza nacional e a perspectiva de que o Brasil seria um grande país do futuro são axiomas que acompanharam por séculos os estudos brasileiros e quer nos parecer que derivem de Denis. Sua proposta de periodização para a história nacional em idade antiga (tempo indígena), “média” (tempo colonial) e tempo atual (pós-independência), seria também seguida de perto pelo IHGB e pela literatura, a exemplo de José de Alencar.

²¹ Esta será também a perspectiva de Debret, que em seus trabalhos realizados no Brasil (e certamente divulgados na Europa) insiste em representar a multiplicidade de culturas convivendo no Brasil o que se resume de maneira magistral no Pano de boca para a representação extraordinária dada no teatro da corte por ocasião da coroação de Pedro I em 1822.

²² Cury destaca a tendência de Von Martius de considerar a degeneração como fato comum na fauna brasileira. (CURY: 2007, 85-6)

Sobretudo há que sublinhar sua ênfase numa temporalidade iniciada pelo passado indígena como marco da história nacional. Esta cronologia (referente ao cronótopo do indígena) e sua tese de uma decadência histórica dos indígenas, aliada à sua crença no poder regenerador da natureza americana, forneceriam argumentos e fôlego para que os estudiosos nacionais se dirigissem à defesa da pátria pelas letras.

Pode-se perceber que o cronótopo tempo histórico em que o passado serve de lição para o presente e como ferramenta de previsão do futuro inicia na história pátria sua contribuição a partir deste projeto de Denis. O cronótopo do indígena inicia sua trajetória nas letras nacionais definindo o passado e iniciando uma reflexão local sobre a história que seria continuada por um dos maiores nomes das letras nacionais no período: Gonçalves de Magalhães.

1.4 - Gonçalves de Magalhães e a visão nacional

Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence.
(Gonçalves de Magalhães. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”).

Na epígrafe sucinta apresenta-se o sentido atribuído pelo autor: Gonçalves de Magalhães, ao seu compromisso com a nacionalidade. Destinado que estava a desvelar o passado apropriando-se dele, seu trabalho (bem como de todos os homens de letras do tempo) deveria deixar frutos para enriquecer as gerações futuras. A relação temporal de posse e compromisso resume a perspectiva de seu tempo no tocante à história: ela é um patrimônio a ser deixado pelos antigos, conscientes de que produzem o tesouro do futuro.

A solenidade com que se expressa deriva da consciência da importância de seu posto nas letras nacionais. Iniciador do romantismo no Brasil com a publicação de *Suspiros poéticos e saudades* (1836) médico, escritor, nome importante do IHGB, portador de comendas e títulos nobiliárquicos, barão e visconde, diplomata designado para os mais sofisticados postos, Gonçalves de Magalhães teve uma carreira bastante bem sucedida.

O autor inicia sua participação na vida pública e intelectual da nação muito cedo, quando ainda estudante em Paris, na década de 30 do século XIX. Junto com Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre sob as bênçãos de Ferdinand Denis, lança a revista *Niterói* (1836), de grandes pretensões e pequeno fôlego (a revista teve apenas dois números).

A *Niterói* se pretendia uma revista de divulgação cultural e científica, nos moldes do que se começava a fazer na Europa e uma iniciativa bastante arrojada (ANDRADE: 2009). Os altos custos, entre outros motivos, fizeram com que ela se encerrasse já no segundo número, tendo

servido ao importante objetivo de divulgar o desvelo de seus fundadores para com a causa pública. As carreiras de Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre (naquele ano de 1836, ainda estudantes em Paris) estariam asseguradas por postos e honrarias cedidos de boa Vontade por Sua Majestade em pagamento aos serviços prestado pela causa da Nação.

O mais bem sucedido deles sem dúvida seria Gonçalves de Magalhães, o que se verifica facilmente pelos cargos, títulos, comendas e distinções várias com que foi agraciado por Pedro II. G. de Magalhães teve fundamental importância nas letras no Império, dedicando-se à causa da nacionalidade em todas as frentes possíveis: literatura, história, filosofia, diplomacia etc.

O texto que ora passamos a analisar representou o *début* de G. de Magalhães como pensador da nacionalidade e das questões a ela relacionadas. Seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836), publicado no primeiro número da *Revista Niterói* (1836), dirigida por ele, vem como contribuição ao debate sobre a história da literatura nacional, o que representaria também a discussão sobre a nacionalidade e, por fim, da história da Nação.²³

Sua história da literatura segue de perto a da Nação, que ele define como possuindo apenas dois momentos: *De duas distintas partes consta a historia do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias decorre.* (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 151)

O aspecto essencial para a divisão da história seria o status político: de colônia num primeiro momento a Estado no segundo momento, o que ocorreria com a vinda da Corte para o Brasil (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 151). Este momento não representa apenas a mudança política, mas também o início da dívida para com a França. Uma vez que a vinda da Corte decorreu dos sucessos de Bonaparte, os indiretos responsáveis por nossa independência seriam, portanto, os franceses (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 150).

E em sua opinião esse seria apenas o início de profícuas relações entre Brasil e França, em que os acontecimentos da história francesa influenciariam na história nacional. Sua conclusão era muito promissora: “As épocas da História do Brasil são como espécies de contra pancadas, ou ecos dos grandes fastos modernos da Europa” (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 150). Partindo de uma certeza de que estaríamos no mesmo trem da história que levava a Europa, apenas em vagão mais recuado, G. de Magalhães acredita que o futuro do país se encontra na imitação dos bons modelos europeus: a França.

Leitor declarado de Buffon, Montesquieu e Denis, ele se apropria das idéias destes autores transformando-as de maneira a defender a nacionalidade. Utilizando-se da mesma teoria do clima como determinante, que, segundo Buffon, levaria à degeneração dos americanos, ele acompanha Denis na defesa da grandiosidade da natureza, bem como segue de perto também a idéia de que

²³ A imbricação entre a narrativa da nação e o estudo da literatura nesse texto de Magalhães se esclarece pelo comentário de Valdeci Araújo: *A escrita da história literária pode agora,..., estudar o passado e selecionar aqueles momentos constitutivos que apontavam para a Independência.* (ARAUJO: 2008, 128)

os indígenas teriam desenvolvido manifestações artísticas suficientes para comprovar sua capacidade de civilização que poderiam ser recuperadas a partir de pesquisas (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 154-5).

Por outro lado, desenvolve uma teoria de enxertia cultural que se demonstraria bastante interessante como defesa da nacionalidade derivada. Para defender a possibilidade de uma identidade cultural descendente da portuguesa ele afirma que, da mesma maneira que em nosso país uma cultura estrangeira havia sido enxertada, as nações européias eram todas herdeiras da herança greco-romana que, com o passar do tempo, fora transformada em novas e originais sociedades e culturas. Segundo ele

Cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável, e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles, cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo. Então semelhante às árvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies, e posto que não degenerem aqueles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos de sua mesma espécie. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 132-3)

A dialogia com a história natural, a defesa do “fruto” enxertado por suas qualidades diferentes, demonstram que G. de Magalhães tinha em mente o desafio de demonstrar que a nacionalidade brasileira era uma derivação eficiente da civilização ocidental. Avaliar o processo de desenvolvimento da cultura européia a partir da noção de enxerto servia bem à defesa de nossa relação com a herança do velho mundo. Uma vez que inexistisse uma nação cuja cultura fosse totalmente nativa podíamos, portanto, requestar para nós um lugar no concerto das nações civilizadas em pé de igualdade. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 133).²⁴

G. de Magalhães se propunha a construir uma matriz de pensamento derivada, que, porém se caracterizasse pelo nacional, apresentando-se numa transição entre nativismo e nacionalismo, arcadismo e romantismo. Sua linha de raciocínio, ainda que devedora óbvia de autores como Denis, desenvolve um raciocínio diferenciado e mais próximo das afeições nacionais.

No tocante à formação da gente brasílica, ele afirma a mistura entre indígenas e brancos, enquanto a presença negra não é sequer cogitada. Referência se faz à escravidão, considerada um mal social, motivo de atraso econômico e cultural (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 141). Abraçando a causa jesuíta, a perspectiva gonçalvina da história do Brasil é a da civilização/cristianização dos gentios pelos soldados de Cristo, lutando contra a cupidez de brancos degenerados. Mesclam-se na perspectiva de G. de Magalhães as leituras feitas na França e a história do país deveria ser a do desenvolvimento dos seus gênios e de sua vida intelectual.

Sua proposta de narrativa da nação propunha moldes próximos à literatura (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 142): *toda história, como todo o drama, supõe lugar*

²⁴ Em “Benção paterna” Alencar defenderá essa derivação, como veremos ainda nesse capítulo.

da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história nem drama. E, assim, quem seriam os personagens e o enredo dessa história?

Na história concebida por G. de Magalhães o personagem do colonizador se caracterizava pela predominância de brancos degenerados vindos de Portugal (e, portanto elementos que contribuiriam com a decadência do indígena). Essa exportação de material humano “descartável” para a colônia seria consequência do

sistema de fundar colônias com homens destinados ao patíbulo; [em decorrência o que se fazia] era basear uma Nação nascente sobre todos gêneros de vícios, e crimes; [o resultado:] tais homens (os primeiros habitantes do Brasil) de seu lado para seus próprios filhos olhavam como para **uma raça degenerada**, inepta para tudo; fatal preconceito, que ainda hoje medra entre alguns portugueses. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 139-40) (negrito nosso)

Essa a solução encontrada por G. de Magalhães para justificar a tese de Buffon sobre a degeneração dos indígenas: o contato com os brancos desclassificados que foram para cá enviados. Não era o clima, nem a natureza dos povos americanos, mas a baixa classe de gente européia, que aqui aportara que se responsabilizaria pela decadência dos indígenas ao perseguí-los “com ferro, e fogo, como se fossem animais ferozes; nem eles em outra categoria eram considerados.” (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 140) Teria sido necessária uma bula papal para que os indígenas fossem declarados “verdadeiros homens, e capazes por isso da fé de Cristo; sem o que os Europeus talvez os houvessem de todo exterminado” (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 140).

Essa a história, portanto, de uma tentativa de civilização dos gentios pela fé cristã, embaraçada pela cupidez dos representantes desclassificados da raça branca. Indígenas e clérigos seriam as vítimas de membros da ralé portuguesa que para cá teria sido enviada e associando-se a isso o controle ferrenho e exploração colonial teríamos como resultado todo o “atraso” da nação, atraso este que estava para ser debelado a partir do estudo do passado, como mestre para o futuro.

Sua periodização difere da de Denis por dividir a história do Brasil em duas épocas: o antigo, colonial, onde todas as mazelas se encontravam; e o novo, o momento então atual em que era função do *século restaurar as ruínas e reparar os erros dos passados séculos* (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 144). Ele considera também o período indígena, mas recuado num período pré-histórico. O marco histórico se inicia com a descoberta, em 1500.

Seguindo uma perspectiva de história *magistrae vitae* o passado deveria ser útil, ensinando através de seus erros e acertos *Estudar o passado [era] ver melhor o presente, [era] saber como se deve marchar* (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 145). Havia no passado as marcas dos vários erros e os escassos acertos e, a partir deles, se deveria considerar o

planejamento das atividades futuras.²⁵ Ao olhar para o processo colonial G. de Magalhães deplora, principalmente, a cupidez colonial, o abandono da experiência jesuítica de controle indígena, o descaso para com as letras e letrados. Estes erros não deviam se repetir, senão que se devia retomar do passado as lições de sucesso.

Do bom aproveitamento do passado como patrimônio se devia ao presente o tornar-se também valioso para o futuro:

Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização. É mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compele na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de uma nova graça. Si o futuro só pôde sair do presente, a grandeza daquele se medirá pela deste. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 145)

Se para Denis as glórias do passado serviam como provas da grandeza e da trajetória para a memória e a identidade, para G. de Magalhães, pouco havia no passado de que se pudesse orgulhar, havendo que resgatá-lo para retomar experiências positivas frustradas (catequização dos indígenas) e para compreender o como, apesar de todo o jugo imperial, a nacionalidade se formara.

Nesse contexto urgia saber se os indígenas teriam sido capazes de produzir literatura e documentos considerando que estes deveriam ser os influenciadores da literatura nacional, como os bardos na Escócia (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 157). O cronótopo do indígena vai se consolidando em sua perspectiva de uma maneira que consolida a noção de uma cronótopo tempo histórico nacional em que a referencia ao indígena é marcante.

G. de Magalhães é cômico da grandeza de seu momento histórico e não só: sabe que está construindo o futuro. No entanto, se modelos ele encontra no passado nacional, são, sobretudo modelos negativos – principalmente no período colonial. O passado, para Magalhães, é aquilo que não somos mais. Não somos mais colônia, nem selvagens, nem herdeiros do “atraso” português. Lembrar o passado é perceber o quanto nos desenvolvemos e só assim se pode concluir pela grandeza de um povo. Somos uma promessa para o futuro, o resultado parcial de um processo que ainda tem muito a desenvolver. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1836, 144-5)

Destaque-se que a simpatia do autor da *Confederação* pelos indígenas não pretende recuperá-los completamente. Apesar de um admirador de Denis, ele vê nos indígenas nacionais homens em estado primitivo, afeitos à possibilidade de civilização embora não portadores da mesma, quando do encontro com os europeus. Apesar de nada afirmar em contrário, também não retoma a tese da civilização perdida. Sua defesa do indígena, portanto, reside na sua posição de

²⁵ Por diversos momentos ele afirma a utilidade da história: *Como nós estudamos a historia, não com o único fito de conhecer o passado, mas sim para tirarmos úteis lições para o presente...* (Magalhães: 1836, 159)

ser humano hábil à civilização o que se faria pelo cristianismo. Entre boa parte dos autores do século XIX, cristianismo e civilização se associavam (HAUßER, 2007).

Christian Hauffer em “Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista” (2007) colabora para desfazer esse equívoco ao defender que, para estes autores, os termos cristianismo e civilização eram sinônimos. Assim sendo, a insistência de Gonçalves de Magalhães na catequização de seus personagens indígenas (no poema) ganha dimensão diversa: significaria a capacidade dos nativos de civilizar-se e uma revisão do papel do homem americano na história.

O autor de *A Confederação* apresenta um avanço na formação de um pensamento nacional sobre o passado, firmando as bases para a construção da narrativa histórica nacional nos moldes do cronótopo do indígena, proposto por Denis. Retomar os autores franceses para afirmar o valor positivo do clima nacional; equalizar o transplante cultural no Brasil e na Europa; modular o encontro civilizacional de maneira que ficasse em ressaltado a predominância da cultura européia, representava uma elaboração diferenciada, sobretudo se considerada dentro do universo em que se inseria, contrapondo-se a autores consagrados como Buffon.

O *Ensaio...* faz dele o primeiro nome nacional a produzir um projeto historiográfico (ainda que literário) e a continuidade deste projeto faria com que se tornasse um dos grandes nomes indianistas e um dos membros do IHGB mais aguerridos à defesa da reabilitação dos indígenas. Gonçalves de Magalhães dividiria com Denis e Martius a responsabilidade de fundar um programa para a narrativa nacional, formando uma tradição (1820-1840) a ser referida pela historiografia oitocentista e fomentando a consolidação de uma cultura histórica.

Von Martius ampliaria a perspectiva de G. de Magalhães sobre a continuidade da cultura européia no Brasil, enfatizando dados mais empíricos, como a transferência de instituições portuguesas para a Colônia, continuidade da língua portuguesa, etc. Quanto aos indígenas, apesar de retomar a tese da decadência ele levanta a hipótese de uma origem européia para eles, o que demonstrava a dificuldade de se solucionar esse enigma.

Encerrando esse primeiro período projetivo, Martius consolidaria e oficializaria o cronótopo indígena ao reafirmar, em seu projeto vencedor do concurso do IHGB: “Como se deve escrever a história do Brasil” (1840), uma cronologia da história do Brasil a partir da presença indígena. Seu texto cristaliza o cronótopo do indígena como referencia histórica para a narrativa da nação, o que certamente justificaria a ênfase na etnografia pelo Instituto após 1845. Seu projeto de história, oficial, encerra um período de projeções sobre a história pátria e consolida efetivamente a referencia histórica indígena.

1.5 - Von Martius e as civilizações européias na história filosófica de um país mestiço²⁶

Jamais nos será permitido duvidar que a Vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica.

(Von Martius: “Como se deve escrever a história do Brasil”)

O botânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) teve uma trajetória semelhante à de Ferdinand Denis: vindo ao Brasil com a missão de estudar as plantas e minerais do Brasil, em missão oficial para seu governo e após uma temporada de três anos (1817-1820) retornou a seu país como importante especialista em assuntos ligados ao Brasil. Ao vencer o concurso sobre “Como se deve escrever a História do Brasil”, instituído pelo cônego Januário da Cunha Barbosa em 1843, tornou-se referência para os estudos históricos com um texto que se tornaria programático para a historiografia nacional.

A monografia de Von Martius (que levava o mesmo título do ponto do concurso) foi publicada em 1845 pela RIHGB, influenciando profundamente sobre os rumos futuros indicando não só a maneira como deveria ser escrita a história nacional, como também os temas que deveriam ser estudados pela historiografia nacional. Sua ênfase na necessidade de se estudar os indígenas como parte da história do país iria ao encontro do já crescente interesse pelos indígenas na literatura e no Instituto e reforçaria, sem dúvida, os argumentos sobre a importância dos nativos no conhecimento do passado nacional.²⁷

O texto de Von Martius não foi um vencedor ocasional. Grande conhecedor do país e de seus desafios, o botânico alemão tinha relações com os intelectuais nacionais e parecia bastante afinado com os interesses daqueles. Sua proposta de história do Brasil reitera de maneira positiva a miscigenação como característica brasileira. Ele acreditava que ao final – como na metáfora do rio, citada na epígrafe – a superioridade branca prevaleceria.

Já de início, prevendo críticas ao seu trabalho pela sua ênfase na miscigenação, ele faz a defesa de suas teses:

²⁶ Note-se que este termo se refere unicamente ao caráter miscigenado do brasileiro e não compartilha o teor que as teses de mestiçagem viriam a ter no final do século XIX.

²⁷ Para Manoel Luís Salgado Guimarães (entre outros), a questão indígena ocupava a literatura e a historiografia do período (1840-70) em função das questões de necessidade de uma simbologia de nacionalidade, que se representaria pelo índio e também como proposta de solução da questão servil, uma vez que a escravidão se encontrava sob forte pressão e era sabido que seus dias estavam contados (GUIMARÃES, 1988: 20-21). Kaori Kodama (2005, 2007) acompanha também a perspectiva da literatura indianista como icônica, embora perceba em Gonçalves Dias um transbordamento de seus estudos no IHGB para a literatura.

Para nós a questão tem outro viés além destes e é a isso que este capítulo vem se dedicando: para além das questões práticas citadas pelo autor e com as quais concordamos, há nessa mítica sobre o indígena muito de científico para os padrões do período. Estamos neste momento tentando demonstrar autores e textos que primeiro teriam apontado a presença do indígena na história “antiga” do Brasil e sua importância no processo de conformação da nacionalidade.

No próximo capítulo nos deteremos sobre textos produzidos no IHGB como representações sobre o indígena em sentido já institucional: ou seja, a partir de quando o indígena se torna um tema historiográfico (etnográfico) dentro do Instituto e na literatura, como veremos em José de Alencar.

Sei muito bem que *Branços* haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo á sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica do Brasil*. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrario, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças índia etiópica no desenvolvimento histórico do Povo Brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo. (MARTIUS, 1845, 382-3) (itálicos do autor)

O botânico alemão tinha ciência do ambiente que o esperava. Como já salientado em item anterior, Para G. de Magalhães, a nacionalidade brasileira se firmava sobre as duas raças fundacionais: indígena e européia. Ressalvando-se que o indígena cofundador era o representante de uma raça superior que se teria degenerado pelo contato com o branco. Em sua perspectiva, tendente à defesa dos jesuítas, a culpa da degeneração dos indígenas seria do processo de colonização e, portanto, o indígena que participara da fundação era ser adâmico, que poderia ter sido salvo pela fé católica.²⁸ Já para Martius, em convergência ao pensamento de Buffon e Hegel, o indígena brasileiro era sim ruína de povos e assim teriam sido encontrados pelos portugueses quando aqui aportaram (perspectiva que seria defendida solitariamente por Varnhagen, no IHGB).

O naturalista acreditava na possibilidade de os indígenas brasileiros terem conhecido um momento mais avançado de civilização, uma vez que fossem oriundos da Europa. Mas estes dados careciam de comprovação a partir de práticas tais como:

considerar o Indígena Brasileiro, em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará á esfera da alma e da inteligência destes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual, e como ela se manifesta por *documentos históricos*. (MARTIUS: 1845, 386) (itálico do autor)

Uma vez que os indígenas fossem uma raça degenerada e sem registros conhecidos (baseando-se na hipótese, então corrente, de que uma civilização avançada ainda poderia ser encontrada no Brasil como as da América hispânica) os meios para estudá-los seriam os registros coloniais e o estudo da língua (MARTIUS, 1846: 386). A crença em um estágio superior dos indígenas brasileiros foi um tema recorrente no período e se justificava pela ocorrência de civilizações antigas e avançadas na América. O estado pouco desenvolvido dos nossos indígenas, porém, só fazia ressaltar a crença numa decadência, prevista pelo monogenismo:

[teoria que] dominou até meados do século XIX e congregou a maior parte dos pensadores que, de acordo com as escrituras bíblicas, acreditavam numa origem única da humanidade. O homem teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos o produto de degeneração maior ou menor em relação à perfeição do Éden. (REBELO: 2007, 161)

²⁸ Esta perspectiva seria muito influente no período, tanto no IHGB como no direcionamento de políticas indigenistas e, não menos importante, na literatura indianista. Ela não era, porém, a única, como vimos tentando demonstrar neste capítulo.

Assim, era bastante plausível que se considerasse o estágio civilizacional dos indígenas a partir de uma decadência do estado anterior, em que estariam próximos ao resto da humanidade. Há que destacar que os autores aqui abordados – e entre eles Martius – estão em busca de explicações para a degeneração dos naturais brasílicos.

A tese corrente vinha sendo de que a natureza dos trópicos levava a uma natural degeneração pelo excessivo calor. Denis parece ter iniciado o debate num sentido oposto afirmando que a pujança da natureza brasileira negava essa tendência à decadência. G. de Magalhães continuaria nesta senda, ao responsabilizar os colonizadores pela destruição e decadência dos indígenas; e Martius pretende ressalvar os índios considerando que tivesse uma origem nas civilizações antigas, tendo decaído posteriormente. Deste modo ele enobrecia as origens e desnaturaliza a decadência. Por outro lado, ele elogia a miscigenação ressaltando seu caráter positivo.

Martius considerava como o início da história do Brasil um presumido período de apogeu da civilização autóctone. A fim de que se comprovasse essa teoria e na ausência de uma documentação escrita, propunha como meios de acesso a esse passado remoto a língua indígena (uma vez que as marcas da história nela estariam gravadas) e expedições arqueológicas que encontrassem traços dessas civilizações perdidas. Dessa maneira justificava-se a ênfase no estudo dos indígenas do passado: não apenas se poderia comprovar a capacidade do homem americano para o desenvolvimento, como também se enobreceria o passado nacional e se institucionalizaria uma baliza temporal específica, em que a história do Brasil possuiria uma profundidade cronológica bem mais distante que a marca da presença portuguesa.

Seguindo as propostas de Denis, Martius insiste que se poderia apreender o passado através do estudo linguístico, que franquearia acesso à

Mitologia, as teogonias e geogonias das raças brasileiras. Um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos, e no balbuciamiento poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural, e de um culto ainda enigmático. (MARTIUS, 1845: 387)

Através da investigação minuciosa, poder-se ia mesmo encontrar reminiscências dessa civilização pelas relações sociais e resquícios de legalidade nos costumes (MARTIUS: 1845, 387). As pesquisas arqueológicas e linguísticas demonstrariam, cedo ou tarde, as origens ilustres dos indígenas brasileiros.

Quanto aos negros, Martius não dedica muitas páginas a eles. Qualifica-os como primitivos, supersticiosos... Por considerar que a história se desenvolve justamente na construção do povo, o naturalista defendia que a história do Brasil dever-se-ia à capacidade da raça portuguesa de aglutinar e civilizar as outras raças, levando o povo brasileiro a um estágio em que as histórias de cada raça se amalgamassem num todo: o destino nacional e conformaria o caráter

distintivo do Brasil como nação. (MARTIUS: 1845, 382) O destino da nação brasileira – e nisso ele ecoa as proposições anteriormente aqui analisadas – é criar uma nova nação européia nos trópicos, onde o avanço e desenvolvimento da raça e cultura portuguesa seriam capazes de converter as características nocivas das outras raças em um amálgama aceitável.

Acompanhando a perspectiva cronológica que se firmaria a partir dos autores aqui analisados, Martius inicia a história brasileira com os indígenas. Este período da história pátria seria extremamente importante, porque definiria a longevidade da nacionalidade e da sociedade brasileiras, embora estivesse imerso nas brumas da inacessibilidade.

A segunda etapa da história nacional seria em decorrência, o período da colonização, em que o Brasil conhece um novo momento civilizacional, decorrente do encontro e interação (nem sempre positiva) entre as etnias branca e indígena. Desse momento data o início da europeização em que os portugueses teriam efetivado um grande desenvolvimento humano, social, político e administrativo, sem esquecer o econômico. Ao contrário de Denis e G. de Magalhães, Von Martius considera a transposição de instituições portuguesas para o país como benfazeja obra civilizacional e a constituição do Estado como decorrência dessa influência

Apesar de considerar as etnias subalternas como partícipes, sua tese central é da continuidade da superior cultura européia – daí a ênfase na possibilidade de que os indígenas fossem europeus do velho mundo transmigrados em priscas eras. A partir disto decorreriam vários desdobramentos: a de que a história do Brasil seria derivada da história portuguesa e, portanto, européia em seu cerne, bem como herdeira do passado glorioso de Portugal; a certeza de que as instituições européias teriam sido transplantadas para cá, dando continuidade à civilização original; e por fim que o estudo da história do Brasil deveria se dedicar ao estudo dessa continuidade. (Martius: 1845, 390-94).

Suas previsões são otimistas

Jamais nos será permitido duvidar que a Vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar essa mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população Brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado. (MARTIUS: 1845, 383)

Numa perspectiva que se divide entre o filosófico e o pragmático, Von Martius propõe uma nacionalidade miscigenada, em que a raça superior (branca) leve adiante a tarefa de desenvolver o gênero humano, civilizando e apurando as raças inferiores (indígenas e negros) pela mescla. Esse seria o destino do Brasil, um destino atribuído pela Providência. Apesar da dificuldade da tarefa, ele acredita que sendo este o destino, é inelutável e que o conhecimento e reconhecimento da história dessas raças levariam à certeza de uma civilização de valor no futuro.

Martius se posiciona como conhecedor, não só da brasilidade, como também do universo de expectativa em que seria recebido seu texto, que teve muito boa aceitação no Instituto. Seus leitores do IHGB compartilhavam de suas prevenções contra as “raças inferiores”. Por outro lado sua associação à academia européia dá a ele o status de um especialista e, de fato, suas proposições se baseavam num sistema de pensamento embasado nas teorias mais em voga no período.

Já sua periodização não é tão clara. Uma vez que a história do Brasil deveria se construir pela soma das histórias de cada povo associado à formação da identidade, a cronologia se torna flutuante, no sentido de depender destas subnarrativas para a composição final. Por outro lado, a ênfase nos indígenas e o entusiasmo com que descreve o período colonial levam a uma contiguidade de sua periodização com a de Denis. Ou seja, uma idade antiga a ser recuperada, passado pertencente à civilização indígena que se perdera. Uma segunda divisão, compreendendo o período de domínio português e o tempo presente, em que a Nação assumia seu destino independente.

O que se pode afinal perceber é que o desenvolvimento do cronótopo do indígena como referencia histórica se consolida desde Denis a Martius, abrindo frentes de pesquisa, propondo um viés explicativo e assegurando uma história própria para a nação em que o cronótopo do indígena se sofisticava ao ponto de dar uma origem européia aos nativos.

As noções destes três autores sobre o passado nacional se refletiriam sobre o desenvolvimento dos estudos históricos no IHGB nas décadas seguintes, sobretudo no período de fulgor dos estudos etnográficos. Entre as décadas de 1840-1870 boa parte dos estudos no âmbito do Instituto se dedicariam ao aprofundamento do conhecimento dos indígenas, fosse pela arqueologia, fosse pelos estudos linguísticos, sempre em busca de justificar os marcos cronológicos propostos.

Estes autores e seus projetos foram responsáveis por uma tradição de nacionalidade que seria fundamental na produção dos letrados do período entre 40-70, construindo um imaginário de índios de papel que se representariam na ficção e na história. Na seção seguinte nos deteremos em um autor que, apesar de não estar envolvido nos trabalhos do IHGB, foi importante colaborador na consolidação do cronótopo do indígena, a partir de sua ficção histórica.

Os textos que agora vamos avaliar são textos teóricos em que ele acompanha o debate já visto neste capítulo, clamando à literatura nacional que abrace a causa da narrativa do passado como esforço patriótico. Seus estudos aqui abordados ganham interesse para este trabalho como reverberações dos projetos articulados anteriormente, e assim demonstram o alcance das propostas dos autores abordados. E por outro lado, pretendemos destacar o Alencar pensador da realidade nacional a partir dos pressupostos de seu tempo, aspecto não suficientemente abordado pela crítica.

1.6 – José de Alencar e a literatura como narrativa da história

Até este momento, vimos tentando demonstrar os esforços de construir-se um projeto para a história do Brasil, na primeira metade do século XIX, momento em que se buscava uma cronologia, lugares de memória e, principalmente, definir uma tradição cultural como parte do fomento de uma cultura histórica. Nesse sentido os textos e autores acima estudados foram importantes colaboradores na implementação dos Estudos Históricos nacionais.

Nesse ponto iremos abordar José Alencar como um importante interlocutor da tradição que se construía sobre como e o que narrar da história nacional. Para tanto abordaremos dois de seus textos não ficcionais: *Cartas da Confederação dos Tamoios* (1856) e “Benção Paterna” (1872) destacando neles alguns aspectos importantes da perspectiva alencarina sobre a história do Brasil e sobre o como narrá-la. A partir destes textos podemos relacionar a tradição que se construía e o pensamento alencarino, em que algumas certezas se reafirmavam: a consciência de uma história brasileira, representada por um passado que necessitava ser recuperado na forma da narrativa histórica; a certeza de que a literatura seria uma forma possível dessa narrativa.

Sobretudo nos interessa a inserção de Alencar entre estes autores como um importante pensador da nacionalidade e narrador do passado, através da literatura. As leituras do século XX, alijadas do substrato em que se produziu seu trabalho nem sempre puderam reconhecer o trabalho alencarino de narrativa do passado como contribuição à cultura histórica. Ainda que os textos aqui abordados não apresentem uma poética acabada ou mesmo um projeto *strictu sensu* neles pode-se perceber o comprometimento de Alencar com os temas que ocupavam os estudos históricos no período (1820-1870).

Nos dois momentos que aqui nos interessam ele se encontra em estágios distintos: nas *Cartas*, em 1856, ele apresenta uma perspectiva projetiva a ser seguida pela literatura, em sentido de colaborar na construção da memória histórica da nação, em acordo com a tradição. No segundo momento, o da “Benção paterna” de 1872 ele se vê já em presença de uma tradição e avalia sua colaboração à construção da mesma. Se em 1856, Alencar esboçava um projeto literário (comprometido com a narrativa histórica) em 1872 ele dá esse projeto por acabado, o que demonstra, no mínimo, uma linearidade de pensamento e ação. Em segundo lugar e não menos importante, se no primeiro momento Alencar aponta para o compromisso entre a narrativa literária e a memória histórica, em seu “testamento literário” ele dá por concluído um projeto de narrar a nação desde a sua antiguidade até o tempo contemporâneo, através da literatura.

A perspectiva convergente entre literatura e história, no pensamento alencarino, ecoava o sentido comum dessa relação entre os homens de letras do período. Acreditava-se então que entre literatura e história haveria uma relação de complementaridade, responsabilidade semelhante de conformar e divulgar a memória histórica e, sobretudo a mesma concepção de história nacional

que era compartilhada pelos autores do período: o cronótopo indígena (como definido no início desse capítulo). Estes aspectos se encontram já presentes em seu texto de estréia no cenário nacional: as *Cartas sobre a confederação dos Tamoios* (1856), como veremos.

1.7 - A literatura a serviço da memória: As Cartas sobre a Confederação dos tamoios.

As *Cartas sobre a Confederação dos tamoios* (1856) representam um conjunto de oito cartas publicadas anonimamente em jornal (e em seguida republicadas na forma de livro assinado) em reação à publicação do poema épico *A Confederação dos tamoios* (1856) por Gonçalves de Magalhães em luxuosa edição paga pela Coroa.

Forma e conteúdo já indicam a proposta gonçalvina de rememorar um episódio da história colonial: luta entre os índios tamoios e os portugueses na forma de um poema épico, em texto de alto teor nativista e que se propunha a consolidar as propostas do mesmo autor (já abordado neste capítulo), no ensaio de 1836. Juntamente com os poemas indianistas de Gonçalves Dias, G. de Magalhães pretendia confirmar a maturidade da literatura pátria, que, engajada na representação do passado (tendo o indígena como cronótopo), cumpria sua missão de colaborar na construção da memória histórica. O poema foi saudado por sua importância política despertando, porém um volume considerável de críticas, sobretudo no tocante às qualidades estéticas.

Alencar, principalmente, seria o mais aguerrido na detecção das fragilidades do texto gonçalvino, ao qual dedicaria estas *Cartas*. Sua leitura do poema é minuciosa e como se pode perceber pelo teor das críticas, tem grande interesse quanto ao papel que a literatura tem a desempenhar na divulgação da cultura histórica e da nacionalidade. É uma leitura cívica e política que Alencar desenvolve em suas cartas, paralelamente às críticas de teor estético que formam a grande massa da obra.

O grande legado destas *Cartas* seria principalmente o esboço de teoria e de programa literários que o romancista produz como resultado de sua crítica a Gonçalves de Magalhães. Este projeto assinala principalmente a importância de configurar-se uma literatura capaz de narrar o passado e reavivar/celebrar a memória histórica. Esboçam-se aí algumas referências importantes para o seu futuro trabalho de narrador da Nação. Uma vez que o tema das *Cartas* seja o poema de Magalhães e, a partir dele, a necessidade de consolidar a literatura nacional, toda a argumentação se direciona a como definir a nacionalidade da literatura: e a ênfase recai na narrativa do passado, retomando os indígenas como tema.

Alencar é enfático: para se produzir o verdadeiro poema nacional, tudo deve ser “novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso.” (ALENCAR: 1856, 24) E para

que se consiga atingir esse nível é preciso se aproximar da natureza brasileira, a única fonte possível de uma verdadeira literatura nacional, nela incluindo-se o indígena

se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéias de homem civilizado.

Filho da natureza embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslizar-se no azul do céu; ouviria o murmúrio das ondas e o eco profundo e solene das florestas. (ALENCAR: 1856, 6)

Encontra-se nesse trecho uma crítica ao poema de G. de Magalhães pela sua escolha de uma estética européia, o poema épico. Tudo na literatura nacional deveria ser novo e local. Assim, se a forma deveria se inspirar na natureza também o tema deveria se destinar à narrativa do passado e da memória indígena, tema que por si só *era um belo assunto que, realçado pela grandeza de uma raça infeliz, e pelas cenas da natureza esplendida de nossa terra, dava tema para uma divina epopéia, se fosse escrito por Dante.* (ALENCAR: 1856, 5).

O tema do passado indígena merece de Alencar a maior atenção: *o esboço histórico dessas raças extintas, a origem desses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas, davam por si só matéria a um grande poema* (ALENCAR: 1856, 8). Na verdade, a história do país se encontra velada por essa narrativa que precisa ser produzida, aquela da *luta de duas raças, a extinção de um povo e a conquista de um país* (ALENCAR: 1856, 10) O indígena é uma raça extinta: o passado é o momento em que as raças se encontraram e uma delas desaparece. A literatura tem por objetivo cantar a grandeza desses mortos que são nossa memória e nossos antepassados, como também nossas vítimas. A narrativa literária dá ao poeta o poder de fazer reviver o passado (ALENCAR: 1856, 52-3).

A ênfase temática recai sobre a urgência de uma narrativa do indígena como um monumento que necessita ser estudado, porque essencialmente memória. Termos como extinção e desaparecimento são comuns ao tratar do indígena, demonstrando que o objetivo maior da literatura, no entender de Alencar, seria dar vida e voz a esses fatos que se encontram registrados na tradição (outro termo também recorrente no texto). Esta por sua vez justifica a certeza moderna de que possuímos uma história, porque temos narrativas orais e documentos (nem sempre escritos) para referendá-la.

Há também uma tradição dos índios (ALENCAR: 1856, 5) que se pode narrar em pé de igualdade. Alencar trabalha com as referências diversas, apontando para a convivência entre diversas vozes narrativas e fontes, todas com o mesmo valor de referenciar o passado. A cultura histórica que vem se constituindo apresenta ainda uma constelação em que as referências (fontes) flutuam paralelamente, sem uma ordem exata a não ser sua originalidade e capacidade de testemunho. O critério alencarino para veracidade do narrado repousa na proximidade entre fato e

narrador, ainda que insista numa crítica interna, relativa às possíveis intenções ou interesses da fonte²⁹.

Seu texto se torna indicial de que o momento é de coleta das fontes, do reconhecimento do passado como entidade a ser reverenciada; momento também de imprecisão na organização dos dados e de priorização de fontes, bem como de voluntarismo no trabalho de resgate; tais aspectos percebem-se na argumentação alencarina e estão apontados nos esforços do IHGB no período, como nos demonstra Guimarães (1988).

Neste texto, porém, essas questões assumem vital importância porque tem o caráter de um esboço, um projeto do que se tornaria mais tarde o romance indianista de Alencar. Ao criticar o poema de G. de Magalhães, Alencar associa crítica literária e argumentação sobre a memória, ressaltando aspectos que ele considera vitais na tradição histórica e que necessitam ser destacados na narrativa sobre o passado: literatura indianista.

Dentre estes aspectos, ele ressalta a necessidade de se narrar o indígena do passado, sobretudo a violência sofrida, uma vez que o encontro entre as duas raças representaria a destruição de um povo. É complexa essa perspectiva, porque o antilusitanismo presente em G. de Magalhães será posteriormente atenuado nas narrativas alencarinas. Do nativismo de Magalhães ao nacionalismo de Alencar, houve que reavaliar a presença do português, uma vez que não se poderia negar sua ascendência. Essa perspectiva não estava clara nas *Cartas*, mas se tornaria bastante bem construída em *Benção Paterna* (1872).

Sobretudo este texto se torna referencial de um momento de projeções. É o tempo em que a história se descobre, se propõe e as letras são conclamadas a trabalho em conjunto para constitui-la e divulgá-la. Em 1872, o panorama seria outro: a história se considera como narrada. “Benção paterna” o prefácio de Alencar escrito neste ano, nos demonstra que, não só seu trabalho havia avançado como romancista, como também a história nacional se encontrava já em estado de maturidade no sentido de consolidação do cronótopo do indígena. Havia já um passado cuja forma se reconhecia facilmente e era passível de ser narrado pela literatura como nos revela Alencar.

²⁹ Essa crítica se faz principalmente aos autores não nacionais: incluindo-se como nacionais, as referências indígenas e nacionais em geral. Nas notas aos romances, sempre que são citadas duas fontes, uma nacional e uma estrangeira, a nacional será aquela considerada mais verdadeira.

1.8 - A Benção paterna: historiador do passado e profeta do futuro

A “Benção paterna” é o prefácio a *Sonhos d’ouro*, romance publicado em 1872 e assinado por Sênio. Nele Alencar já se encontra bastante distante do jovem entusiasta das *Cartas*. A vivência política e literária (e estas coisas nunca se dissociaram em sua vida) havia sido bastante desgastante, além dos graves problemas de saúde (morre aos 48 anos) e Alencar assume que já se sente velho: Sênio. Como outros, este prefácio é na verdade uma defesa prévia da obra (*Sonhos d’Ouro*), bem como um balanço de sua produção literária. Poderíamos dizer que este é um testamento literário alencarino, em que ele dá por bem concluída sua missão de narrar a nação através da ficção, como também parece considerar como sua a tarefa de constituir a literatura nacional.

Escrito em 1872, benção paterna avalia toda a produção alencarina, confundida por ele com a literatura nacional e considerada como tendo realizado a tarefa de narrar toda a história pátria. Em uma cronologia que reafirma o cronótopo do indígena e as épocas prognosticadas pelos autores anteriores, Alencar aponta para o sentido da nação: as etnias se encontram (como no texto de Martius) confluindo para a formação do rio da nacionalidade. Alencar faz avançar a perspectiva de Martius, apontando para os afluxos continuados de emigrantes europeus e sua possível influência na formação da nacionalidade, ainda tênue. Ele avalia acertadamente as levas de imigrantes do presente como influências ainda impossíveis de prever, mas que certamente interviriam no futuro (ALENCAR: 1872, XIV).

Perceba-se que este texto apresenta aspectos importantes no sentido de uma concepção historiográfica: uma periodização clara para a história do Brasil e uma caracterização definida do sentido da nacionalidade (ALENCAR: 1872, XIII-XIV). A segurança com que o autor se refere a esta periodização e à caracterização das épocas da história pátria (sempre a partir da literatura) remetem a uma cultura histórica reconhecível para o leitor. A história nacional é já conhecida e se encontra bastante bem narrada: sobretudo representada pela literatura nacional – sua produção.

O período orgânico desta literatura conta já três fases. A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo, e ele escutava, como o filho á quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou.

Iracema pertence á essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda — *alma mater*, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico; representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de uma natureza esplendida.

Ao conchego desta pujante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; [f]ormam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem *O Guarani* e as *Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquítico como se propôs a ensiná-lo a nós beócios, um escritor português.

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços, e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.

Neste período a poesia brasileira, embora balbuciante ainda, ressoa, não já somente nos rumores da brisa e nos ecos da floresta, senão também nas singelas cantigas do povo e nos íntimos serões da família.

Onde não se propaga com rapidez, a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.

(ALENCAR: 1872, XII-XIV)

A história do Brasil, segundo Alencar, tem três períodos: uma idade antiga, dos mitos, o tempo indígena. Desse tempo pode-se narrar com certeza uma sociedade primitiva, mas dotada de certo grau de civilização (bem próximo daquilo que relatavam os membros do IHGB – como se verá no capítulo seguinte). Alencar curiosamente não remete a civilizações perdidas, mas a um grau de organização social e sofisticação mental: há diferenciação social e religiosidade, ainda que esta seja falsa.

O segundo tempo é o da colônia, do encontro entre as raças. Esse encontro se suaviza pela expressão: *consórcio do povo invasor com a terra americana*. Ele parece evitar personalizar o encontro das raças, pelo uso da metáfora da terra. O encontro se dá entre povo **invasor** e **terra** americana. Desta associação de conquista se iniciaria a gestação do povo americano, vindo da estirpe lusa. Recuperando a concepção do enxerto de Magalhães (1836) ele dá sentido à colonização. A invasão destinava-se a criar esse novo povo, descendente dos portugueses e que se renovara pela natureza tropical. O destino nacional, manifesto em Martius (1845), de criar uma nova raça de europeus renovados, é a razão da nossa história.

A terceira fase da história e da literatura é a da contemporaneidade e dos tempos simultâneos: se nas cidades se vive o tempo presente, de uma nova leva de imigrantes e de uma nova face para a nação, no interior o caráter nacional ainda se preserva. Dessa maneira ainda se pode ter acesso ao passado pela observação do povo e costumes do interior, onde o passado ainda é presente.

Sua literatura se associa à narrativa da história e Alencar aparentemente considera seus romances todos como históricos, uma vez que narram épocas do Brasil. O mais importante nessa “Benção paterna” é que ela apresenta uma cronologia para a história do Brasil e uma definição de épocas centradas no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Acima de tudo ela demonstra que Alencar tem uma percepção bastante clara do que considere como história nacional e do que é necessário ser reconstruído pela memória histórica: é o elemento humano e cultural o que pretende narrar a história de Alencar, em iniciativa bastante arrojada. Esta é em sua opinião a *missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo.* (ALENCAR: 1872, XVI).

O *patos* nativista das *Cartas* cede vez ao encanto nacionalista da mescla. O lamento pela dizimação dos indígenas como proposto no texto de 1856, foi suavizado pela certeza de um destino glorioso em que a “seiva americana” renova o envelhecido sangue português, que será sempre melhorado por novas levas de migrantes (ALENCAR: 1872, XIII). O Brasil, em sua opinião parece ser o destino de várias culturas que, juntas na profundidade do tempo histórico, levariam ao surgimento da nação madura, em tempo futuro.

A experiência da memória histórica perde o caráter de lamentação pelo passado e torna-se local de experiência para se compreender o destino da Nação. “Historiador do passado e profeta do futuro” (ALENCAR: 1856, 53), há um pragmatismo nessa narrativa que não é mais o da simples memória. Há no passado lições a serem aprendidas. Sobretudo a colaboração alencarina de perceber no afluxo das novas raças uma continuidade do destino e do desenvolvimento da nacionalidade que se comprovaria acertado. A nação estava longe de estar acabada: e a baliza da nacionalidade é lançada para o futuro, o tempo histórico esticado.

Há sem dúvida, uma perspectiva diferenciada entre estes dois textos. Se um deles se apresenta como propositivo, bem como os textos apresentados anteriormente, o segundo já considera como pronta a tarefa de narrar o passado nacional. Suas narrativas se propõem a colaborar na construção de uma memória e de um tempo histórico que ainda se encontra relativamente difuso em 1856 e já bem sólido em 1872.

A perspectiva de Alencar demonstra que ele participou do debate de seu tempo sobre a história nacional, sobretudo em sua conformação em torno do cronótopo do indígena. Sua reflexão sobre o passado e sobre a função da literatura em narrá-lo nos serve de referência sobre a eficiência do cronótopo indígena como narrativa da história nacional que se realizaria num segundo momento, compreendido entre as décadas de 1850 e 1870. Nesse momento reencontraremos Alencar, já em seu lugar efetivo de colaborador da narrativa da história pelo cronótopo do indígena.

No capítulo seguinte passamos a observar os desdobramentos dos projetos aqui apresentados. É o momento da representação do indígena na história, no âmbito do IHGB e na literatura, a exemplo da ficção histórico-indianista de José de Alencar.

CAPÍTULO II

O SANGUE E A LUZ: A DIFÍCIL INSERÇÃO DO INDÍGENA NA HISTÓRIA

O segundo período é histórico; representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de uma natureza esplendida.

Ao conchego desta pujante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; [f]ormam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor.

(José de Alencar. “Benção paterna”).

Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua. Já os Tapuias, a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num pólo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados representavam, em síntese, o traíçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador. Se esta última opção custou aos Tupis a sua sobrevivência enquanto povo, a recusa dos outros lhes garantiu a sobrevivência até o século XIX. Foi, a princípio, neste volátil contexto que marcou o processo de construção de uma identidade nacional, onde se contrapunha índios históricos aos atuais, índios assimiláveis aos recalcitrantes, que as teorias raciais dialogavam com o pensamento brasileiro.

(John Monteiro: *Tupis, tapuias e historiadores* – estudos de história indígena e do indigenismo).

2.1 – O indígena como axioma dos estudos históricos no IHGB (1840-1870)

A grande inteligência de Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz.

(José de Alencar. “Benção paterna”).

O capítulo anterior se dedicou a autores e textos propositores de premissas que caracterizaram um programa a ser seguido pela cultura histórica nacional. Sobretudo se efetivava, nestes projetos, uma referência de historicidade própria – que denominamos de cronótopo do indígena – e que cumpria com a função de cronótopo tempo histórico local, provendo de referência temporal e sentido a experiência do passado. Esse projeto se desenvolveria como narrativa apenas a partir da década de 1850, quando os estudos históricos (e a ficção histórica de José de Alencar) se dirigiram à narrativa do passado a partir da presença do indígena.

Neste capítulo nos dirigimos à abordagem dos esforços narrativos que se produziram entre as décadas de 1850-1870, sempre no sentido de conformar o passado a partir do indígena. Os textos aqui considerados tem por tema a inserção do elemento autóctone no passado nacional e a reunião deles objetiva demonstrar não só a recorrência do cronótopo do indígena, como também as dificuldades de implementá-lo como narrativa.

Nossa insistência em repisar tais aspectos vem do fato de que essa perspectiva seja central neste trabalho. Vimos reconstruindo um debate textual sobre a forma e o sentido da história nacional em que se ressalta a dimensão histórica do indígena como cronótopo e em que reconhecemos dois momentos importantes: o período projetivo, abordado no capítulo anterior e o segundo momento, aquele em que os projetos definidos serão realizados. Sendo assim, tratamos neste capítulo de reconstituir o processo de constituição do indígena como narrativa, desafio maior da consolidação do cronótopo tempo histórico nacional. Serão aqui abordados, principalmente os textos em que se desdobraria o debate etnológico no IHGB e a ficção histórica alencarina, que veremos ao final.

Estes autores e textos se propunham a consolidar as noções construídas no momento anterior, já abordadas no capítulo um. Dos autores abordados anteriormente pode-se apreender, em Denis, uma visão de história do Brasil decalcada na história européia, em que as equivalências entre épocas e estágios são repetidas como óbvias. O passado, para Denis, é o momento de formação da nacionalidade pelos acontecimentos, em que desenvolvimento intelectual se soma aos fatos heróicos na construção de uma identidade e uma memória gloriosa. O passado é receptáculo da identidade, é a memória a ser resgatada como justificativa dessa identidade.

Para Gonçalves de Magalhães, a história do Brasil é específica, por sua experiência incomum. Etnias, situações, etc. No tocante à identidade, porém, se por um lado está decalcada

na mistura de (duas) raças e pela experiência da exploração colonial, por outro é indubitavelmente derivada da Europa, de quem somos continuadores.

Em Martius, finalmente, a nossa dívida para com a Europa se estende até tempos remotos, uma vez que os indígenas seriam eles também antigos europeus emigrados. Nossa história então é parte da emigração européia e nossa identidade deve advir da maneira com que teríamos conseguido fazer avançar nossa herança européia.

Um aspecto extremamente importante, presente (em maior ou menor grau) em todos estes autores, seria a noção do indígena como cronótopo tempo histórico próprio. Em todos os autores a certeza de um passado distinto do presente é clara, bem como a certeza da necessidade de um resgate desse passado. No tocante à periodização, porém, há ligeiras oscilações de baliza entre eles, que demonstra a situação de fluidez do passado nacional. A presença do indígena nesse passado está colocada num espaço cambiante entre a idade antiga do Brasil (Denis – e mais tarde Alencar) e uma pré-história (Varnhagen, Gonçalves de Magalhães). O indígena representava assim, não apenas um fator de miscigenação ou cultura, mas principalmente um marco cronológico da história do Brasil.

Representar essas realidades – equivalendo a dar-lhes vida num sentido abstrato, porém direcionado a uma restituição da realidade – se tornou uma tarefa de novas Entradas e Missões (também em sentido abstrato), destinadas a encontrar os indígenas da teoria, conhecer, civilizar e integrar à nação: sempre no sentido da memória. Uma nova colonização se propunha no período que nos interessa: entre as décadas de quarenta a setenta do século XIX, nossos letrados se dedicaram à colonização dos indígenas do passado a partir da história a ser representada, intentando reconstruir o passado.

Uma questão importante se coloca neste momento, que é a da integração entre os estudos sobre os índios no âmbito do IHGB e as representações sobre ele nas artes em geral e na literatura em particular.³⁰ Essa distinção não existia no século XIX, sendo que o termo indianismo tinha um caráter mais abrangente, como se pode perceber em Sílvio Romero:

O predomínio aparente do indianismo na civilização brasileira é um velho prejuízo, difícil de extirpar. Causas numerosas e especiais contribuíram para arraigá-lo, e hoje ainda ele está de pé.

Estriba-se falsamente em razões literárias, históricas, geográficas e sociais. Na literatura aparece como um protesto contra os invasores; vê-se no índio a encarnação do gênio do Brasil e o *nativismo* traduz-se no *caboclisto*.

Na história apela-se para o número avultado das tribos primitivas, e recorre-se à grande porção de aldeamentos dos selvagens catequizados na zona colonizada. É em balde que se

³⁰ A terminologia indianismo/indigenismo, que considera como indianismo a literatura ficcional sobre o indígena e indigenismo o discurso científico, práticas políticas e o discurso do indígena sobre sua condição (este último, sobretudo no século XIX) é uma conceituação mais comum ao século XX e não ao XIX. Os intelectuais nacionais sabiam-se produtores de poesia americana ou indianista. E, quando dedicados aos estudos sobre o indígena no IHGB, realizavam estudos etnográficos. Mas a noção de que as práticas e representações sobre o indígena representassem um discurso e tivessem o nome de indigenismo não lhes era familiar. Alguns autores como Gerardo Otero (2002), David Treece (2008), Maria José de Queiroz (1962) foram de extrema importância para a compreensão dessa distinção. Otero e Treece discutem e operacionalizam as categorias de indianismo e indigenismo como definimos acima, sendo que o texto de Treece é realmente uma obra referencial sobre o assunto. É a partir de sua conceituação que estabelecemos as definições presentes no parágrafo anterior: indianismo: ficção e arte, indigenismo: discurso e práticas sócio-políticas sobre, para, pelos indígenas.

demonstra serem as enumerações dos velhos cronistas inexatas, tomando eles simples denominações de famílias e de variedades de um só grupo, por outras tantas tribos e nações diversas.

...

Na geografia apela-se para os nomes tupis que abundam em nossa carta, sem reparar que esse fenômeno natural nada prova, além do respeito á tradição. Na esfera social o índio tem mais simpatias, deixou ha muito de ser escravizado e, por ser menos escuro do que o negro, é mais querido. (ROMERO: 1888b, 1184-6)

Perceba-se que para Romero, o indianismo é um termo geral que define todo e qualquer interesse pelo indígena, sobretudo como elemento fundante da nacionalidade. O termo, cunhado por Romero, tem sentido pejorativo por representar (na opinião do autor) um falseamento da realidade, uma vez que o país não é apenas fruto do encontro entre brancos e indígenas, mas das três raças. Pelo trecho citado parece ter dado origem não só ao termo indianismo, como à noção de literatura indianista como uma mistificação em torno do indígena.

A linha divisória entre as formas de representação do indígena (e da história) não existia no universo mental do século XIX, quando os pesquisadores e etnógrafos do IHGB eram também alguns dos autores mais expressivos da literatura de temática indígena, a exemplo de Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães.³¹ A grande maioria das manifestações culturais do período (1820-1870), artísticas ou não, prendiam-se ao indígena como cronótopo do passado nacional.

No capítulo anterior observamos a busca de projetos de narrativa do passado nacional e a importância adquirida pelo tema do indígena nessas propostas narrativas. A inserção do indígena na narrativa do passado representava um cronótopo, que definia identidade e cronologia. O tema cresceu em importância a partir da criação do IHGB (1838), onde o debate sobre os índios atingiria seu clímax³². Neste capítulo nos interessa aprofundar o recorte, centrando-nos em textos que foram icônicos para o debate sobre o cronótopo do índio. Os autores e obras aqui abordados são importantes índices dos níveis de conhecimento a respeito dos indígenas em seu período e sua influência e importância se demonstrarão aqui pela reverberação na ficção histórica de Alencar, que abordaremos ao final do capítulo.

A associação destes textos etnohistóricos à ficção de Alencar tem duplo viés. Por um lado, pretendemos ressaltar a importância da ficção alencarina como representação e (reflexão sobre) do passado. Importa-nos aqui destacar que a iniciativa alencarina de produzir romances históricos tratando do passado nacional, se representavam o desejo de popularização da cultura histórica nacional, demonstravam também que o passado já apresentava uma imagem reconhecível na qual

³¹ Curiosamente, estudos integrados da produção indianista e indigenista desses autores, não são comuns. A divisão hodierna entre literatura e história (quase inexistente naquele período) costuma separá-los no benefício da compreensão das práticas: literária ou historiográfica, em detrimento da apreensão do conteúdo: a história do Brasil a partir da associação entre indígenas e brancos, a influência dos indígenas na cultura nacional, etc.

³² A bibliografia sobre o tema vai se tornando extensa. Destacamos os trabalhos de Rodrigo Turin: *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. (2009); Kaori Kodama: *O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania*. (2007), *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. (2005); Lúcio Meneses Ferreira: *Vestígios de Civilização: a arqueologia no Brasil Imperial. (1838-1877)*, (2002).

a ficção poderia se sustentar. Ou seja, o conjunto de obras aqui abordadas dão conta de que há já uma memória acerca do índio no passado que vem de se tornar referência e representa sem dúvida a chave de leitura histórica da obra alencarina.

Dentre a vasta produção dos autores do IHGB sobre o tema no período (1840-1870), destacamos aqueles que se apresentam mais ensaísticos e destinados a se tornar referência sobre o tema dos indígenas na história. São eles: o ensaio produzido por Gonçalves Dias a pedido do Imperador: “Brasil e Oceania” (1851-3) que só se publicaria em 1867. Os capítulos destinados aos indígenas na História Geral do Brasil de Varnhagen (1854-7), com ênfase nos capítulos “Dos Índios do Brasil em geral.” (1854) e “Discurso preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira. (1857)” e, por fim o ensaio de Gonçalves de Magalhães: “Os indígenas do Brasil perante a história (1860)”³³.

Estes textos e autores foram aqui reunidos por configurarem um sólido debate sobre o tema do indígena na história nacional dentro do IHGB, debate esse que refletia não só a importância do tema como o estado do conhecimento sobre os indígenas no período.³⁴ Este debate foi fundamental para a consolidação das primeiras noções de uma nacionalidade, bem como demonstra os primórdios da institucionalização do pensamento historiográfico e de uma cultura histórica nacional que transpareceria nos textos alencarinos, como veremos posteriormente. (MONTEIRO: 2001, 171-2).

Tanto no sentido ensaístico quanto em pesquisas de campo, os membros do Instituto se dedicaram aos estudos etnográficos de maneira prioritária. E, apesar das divergências, no período posterior à implementação do IHGB avançou-se efetivamente no sentido de demarcar um lugar e uma função para os indígenas em nossa história. Uma história do Brasil ia tomando corpo, em torno do cronótopo do indígena e sua presença era já suficiente para que as representações do passado transbordassem para as manifestações artísticas.

No caso específico da literatura histórica só se torna viável em presença de uma cultura histórica já em elaboração, em que os receptores do texto, não só saibam reconhecer a diferença e a simultaneidade entre o presente e o passado presentes na literatura, bem como tenham um conhecimento razoável desse passado considerado como memória nacional, para compreender e assimilar como **seu**³⁵.

O romance histórico-indianista desponta como importante colaboração na narrativa desse passado tão estudado e tão pouco **narrado**. Daí a importância dos romances de Alencar como

³³ Magalhães foi visto no capítulo anterior, por seu texto/projeto de história da literatura. Sua presença novamente neste momento demonstra não só sua onipresença nos estudos sobre a nacionalidade, como também se deve ao peso de suas assertivas. Magalhães foi referência, para Alencar, como também para Gonçalves Dias, seu colega de IHGB e letra nacional.

³⁴ A literatura indianista se tornaria um reflexo das assertivas apresentadas por estes autores, tanto na poesia quanto nos romances históricos alencarinos.

³⁵ Em seu *O romance histórico* (1966), Lukács destaca que o momento em que surge o romance histórico é aquele em que o povo descobriu a história como parte de sua existência e ao mesmo tempo, sua participação nela. A história se torna algo próximo e daí o interesse em conhecê-la.

representação do indígena no passado nacional. Estes romances indiciam não só o envolvimento pessoal do autor com os debates da história em seu tempo, como também o fato de que a história que ele representa é reconhecível pelos leitores como memória histórica. Estes romances compartilham do horizonte de expectativas do leitor e, dessa maneira, se torna uma fonte importante de acesso a ele. Ao fim e ao cabo, os romances de Alencar consolidam o trabalho de elaboração da temática indígena dentro do IHGB, o que ora passamos a abordar.

2.2- O indígena brasileiro e a história antiga do Brasil

Os índios, no Brasil, não apenas não deixaram objetos significativos, ademais desconheciam tudo o que poderia ter contribuído sequer para a civilização mais limitada. **A suposta história antiga do Brasil se revelou como pré-história.**

(Christian Hauber, “Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista”) (negrito nosso).

De tais povos na infância não há história: há só etnografia.

(F. A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*).

A constatação da impossibilidade de acesso a documentos sobre a história indígena (num momento em que documento significaria registro escrito) levaria à proposição de um setor de etnografia no IHGB, implementado em 1847 e a um debate incessante sobre o tema indígena dentro do Instituto, considerando-se passado e futuro. No período compreendido principalmente entre 1840 e 1860 a etnografia assume centralidade nos debates do IHGB quando, segundo Kaori Kodama, ocorreria o processo de construção do “índio brasileiro” (KODAMA: 2005, 13). O Instituto apresentava-se então como centro de importantes debates, nem sempre pacíficos

Percebe-se a grande polêmica instaurada em toda a produção científica do IHGB: o Brasil necessitava descobrir seu passado, de preferência glorioso e civilizado, e as explorações de campo destacam-se como as principais consequências dessa crescente motivação (na forma de arqueologia, etnologia e história natural). (LANGER: 1998, 165)

A verve etnográfica representava na verdade um desdobramento da constituição do indígena como referência de historicidade. Por outro lado resvalava na falta de suporte material para a narrativa do passado indígena. As ambiguidades entre esse conhecimento que ainda não passava de um projeto e as questões práticas do presente levavam à dificuldade de se dar uma forma clara ao passado uma vez que, dentro da proposta do IHGB:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia [estaria] definindo aqueles que internamente [ficariam] excluídos desse projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. ... (GUIMARÃES: 1988, 6)

Se, por um lado, para os membros do IHGB a história nacional se afiliava ao destino civilizacional europeu, herdado de Portugal, por outro se percebia como necessária a consolidação de um passado em que a presença do indígena solucionaria vários dilemas da historiografia nacional.

Os esforços empreendidos se dariam em duas frentes: literatura e história (GUIMARÃES: 1988, 11; KODAMA: 2005, 103), em um esforço de construção de uma história em forma de etnografia e literatura, limitada pela inconsistência do conhecimento sobre os indígenas e preenchida pelas deduções, por vezes bastante otimistas, dos membros do Instituto (CURY: 2007). Considerando-se a novidade das ciências do passado, o desenvolvimento da arqueologia e etnografia no período levava estes homens à euforia pelas possibilidades de descoberta através do desenvolvimento das mesmas. (LANGER: 1998, 177).

Além da questão identitária que aqui nos ocupa, outros interesses estavam em jogo, como as necessidades práticas de substituição de braços na lavoura, com o fim do tráfico negreiro, a integração dos contingentes indígenas que seguiam sendo um problema de desordem social, o necessário incremento populacional com sua admissão ao seio da sociedade (os índios não eram contados como elementos participantes da nação) e, não menos importante, a possibilidade de apropriação de suas terras, que não eram nada desprezíveis (MOTA: 1998; KODAMA: 2005, 198).

No entanto, reduzir os esforços etnográficos do IHGB à busca de soluções para os problemas do presente seria negar a existência de uma consciência histórica (RÜSEN: 2009) que de fato se formava. O indígena objeto de estudos do IHGB representava, sobretudo, passado. Era tácito para os membros do Instituto que os indígenas do presente fossem decadentes em relação aos antecessores pré-cabralinos, sendo discutidas apenas as razões dessa decadência. Por outro lado era também corrente que os cronistas não eram dignos de confiança em seu testemunho (principalmente quando pejorativo) e que o passado necessitava de uma releitura e representações que lhe fizessem justiça.

Para colaborar nessa narrativa Alencar iria transformar o texto historiográfico em literatura, participando indiretamente dos debates ocorridos no Instituto. Em se considerando as narrativas alencarinas aqui abordadas: *O Guarani* e *Iracema*³⁶, ele transforma em narrativa

³⁶ Vale lembrar que *O Guarani* representa uma tentativa de colonização em moldes europeus, por parte de um fidalgo português preso aos ideais medievais. Um indígena que se torna amigo e aliado da família (o guarani do título) vai representar a difícil situação dos indígenas na sociedade branca, bem como a plausibilidade de se tentar civilizá-los. Um incidente em que uma jovem índia de nação inimiga é morta acidentalmente pelo filho do Senhor português. Deste incidente se origina uma luta de morte entre a tribo Aimoré e a casa dos Mariz. Restam ao final um casal mestiço o Peri protagonista e a branca Ceci, numa proposta de miscigenação que fica em aberto.

histórico-ficcional os temas dos debates do IHGB sobre a presença indígena na história do Brasil. Sua ficção abordaria os temas essenciais que se discutia no Instituto: quando do encontro entre indígenas e brancos qual era o grau de civilização dos autóctones, possuíam religiosidade, capacidade de recepção da civilização/catequese; além disso, qual teria sido a participação dos brancos na obra colonial, o destaque para a catequese como artefato civilizacional e, colaboram ou não dos indígenas na obra civilizadora. Estas questões que mobilizavam o IHGB foram respondidas pela ficção alencarina, através de representações.

Da associação das letras na busca de definir o papel do indígena nos informa Manuel Luís Salgado Guimarães

Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena. (GUIMARÃES: 1988, 11)

Acima de tudo buscava-se definir o papel do indígena na tradição nacional. Para HAUBER (2007) essa questão era inútil uma vez que o papel passivo do índio já era o seu lugar na história nacional. Em suas palavras:

Todos esses juízos têm em comum procurar definir o papel do índio através da pergunta por sua pertença ao projeto nacional ou a sua exclusão dele. Ignora-se, dessa maneira, que o índio na historiografia brasileira oitocentista simplesmente desde sempre fazia parte de um processo dinâmico. Antes que fosse sequer possível surgir uma tensão entre inclusão e exclusão, essa tensão já foi resolvida no conceito de civilização. Na historiografia brasileira do século XIX, a nação ainda estava para ganhar a sua feição definitiva, partindo de um passado que tinha que ser continuado e excedido no sentido da civilização. É, em particular, nos índios que essa idéia encontra a sua manifestação eloqüente. E é apenas nesse sentido que é, no máximo, possível falar do índio como símbolo nacional. (HAUBER: 2007, 257)

Em seu artigo “Civilização e Nação” (2007), Hauber concentra sua atenção em aspectos anteriormente considerados por autores como Guimarães (1988) e Kodama (2005) quais sejam: a relação entre catequese, civilização e integração dos indígenas. Sua perspectiva avança, porém, ao abordar a dicotomia entre civilização e barbárie, integração ou não dos indígenas como uma questão já resolvida pela historiografia dezenovista, a partir do conceito de civilização e da associação passiva dos indígenas.

Para o alemão a participação indígena no processo civilizatório e, concomitantemente, na história, se define pela sua posição de objeto de catequização e civilização por parte dos europeus. O seu estado de objeto da conquista justificaria o caráter civilizador da nação, bem como lhes garantiria um lugar no passado e futuro da Nação, como membros associados.

O cerne do debate no IHGB seria, portanto, a relação entre indígenas e civilização, sua capacidade de produzi-la e absorvê-la, seu lugar na história mundial e, conseqüentemente, o

Já *Iracema* trata de uma tentativa bem sucedida de colonização, como de miscigenação, entre um branco e uma indígena, a Iracema título. Do encontro entre os dois surge um primeiro cearense, que seria levado de sua terra para ser educado entre os brancos. *Iracema* retrata a impossibilidade de resistência e mesmo de existência dos indígenas, uma vez que, mesmo colaboradores, morrem ao final. Por outro lado apresenta uma iniciativa colonizadora em que o branco se apropria dos costumes indígenas e se adapta, tendo sucesso ao final.

nosso, em resposta as teorias européias que consideravam a América um espaço de decadência. Como nos lembra Freitas

É necessário ter em conta que o conjunto de idéias científicas em vigor no século XIX, é em grande maioria de cunho pessimista, negativo e preconceituoso em relação aos indígenas. Segundo as teorias racistas e evolucionistas de então, são eles vistos em estágio inferior ou de degradação. Prevalece a tese de extinção eminente. São posições díspares, ora implicando em conceitos como de poligenia e mutações biológicas (Agassiz), ora prendendo-se a visões de racismo histórico (Gobineau), ou tendendo a aspectos os mais bizarros como a defesa da perfectibilidade e da Eugenia. Os ideários transitavam assim entre os extremos da edenização à detração racial.

Nesse momento é mesmo sugestivo tomarmos como referência o pensamento de um dos mais importantes filósofos europeus do século XIX, representante da ilustração racionalista. Para Hegel, as sociedades indígenas não possuíam qualquer importância para a humanidade enquanto história, pois não detinham sequer existência objetiva. Segundo ele, somente através da sociedade de Estado seria possível o desenvolvimento da única realidade possível: a razão. Nesse propósito, em suas *Lições Sobre a Filosofia da História*, apresenta os índios da América sob forma pejorativa e preconceituosa, descrevendo-os como espécie pré-humana, carente de todo conhecimento. Pelo seu evolucionismo, os povos pré-históricos fatalmente sucumbiriam diante do “espírito” europeu, pois os julgava física e espiritualmente impotentes. (FREITAS: 2010, 4)

As posições dentro do Instituto estavam longe de ser consensuais e abordaremos aqui três autores que foram fundamentais para a consolidação de imagens mentais sobre os indígenas: Varnhagen, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Estes homens foram prolíficos e importantes autores de literatura e historiografia sobre os indígenas, bem como ocuparam cargos públicos não menos relevantes. Seus trabalhos e idéias influenciaram e dirigiram os debates do IHGB, bem como a maneira de pensar os indígenas de várias gerações até os nossos dias (NOELLI: 2007).

2.3- Novas Entradas e bandeiras: as representações dos indígenas

Os textos que aqui abordaremos foram fundamentais para o período e apresentam uma relação dialógica e nem sempre pacífica. Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães eram reconhecidos “caciques” defensores da inserção do indígena na história do Brasil e importantes autores de poesia indianista. Varnhagen, se anteriormente fora simpatizante da causa indígena, mudara de opinião a partir de meados da década de 1840 e o *Memorial Orgânico* (1849) seria o primeiro porta-voz de suas posições anti-indígenas (OLIVEIRA: 2000). No *Memorial* ele abraçaria a defesa de teses como o caráter degenerado dos indígenas e a preeminência da identidade branca, bem como se posicionaria a favor da emigração de colonos europeus e erradicação de africanos:

No seu projeto de constituição do povo brasileiro não havia nenhuma intenção de inclusão dos negros. A Nação por ele pleiteada deveria ser branca e europeizada. Por isso, para que a civilização e a formação do povo brasileiro se realizassem era preciso “*admitir no país gente branca*”. O governo tinha a responsabilidade de criar leis e adotar medidas que favorecessem a vinda e a colonização do território por grupos de europeus. (OLIVEIRA: 2000, 94)

E, se os negros eram considerados perniciosos e necessariamente deveriam ser descartados, sua substituição deveria se dar pelos indígenas, porém, em sentido diverso ao preconizado pelos filo-tapuias (Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias entre eles)³⁷. Os meios brandos (catequese) não haviam funcionado no passado e, portanto, a experiência demonstrava que só as bandeiras e meios violentos haviam sido eficientes para cumprir a missão civilizacional dos portugueses que ele assim descrevia

A missão do homem branco era resgatar da degeneração tantos homens perdidos para ela, mas era preciso que ele não desconhecesse a história. Os índios sempre haviam sido inimigos da civilização e seria ilusão esperar que eles espontaneamente se integrassem à Nação. (OLIVEIRA: 2000, 95)

Por fim e como justificativa final da não pertença dos indígenas brasileiros à nacionalidade, Varnhagen defendia que fossem povos não autóctones, o que justificaria a invasão portuguesa e o aprisionamento deles como fato natural da história. O indígena encontrado pelos portugueses (tupi) seria um invasor que submetera os antigos e verdadeiros donos da terra (tapuias). Uma vez que fossem invasores impiedosos e decadentes, a invasão portuguesa representava salvação para eles, ao trazer a civilização e a possibilidade de regeneração e retorno ao estado humano (civilização) (OLIVEIRA: 2000, 99).

Segundo Oliveira (2000: 99-100) Varnhagen se encontrava convencido da inumanidade dos indígenas e de sua incapacidade de regeneração, embora soubesse ser essa posição inaceitável para a grande maioria de seus pares. De fato, a *História Geral do Brasil* (1854-7), onde estas idéias se cristalizariam em narrativa nacional, não só foi bastante criticada pelos membros do IHGB, como iniciou uma polêmica teórica no âmbito do instituto, cujos textos serão aqui abordados. Perceba-se que na HGB Varnhagen assume o tom de polêmica desde o segundo volume, publicado em 1857, já em resposta ao burburinho provocado pela publicação do primeiro. Interessa-nos aqui a primeira edição, que traria como decorrência os textos responsivos de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias a serem também discutidos.

Há que destacar nestes autores e nos textos que ora serão avaliados, a centralidade de questões sobre pertença dos indígenas à nacionalidade, sua capacidade de civilização e meios para tanto e, sobretudo, como se inseririam na história nacional. Consideramos esse debate como uma segunda parte do processo de construção da imagem do indígena como participante da história nacional e, sem dúvida alguma, fonte importante da representação da história do Brasil: desenvolvimento do cronótopo do indígena em sua dimensão narrativa. De fato eles materializam

³⁷ Filo-tapuias foi o termo pejorativo cunhado por Varnhagen para se referir aos defensores dos indígenas como dimensionadores da história pátria dentro do IHGB.

a organização de um saber sobre o indígena e sobre a história nacional. Seguindo uma ordem cronológica iniciaremos por uma abordagem das idéias de Varnhagen, contidas na HGB.

2.4 - Varnhagen e a impossibilidade de uma história indígena.

Em resposta à simpatia indianista pela inserção dos indígenas na história do Brasil, Varnhagen apresentaria suas proposições em dois textos, no primeiro e no segundo volume de sua *História Geral do Brasil*, publicados em datas distintas. No primeiro volume, a seção VIII. “Dos Índios do Brasil em geral.” (VARNHAGEN: 1854) seria dedicada a uma descrição etnográfica sobre origens, costumes, língua, tribos e etc. Para finalizar com a possibilidade de uma história indígena, argumenta que, uma vez que os indígenas não possuíssem documentação verificável não teriam uma história

... De tais povos na infância não há história: há só etnografia. Nem a crônica de seu passado, se houvesse meio de nos ser transmitida, mereceria nossa atenção... A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. — E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisonjeiras paginas que vão seguir-se. (VARNHAGEN: 1854, 107)

A partir dessa apresentação, Varnhagen firma posição nada lisonjeira e situa os indígenas na pré-história (VARNHAGEN, 1854, 114). O perfil traçado não seria simpático, apesar de toda a imparcialidade que o autor afirma utilizar, logo na apresentação do volume. Varnhagen seria o mais importante membro do IHGB (e talvez o único) a discordar do cronótopo do indígena. Uma vez que até mesmo o imperador havia se adaptado a uma estética indianista na indumentária das solenidades, como simbologia nativista (SCHWARTZ: 1999, 140-1), este autor parecia um corpo estranho entre a elite intelectual imperial, ao assumir posição declaradamente anti-indianista.

O autor da HGB centra sua perspectiva numa história destinada à narrativa da consolidação do Estado brasileiro e, nesse sentido, os heróis civilizadores seriam os portugueses brancos, lutando para livrar os indígenas de sua barbárie, representada pelo canibalismo, falta de religião, estado e civilização. Afirmava ainda serem os indígenas uma nação única cujo nome poderia ser tupi ou guarani, a partir da observação de sua língua. Para ele, o termo correto seria tupi, sendo que todas as outras designações, principalmente de tribos, seriam apenas apelidos representando diferenças de local ou de relação com o grupo principal³⁸; esse povo tupi, de guerreiros nômades e hábitos extremamente selvagens, teria vindo do norte para o sul do país.

³⁸ N'O *Guarani* a primeira nota de rodapé de Alencar é uma correção a Varnhagen dizendo que: *O título que damos a este romance significa o indígena brasileiro. Na ocasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma grande raça, que conquistara o país havia muito tempo, e expulsara os dominadores. Os cronistas ordinariamente designavam esta raça pelo nome Tupi, mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe podia dar era a da língua geral que falavam e naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação.* (ALENCAR: 1883a, 353)

Uma vez que fossem povos invasores e se encontrassem em estado de degeneração, a escravização regeneradora seria uma benesse oferecida pelos colonos cujas práticas derivavam da necessidade de colonizar e salvar os indígenas

Foi a experiência, e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes á força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados, começando pelos de alguma resignação e caridade.

Conheceu-se que ou havia que seguir tal sistema, ou que abandonar a terra, para evitá-lo. ...(VARNHAGEN: 1854, 177)

Uma vez que não se encontrasse entre os indígenas os mínimos resquícios de civilização a ele espantava que Rousseau e seus seguidores defendessem os indígenas

... não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar, há sempre numa ou outra época privações e fomes; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios. Não: o filósofo de Genebra guiado pelo seu gênio, e pelas suas filantrópicas intenções, ideou, não conheceu o selvagem! Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana em todos os países, prova que sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto á ferocidade que quase se metamorfoseia em fera.... (VARNHAGEN: 1854, 133)

Partidário da tese da decadência, ele a considera uma degenerescência da raça túpica e se demonstraria pela incapacidade de criar cidades ou culturas mais consistentes, bem como pelas guerras constantes e antropofagia. Para Varnhagen a degeneração não se devia aos portugueses mas, de fato, seriam eles os possíveis salvadores, se salvação houvesse. As idéias de Varnhagen foram recebidas em meio a grande polêmica e, por ocasião da publicação do segundo tomo da HGB, ele insere em seu texto uma confirmação de seu credo anti-indianista, o “Discurso preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira.” (VARNHAGEN: 1857).

Neste texto Varnhagen volta a sublinhar a selvageria indígena, com tintas ainda mais carregadas

Nem sequer mereciam o nome de bárbaros: eram *selvagens*, com o que explicamos a condição social a que os filólogos, independentemente da significação etimológica, aplicam essa palavra. Mantinham a antropofagia: desfiguravam-se horrivelmente, esburacando a cara: andavam geralmente nus; experimentavam toda a sorte de privações, passando até por vezes fomes, por excesso de imprevidência; não castigavam vícios, nem premiavam virtudes; ou antes, não reconheciam estas nem aqueles. Tratavam as mulheres como escravas: e eram viciosos *contra naturam*. Suas povoações consistiam em uns poucos de grandes ranchos ou casarões, em que viviam aquartelados, todos juntos, sem que houvesse repartiamentos interiores: não usavam de nenhum metal. Empreendiam a guerra por vingança ou por satisfazer outros instintos, ou os apetites do chefe e senhor despótico, que era o que a si se proclamava tal, por mais valentão, em quanto outro, com alguma sequela, não lhe disputava o lugar, perpetuando a guerra civil. Os prisioneiros eram sacrificados em meio de danças e bacanais.

Por outra: os nossos índios viviam (e alguns vivem ainda) no primitivo estado do homem caído e manchado; isto é no estado *natural* de família ou tribo, sem leis preventivas, superiores às paixões momentâneas, nem penas contra os infratores dessas

leis. Esse estado, que hoje pelos índios conhecemos perfeitamente de vista, tinha sido variamente apreciado pelos filósofos (compreendendo neste número os socialistas e comunistas), publicistas e historiadores por erradas abstrações, das quais, nem que inspiradamente, alguns se desviaram. Se percorremos o sagrado texto, foi nesse regime de tribo que o inocente Abel pereceu vítima da inveja do irmão, que o velho Noé se viu escarnecido pela família, e que as filhas de Ló pecaram incestuosamente. ... (VARNHAGEN: 1857, XVI)

O texto mantém esse tom belicoso por todos os tópicos através dos quais Varnhagen vai defendendo sua proposta de erradicação dos indígenas pela guerra e escravização. Uma vez que eles além de invasores se encontrassem em estado de barbárie absoluta e degeneração próxima da animalidade, suas premissas se confirmavam e as assertivas filo-tapuias (assim ele chamava os indianistas) seriam mera especulação filantrópica, sem bases científicas³⁹.

Varnhagen, ao situar os indígenas no paleolítico, se aproximava bastante do que se tem hoje por correto acerca das sociedades indígenas pré-cabralinas. Seus acertos só seriam reconhecidos posteriormente, sendo que, em resposta às suas violentas assertivas anti-indianistas, dois autores produziram textos muito importantes e que consolidariam uma perspectiva também recorrente no pensamento sobre os indígenas, ainda hoje: o de vítimas da colonização⁴⁰.

No período que nos interessa, porém, entre as décadas de 20 e 70 do século XIX, a idéia de que os indígenas brasileiros tivessem pertencido a um grau de civilização superior no passado era ponto relativamente pacífico. Para os simpatizantes do cronótopo do indígena este estado avançado teria se perdido por razões externas e não naturais, como afirmariam Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, que agora abordaremos.

2.5 - Gonçalves Dias e a catequese indígena.

“Brasil e Oceania” (1867), volumoso ensaio produzido entre os anos de 1851 e 1853 e publicado na Revista do Instituto em 1867, respondia a uma proposta do monarca de definir entre os indígenas brasileiros e os da Oceania, quais estariam mais aptos à recepção da catequese (civilização). Kodama nos diz que Gonçalves Dias se desincumbiu a esforço da maçada, em 400 páginas distribuídas em duas partes pelo tomo 23 da *RIHGB*, publicada em 1860 (KODAMA: 2007, 2). O interesse do Imperador obviamente estava centrado em traçar diferenças entre os indígenas brasileiros e os da Oceania, defendendo a capacidade de catequização/civilização dos nacionais. Gonçalves Dias se dedica a uma “teoria geral dos índios” em que descrição e análise se associariam numa perspectiva clara de história *magistrae vitae*, declarada logo de início: *pode-se*

³⁹ Interessante destacar que, nessa citação de Varnhagen, ao lado da filosofia e história são citados fatos bíblicos como historiográficos em pé de igualdade, demonstrando a influência da fé cristã nos saberes e discursos.

⁴⁰ Claro está que a idéia de uma civilização indígena perdida não encontra mais eco entre nós, no século XXI. Porém, a vitimização do indígena e a influência de Rousseau ainda se fazem sentir no discurso pro-indígena contemporâneo.

aprender com a história, compreender um povo pelo estudo do seu passado (GONÇALVES DIAS: 1867, 8)⁴¹.

As intenções do seu estudo se dirigem a uma apreensão do **povo** brasileiro e o uso deste termo já é especial. G. Dias parece compreender povo numa perspectiva liberal de nação moderna, em que esse se constitui pela junção de partes (indivíduos) em uma coletividade (povo) e pela associação e participação de cada uma dessas partes. Assim, para compreender um povo já formado como o brasileiro, necessário seria recuperar a infância e as particularidades de cada parte (ou etnia, em proximidade com Martius) para compreender o produto final (GONÇALVES DIAS: 1867, 8). A aproximação com Von Martius se faz não só aqui, mas também na perspectiva de que os indígenas brasileiros da raça tupi, não fossem autóctones, mas os últimos invasores (GONÇALVES DIAS: 1867, 8).

É interessante destacar que, apesar de indianista convicto ele apresentava inquietantes convergências com Varnhagen acreditando, por exemplo, no caráter invasor dos tupis (vindos do Norte) que teriam conquistado os tapuias: naturais do sul do país. Outro aspecto inquietante de convergência com Varnhagen era a crença no aspecto pernicioso (razão da degeneração dos nativos) das suas constantes guerras; ele relativiza, porém a importância delas ao enfatizar a escravização como elemento e acelerador do processo de degeneração.

Baseando-se nos relatos dos missionários e viajantes, Gonçalves Dias reconhece no passado nacional duas raças indígenas: os tupis, mais civilizados, com traços caucásianos, vivendo no litoral e mais afeitos à catequese e civilização, eram obviamente muito diferentes dos tapuias, vivendo no interior, de traços mongólicos, difíceis de civilizar e vivendo em constantes guerras entre eles mesmos. Ele atualiza assim conceitos vindos dos cronistas os índios bravos e os índios mansos: que no século XIX se tornam os civilizáveis e os não civilizáveis (CARNEIRO: 1990).

A partir da revisão destes textos, G. Dias conclui que para civilizá-los no presente era necessário perceber que só os meios brandos (religião, boa vontade, artes: música) teriam surtido efeito no passado. Sua simpatia pela catequese (leiga, porém, sem presença de padres) é declarada e seu estudo dirige-se no sentido de concluir pela sua retomada como meio de civilização. (GONÇALVES DIAS: 1867, 95).

As descrições de tribos e costumes oscilam entre a admiração dos indígenas como um povo guerreiro e amante da liberdade (GONÇALVES DIAS: 1867, 95) – que seria retomado nos poemas indianistas – e a conclusão de que a sociedade indígena apresentava uma fragilidade inerente que facilitaria a civilização:

⁴¹ Na página 8 ele sutilmente insere os indígenas na infância da civilização nacional (GONÇALVES DIAS:1867,8); essa metáfora seria retomada por Alencar em “Benção paterna” (1872).

... Mas em um governo sem chefes, senão temporários, onde só havia de persistente os sacerdotes, o poder teocrático se mantinha por meio de mistérios e superstições absurdas, fazendo acreditar que alguns segredos dos símplices ou da natureza, que possuíam, eram revelações da divindade, com a qual se comunicavam. As superstições, portanto tomavam o lugar da religião, e os sacerdotes o lugar da divindade. ... Sem chefes senão temporários, sem deuses senão o que cada um fantasiava para si, a sociedade não podia prosperar nem ainda subsistir por muito tempo; mas apressemo-nos a notar que esses mesmos fatos, tornando mais azada a conquista, facilitavam a propagação da fé católica. ... (GONÇALVES DIAS: 1867, 106-7)

Gonçalves Dias tem uma perspectiva bem própria: partindo dos autores contemporâneos – Martius, Denis e as teorias raciais da primeira metade do século XIX – ele consegue recuperar a teoria da tabula rasa e concluir com Caminha, que os indígenas estavam mais do que aptos para a fé católica.

Porém, se a fé católica era o elemento de civilização (GONÇALVES DIAS: 1867, 258) o mesmo não se podia dizer dos missionários que teriam sido elemento pernicioso no passado, contribuindo para a escravização dos indígenas e para sua degeneração (GONÇALVES DIAS: 1867, 382). Sua perspectiva acerca dos indígenas associa à tradição herdada dos cronistas e missionários uma recepção das teorias mais contemporâneas, sem perceber que essa junção tornava suas assertivas ambíguas.

Se os tupis eram os mais civilizados e civilizáveis, mas sua organização social e religiosa era tão deficitária, como isso poderia predispor-los a receber a fé católica, uma vez que se encontravam em estado de selvageria: o que representava a incapacidade de civilização? Se eram invasores, isso não confirmaria as teses de Varnhagen de justificar a conquista portuguesa, uma vez que fossem eles mesmos invasores? Por outro lado, se os tupis se encontravam em estágio de civilização superior (em comparação aos tapuias), então como justificar seu estado de tabula rasa? As contradições de Gonçalves Dias demonstravam os limites do pensamento sobre o indígena em seu tempo, bem como a simpatia ambivalente com que estes autores se dedicavam a estudá-los.

Há que ressaltar alguns aspectos extremamente importantes: a consciência de um passado, que se por um lado nos diz quem somos, por outro nos mostra quem deixamos de ser; a construção de uma tradição nacional de compreensão do passado e dos assuntos próprios; a acuidade do trabalho de coleta de dados, a aplicação de um método de análise das fontes e principalmente o esforço de elaboração e consolidação de uma memória histórica. O momento registra não só a busca de consolidação de uma cultura histórica, como também a adoção de métodos e práticas específicas dos estudos históricos.

O debate sobre os indígenas que ora analisamos representava não só a disputa de um locus como colaborava no desenvolvimento de metodologia e narrativa próprios, dirigidos à concretização da experiência de tempo circunscrita ao indígena, considerado como nosso cronótopo nacional. Discutir e narrar o indígena tornava-se tarefa de subida honra como se percebe pelo tom solene de Gonçalves de Magalhães no texto de 1860, que veremos a seguir.

2.6 - Gonçalves de Magalhães: os índios brasileiros perante a história

Publicado em 1860, “Os indígenas do Brasil perante a história” seria publicado na *RIHGB* em volume anterior ao de Gonçalves Dias, mas é temporalmente posterior (adotamos então a cronologia de produção). O texto é escrito em intenção declarada de resposta ao manifesto de Varnhagen e prima pelo tom de incisivo debate e defesa de posições. Este ensaio representa uma atualização de idéias já defendidas no “Ensaio” de 1836, sendo que, porém vai remeter especificamente à questão indígena.

Dirigido a Varnhagen, o texto de Gonçalves de Magalhães inicia por uma crítica veemente à leitura dos documentos sem uma perspectiva crítica. Afirmando que os registros históricos são produzidos pelos vencedores, (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 3-6) o autor sublinha a necessidade de uma leitura a contrapelo das fontes históricas sobre os indígenas, leitura esta que deveria ser destituída de preconceitos contra os indígenas pela sua impossibilidade de deixar registros e, portanto, defesa própria.

O objetivo de se escrever a história dos indígenas seria a reabilitação dessa parcela do povo e passado brasileiros que vinham sendo relegado à marginalização pela “história dos vencedores” e a quem, segundo ele

Muitos negam não só a sua importância na população, colonização e prosperidade do país, como também as noções de Deus e de justiça e alguns nobres sentimentos, que naturais julgamos no homem, e não o produto da cultura, e do artifício social.

Mostrar esse elemento tal como ele é, ou ao menos tal como se nos ele apresenta; reabilitá-lo aos olhos da filosofia e da história, é o fim a que agora me proponho; (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860 6-7)

A reabilitação do indígena, sua inserção na população e na história eram os objetivos de Magalhães, em contraposição a Varnhagen, contra quem se dedicaria a argumentar por várias páginas. O autor inicia por refutar a origem estrangeira dos indígenas (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860 9-10) e resume em poucas palavras uma negação de tudo que fora dito por Varnhagen:

O que os descobridores portugueses acharam em Porto-Seguro, foram depois achando com maior desenvolvimento por todo o vasto Brasil: homens simples de boa fé, hospitaleiros, trabalhadores, e sempre dispostos a unir-se a eles, se os não maltratavam. (MAGALHÃES: 1860, 13)

Nesse pequeno trecho, ele punha abaixo a belicosidade indígena, seu suposto caráter mentiroso e enganador, a preguiça (também defendida por Gonçalves Dias) e destacava sua boa vontade em se associar aos cristãos. Este é o cerne da argumentação de Magalhães, e as páginas seguintes seriam destinadas à demonstração de seus argumentos, sempre a partir das mesmas fontes históricas (testemunhos de missionários e cronistas) e à luz das mesmas teorias contemporâneas que embasavam as assertivas de Gonçalves Dias e Varnhagen.

G. de Magalhães, porém estava disposto a reverter pela retórica todos os prejuízos contra o autóctone. Se o que implicava em desvalor para os indígenas era a inexistência de uma legislação escrita, Magalhães recorria aos Lacedemônios como exemplo de semelhantes na antiguidade; e afinal os indígenas até mesmo se pareciam com eles (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 15). Se os índios eram acusados de supersticiosos, o autor defende-os afirmando ser essa a confirmação de sua capacidade para o sagrado e, em última instância, predisposição para a civilização (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 17-21).

Convencido de que as provas que apresenta são irrefutáveis recomenda a Varnhagen que procure reler documentos e práticas indígenas para que perceba seus erros

Em favor da religião, e da moral, em honra mesmo da humanidade, estimaríamos que o historiador descobrisse essas idéias superiores reveladas por crenças e práticas mais humanas, que aos povos brásílicos não faltavam; como lhes não faltava a idéia de um Ente Supremo, criador do universo, e de uma alma que ao corpo sobrevive, a despeito do que dizem os que, para barbaramente caçá-los e cativá-los, começavam por supor-los animais sem alma; (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 17)

Há uma interessante inversão nesse trecho: o termo bárbaro (utilizado por Varnhagen contra os indígenas) é aqui associado aos europeus, acusados de faltarem com os princípios cristãos ao tratar os indígenas como animais.⁴² A barbárie que Varnhagen quer imputar aos indígenas estaria, na opinião de Gonçalves de Magalhães, no comportamento violento e inescrupuloso que, durante a colonização, estivera representado principalmente pelo elemento branco, a exemplo do que ocorrera na América hispânica: da selvageria dos colonizadores decorrera a perda dos registros dessas sociedades, o que impedia que se chegasse a conclusões mais efetivas sobre a antiguidade das civilizações americanas (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 11).

O modelo estava aí: a partir do exemplo da decadência das civilizações pré-colombianas, decorria a certeza de que teria havido civilizações pré-cabralinas cujos registros se haviam perdido. Apoiando-se em Schlegel, Gonçalves de Magalhães afirmava não acreditar na possibilidade de uma barbárie absoluta para o ser humano, o que equivalia a dizer que ser civilizável é inerente à espécie humana. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 37). A prova cabal de sua capacidade de civilização estava no fato de ter se misturado à população nacional.

Varnhagen afirmava que a incapacidade de adaptação teria levado ao desaparecimento dos nativos, cujos traços não se encontravam presentes entre a população nacional. Gonçalves de Magalhães, porém, está convencido do extremo oposto:

⁴² Há uma sutil discussão sobre a escravidão, tanto nesse texto como no de Gonçalves Dias e a posteriori em Alencar, que se dirige à escravidão indígena não chegando, porém, a se expandir o debate para a instituição em geral.

Se pudéssemos ir por todas as províncias do Império, contando as aldeias, e numerando os índios cristianizados, e domesticados em serviço das cidades, vilas, fazendas, navegação, execuções militares em prol da civilização, veríamos o quanto em maior cópia se fundiram na atual população do Brasil, multiplicando-se sempre mais que os outros dois elementos. Os caracteres físicos do grosso da nossa gente assaz revelam a sua origem indígena como especialidade nas províncias do norte e centrais, onde mais puro se conserva esse tipo. Nas províncias do Sul, os descendentes das numerosas tribos Guaranis e Tapes em pouco ou nada se distingue hoje dos europeus, a não ser pelas suas formas atléticas. (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 60)

Assim, em defesa do indígena e das instituições religiosas ele acredita que a catequese teria sido suficiente se não fosse à avidez dos colonos que, ao contrário dos padres e franceses, não haviam conseguido civilizar os indígenas, prestando um duplo desserviço à causa da nação. Por um lado, não souberam aproveitar a mão de obra indígena e os levaram à decadência; em segundo forçaram a vinda dos negros, a *raça de Cam cuja maldição recai sobre o próprio trabalho* (MAGALHÃES: 1860, 61). E por fim conclui que, como a história deveria ser *magistrae vitae*, ao aprender-se com o exemplo dos erros do passado dever-se-ia abandonar os meios violentos e recuperar a catequese dos indígenas pelos jesuítas, modelo que considerava altamente profícuo.

Entre este documento e o de 1836 não há grande diferença na perspectiva da história pátria, mas um aprofundamento da erudição do autor. Suas perspectivas programáticas seguiam as mesmas, com um lugar de destaque para o indígena e os jesuítas, a repreensão à cupidez colonial e a simpatia pela França que se aprofunda nesse retorno ao passado. Se no texto de 1836 sua francofilia levava à louvação das guerras napoleônicas como responsáveis pela independência, nesse retorno ao período colonial os franceses assumem papel de modelares na sua relação com os indígenas.

A perspectiva destes debates se apresentava dividida entre uma perspectiva de retorno ao passado como aprendizagem e como representação de uma identidade problemática, o que se percebe claramente pela visão multifacetada da história e a dificuldade de se construir uma narrativa. Há que destacar que os textos aqui abordados, se por um lado constituem tentativas de sistematização do passado representado pela participação indígena, por outro demonstram também a dificuldade de se constituir uma narrativa em que eles compartilhem conosco a mesma história. Apesar do esforço e da teorização, a narrativa dessa experiência seguiria em busca de seu espaço de concretização nos poemas indianistas dos mesmos Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães e se materializaria em narrativa histórico-indianista com José de Alencar.

2.7 - O índio no tempo, no espaço, na história e na literatura.

Noutras circunstâncias, como as águas de dois rios, que num confluente se anexam, e confundidas em um só leito se desusam, as duas Literaturas de tal jeito se aliam, que impossível é o separá-las.

(Gonçalves de Magalhães. “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”)

Jamais nos será permitido duvidar que a Vontade da Providência predestinou ao Brasil esta **mescla. O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica.** Em a classe baixa tem lugar essa mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na ultima classe da população Brasileira essa mescla de raças, que dai há séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.

(Von Martius. “Como se deve escrever a história do Brasil”) (negrito nosso)

De um dos cabeços da *Serra dos Órgãos* desliza um fio d'água que se dirige para o norte, e que, engrossando-se com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se um rio caudal.

É o *Paquequer* que, saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois espreguiçar-se indolente na várzea, e **embeber-se no Paraíba, que corre majestosamente no seu vasto leito.**

Dir-se-ia que vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do seu suserano.

Perde então toda a sua beleza selvagem; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látigo do senhor.

Não é neste lugar que se deve vê-lo; e sim três ou quatro léguas acima de sua foz, onde é livre ainda, como o filho indômito dessa terra da liberdade.

Aí, o *Paquequer* lança-se rápido sobre o seu leito, e atravessa as florestas como um tapir, espumando, deixando o seu pelo esparso pelas pontas do rochedo, e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira.

De repente, falta-lhe o espaço, fuge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas forças, e precipita-se de um só arremesso, como o tigre sobre a sua presa.

Depois, fatigado deste esforço supremo, estende-se sobre a terra, e adormece numa linda bacia que a natureza formou, e onde o recebe como em um leito de noiva, sob as cortinas de trepadeiras e de flores agrestes.

(José de Alencar. *O Guarani*) (Itálicos do autor, negrito nosso)

As citações acima nos dirigem ao desejo de condicionamento do indígena brasileiro em várias dimensões contíguas: na geografia e história, na ficção e na memória. A ubiquidade do tema se demonstra bastante bem pelas metáforas utilizadas por Von Martius e Alencar, destinadas a explicar a formação da nacionalidade brasileira.⁴³

A metáfora de Von Martius define sua perspectiva de história do Brasil: o encontro entre as águas do rio traduz a miscigenação das etnias que deveriam se associar para formar a nacionalidade brasileira. A recorrência a uma metáfora relacionada à natureza implica num sem numero de relações: um curso natural da nacionalidade, inquestionável como o do rio; a capacidade de mescla perfeita, que torna as águas indivisíveis; a imagem fácil de ser apreendida.

⁴³ A citação de Gonçalves de Magalhães, apesar de referir-se à literatura, vem também em sentido de miscigenação e tem significado semelhante ao apresentado pelos outros dois autores. Ressalte-se que, como Alencar, ele associa apenas **dois** rios.

Nesse período curto se resume a teoria de Martius (compartilhada pelos estudiosos europeus) de que o Brasil possuía como particularidade maior seu caráter de ultra mescla de raças. Mas acima de tudo, o rio de Martius (rio geográfico e histórico) se destina principalmente à prospecção do futuro: é no futuro que essa mistura se realizará plenamente. É para ele que Martius dirige o olhar e o seu sentido da história.

Essa imagem criada por Gonçalves de Magalhães e retomada por Martius parece ter marcado Alencar, que a recupera em *O Guarani* para descrever a trajetória do Paquequer se formando em rio caudaloso ao associar a si os afluentes que se aproximam. O Paquequer é o mais velho, o primeiro. Mas ele se associa ao Paraíba e então perde sua individualidade e liberdade para se tornar parte de algo maior, majestoso. Porém, Alencar tem interesse distinto de Martius. Não é ao futuro que ele pretende chegar, mas ao passado.

Sua opção pelo Paquequer, não é gratuita: escolhido como representante do indígena, ele deve ser visto em período anterior ao encontro das águas, quando o rio (e o índio) ainda são livres. O curso d'água assume funções importantes: não apenas representa a nacionalidade, mas também uma cronologia para ela. O Paquequer e sua trajetória representam não só o **espaço** do encontro das raças, mas também a passagem do **tempo**: há que recuar no rio e no tempo para ver o selvagem em seu estado natural, livre, antes do encontro com o português, momento em que ele se torna escravo, vassalo.⁴⁴

Apesar da aparente simplicidade destas metáforas, elas representam concepções bem elaboradas e um tanto diferentes da história nacional. Martius resume a perspectiva comum entre os autores europeus (mas de difícil digestão para os estudiosos nacionais): o Brasil é fruto da mistura das três raças. Tanto ele quanto Denis, abordado anteriormente, tem como certa a tendência futura do Brasil de criar uma “nova raça” a partir da mistura das três presentes no país. Nosso povo teria como característica fundamental a construção de uma civilização europeizada nos trópicos, com uma população pluriétnica.

A influência das três raças era uma realidade sabida, porém, de difícil aceitação, pois as implicações dessa mistura eram extremamente complexas, considerando-se as teorias do período e, assumir que a história nacional pagaria pelo retrocesso representado pela associação com os negros⁴⁵, tornava pouco palatável à intelligentsia nacional a mistura das três raças. Como observado anteriormente, apesar de que soubessem da interferência negra na história, os autores (a Ex. de Gonçalves de Magalhães, como mostrado no capítulo anterior) brasileiros focavam sua atenção principalmente na relação índio-branco.

Dessa maneira se explica que a metáfora dos três rios de Martius, publicada no *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), reapareça em Alencar com apenas dois. E, principalmente, que o rio se torne uma cronologia e que o autor d'*O Guarani* enfatize a

⁴⁴ Novamente o recurso à natureza, como forma de representação, demonstrando ainda uma influência importante não só da história natural, como também da literatura romântica.

⁴⁵ Além do preconceito contra o negro, o seu nível histórico de civilização não colaboraria na narrativa da nação brasileira uma vez que, ao associarmos nosso processo ao deles, como queria Martius (1845) – para Martius a história nacional seria a soma das histórias das três raças – tenderíamos ao recuo em nosso estágio de desenvolvimento.

necessidade de se voltar o caminho do rio, em busca de um momento passado em que o índio é livre. Alencar não estava apenas construindo uma bonita imagem de início para o seu romance: ele estava se alinhando com os estudos históricos na tentativa de narrar o passado nacional pela perspectiva corrente entre as letras nacionais.

Convencido de que a história pátria necessitava ser narrada e valorizada, Alencar se dedica em seus romances a representar o processo de formação da nacionalidade a partir do encontro entre etnias. A narrativa alencarina – principalmente aquela dedicada ao indígena – intenta verter para a ficção histórica (e transformar em memória) o conhecimento produzido pelos esforços etnográficos empreendidos pelos autores do IHGB.

Participante de um momento em que a cultura histórica se formava em torno de um passado monumentalizado pelo indígena, narrar o autóctone era trazer à vida o passado mais remoto, assim como propusera Denis (já estudado no capítulo anterior) e um esforço de construção da memória histórica nacional. O estudo do indígena se propunha como efetivamente histórico, intentando conhecer o passado mais recuado da nação, registrar e organizar as informações sobre as populações mais antigas (as tribos indígenas) e, principalmente, compreender o destino dos autóctones após o encontro com os portugueses. Estas eram as questões que ocupavam os membros do IHGB, no período e algumas respostas já se consolidavam, como vimos nesse capítulo.

Nesse âmbito se justifica a inserção dos romances alencarinos que serão abordados neste trabalho: *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Estes romances se dirigem a responder ao desafio proposto pela epígrafe: ver o indígena antes de sua diluição na história, fazer um recorte no tecido temporal para focar o momento do encontro e dar uma perspectiva tridimensional à imagem do indígena nesse encontro. É certo que Alencar acompanhava os autores e textos aqui abordados e a partir de suas leituras definira uma perspectiva da história do Brasil que será aquela narrada nesses romances. Como dito nas *Cartas* (1856) e reiterado pela metáfora do Paquequer, Alencar quer recuperar os indígenas na história.

A perspectiva de Alencar sobre a história pátria, como vimos no capítulo anterior, conformava toda a sua produção nas letras. Alencar se considera um narrador da história nacional pela literatura (ALENCAR: 1872) e, além de estudar com afinco toda a bibliografia e fontes disponíveis, dedicava-se também à crítica e reflexão sobre o passado e sobre a forma de representá-lo. Ele não apenas recupera os dados vertendo-os para a narrativa ficcional, mas discute com autores e fontes, se propõe a estabelecer fatos e tem uma perspectiva da história que acompanha seu tempo e intenta colaborar no esclarecimento e estabelecimento de uma memória histórica nacional.

A imagem do índio precisava ser reconstruída a partir do olhar brasileiro, em esforço patriótico de reconstituição do passado. Retomar o período colonial enfatizando-se a participação do indígena era uma maneira de contar a história nacional no sentido mais importante em seu tempo. E os dois romances que aqui abordamos tem plena consciência dessa importância.

Assim as obras aqui abordadas vão no sentido de colaborar com a construção da memória histórica, coligindo em ficção histórica o conhecimento do passado que se consolidava no IHGB. Alencar vai verter para a ficção as informações obtidas nas fontes coloniais e nos estudos etnográficos do século XIX o que simboliza, principalmente, que uma cultura e uma memória história nacionais vinham se consolidando, a ponto de se poder produzir tentativas ficcionais de reconstrução histórica embasadas por um conhecimento consistente do passado nacional.

Assim, há que reler cuidadosamente afirmações como a de John Gledson para quem, no período de Machado de Assis (e, portanto, também de Alencar),

a história brasileira simplesmente não era inteligível ou não tinha uma estrutura estabelecida e aceita, que pudesse funcionar como contexto, como armação para o ficcionista. As obras históricas do período, como *Um estadista no império*, de Joaquim Nabuco, não tem a estrutura clara de, por exemplo, a *História da Inglaterra entre 1688 e 1820*, de Macaulay, máximo representante da chamada história inglesa “whig” ou liberal, que via a história como progresso inevitável para uma liberdade política e uma prosperidade econômica cada vez maiores. (GLEDSON: 2003, 297)

Como vimos tentando demonstrar ao longo desse trabalho, os romances de Alencar se produzem e alicerçam num momento avançado das iniciativas de compreensão do passado brasileiro, em que algumas certezas já constituem em narrativa histórica e há, sim, uma forma se definindo como imagem da história. É justamente esta positividade que se espalha nos rodapés de Alencar, atestando seu conhecimento da história pátria e o bom uso que está fazendo dele na reconstrução do passado.⁴⁶ Alencar reconhece a existência de uma história já elaborada e pretende dirigir sua interpretação do passado no sentido de fidedignidade aos fatos. A memória deste passado possui, porém, algumas lacunas a serem preenchidas e sua literatura se propõe a colaborar nesse sentido.

2.8 - Reelaborar a história

naturalmente suporá que o poeta lhe vai apresentar uma cena grandiosa, um desses quadros majestosos em que a força, a coragem e o heroísmo é realçado por essa poesia primitiva e natural, que, na frase de Chateaubriand, assemelha os selvagens a heróis de Homero.

Sem dúvida pensará, que essa luta gigantesca que deve acabar pelo extermínio de uma raça e pela conquista de um país, há de começar por um desses fatos que preludiam os grandes acontecimentos que servem de prólogo às revoluções de um povo, às épocas históricas de uma nação.

(José de Alencar. *Iracema*).

⁴⁶ Os rodapés de Alencar já inspiraram uma boa quantidade de estudos. O mais atual e minucioso será a tese de Mirhiane Mendes de Abreu (2002) onde a autora defende que estes representem uma narrativa coadjuvante.

De maneira geral, a crítica aos romances indianistas de Alencar tende a considerar essas notas como um texto paralelo à ficção. Para nós elas são o que se propõem a ser: comprovações da veracidade do narrado na ficção.

D'un autre côté, tout l'héroïsme du moyen âge, tout l'esprit ardent et aventureux des temps de chevalerie, ne paraissent-ils pas avec une teinte particulière dans ces voyages des premiers explorateurs, s'avançant au sein des forêts vierges, sans crainte, attaquant avec audace des animaux inconnus, visitant des nations qui pouvaient les anéantir? Ils ne voulaient que de l'or; mais on ne peut leur refuser quelque gloire:

(Ferdinand Denis. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil.*)

O desafio a que se propõe Alencar está bem definido pelo trecho acima, retirado das *Cartas sobre a Confederação...* (1856). O autor acredita que a narrativa do encontro entre brancos e indígenas é tema grandioso e deve ser apresentado de maneira heróica e grandiloquente. Por outro lado, a citação de Denis não é fortuita. O heroísmo proposto por Denis vai ditar as cores da narrativa alencarina, bem como parece ser responsável pela feição dramática da narrativa. O desaparecimento dos indígenas segue uma inexorabilidade trágica: desse processo de encontro entre raças, mistura e desaparecimento, deveria surgir o Brasil. .

Nas palavras de Alencar,

o **consórcio do povo invasor com a terra americana**, que dele **recebia a cultura**, e lhe retribuía nos **eflúvios de sua natureza** virgem e nas reverberações de uma natureza esplendida.

Ao conchego desta pujante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; [f]ormam-se outros **costumes**, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

É a gestação lenta do povo americano, que devia **sair da estirpe lusa**, para **continuar** no novo mundo as **gloriosas tradições de seu progenitor**. (ALENCAR: 1872, XIII)

Há aí uma perspectiva da história Brasil como processo de formação da nacionalidade pela conquista, encontro entre raças – com predomínio da estirpe lusa e o destino de continuar as gloriosas tradições de seu progenitor. Assim, a história da conquista assume uma ambiguidade cruel que era de fato a perspectiva de seu tempo: o indígena é o passado e o precursor, mas também é memória da violência contra ele.

Essa violência se estetiza ao ganhar um padrão trágico que se manifestaria principalmente na literatura. Os poemas de Gonçalves Dias e as obras de Alencar aqui abordadas tendem a essa perspectiva dramática de uma representação da história com dois lados conflitantes: somos filhos dos conquistadores e dos conquistados. Alencar será o grande narrador desse encontro (os poemas de Gonçalves Dias tendem a narrar o indígena antes da chegada dos brancos, ou em luta contra ele). A ele interessa narrar o encontro entre as raças que levaria ao **desaparecimento** de uma delas e à conquista do território. A existência do Brasil se deve ao genocídio e este será o tema de seus romances histórico-indianistas.

A partir daí parece claro que a ocorrência de sangrentas guerras inter-raciais nos dois romances não seja apenas um artifício narrativo, mas a história a ser narrada. E torna-se ainda mais trágico que os protagonistas indígenas (Iracema e Peri), como aliados dos brancos, assistam impotentes à destruição de sua raça, dividindo-se entre a dor e a vergonha de estarem associados ao outro lado. Eles têm consciência de sua posição e isso apenas reforça seu drama. Acima de

tudo eles se sentem impotentes frente à inexorabilidade desse processo, representado como inelutável. Há uma perspectiva fatalista na história em Alencar, que ajuda a justificar o genocídio indígena.

Duas situações especulares, presentes nos dois romances, ilustram essa tensão e merecem ser citados. Em primeiro, uma cena d'*O Guarani*. Uma jovem aimoré é morta por engano, durante uma caçada. Don Diogo erra a mira e acerta a moça, que morre de imediato.⁴⁷ Quando Peri chega ao local, os aventureiros estão rindo do acontecimento, o que demonstrará algo reafirmado por todo o romance: os indígenas não são considerados seres humanos pela grande maioria dos brancos (é a denúncia alencarina repisada em vários momentos da narrativa)⁴⁸. À vista dessa cena Peri toma consciência do momento histórico em que vive, da iminência do desaparecimento de seu mundo:

O espetáculo que acabava de presenciar o fizera triste; lembrou-se de sua tribo, de seus irmãos que ele havia abandonado há tanto tempo, e que talvez àquela hora eram também vítimas dos conquistadores de sua terra, onde outrora viviam livres e felizes. (ALENCAR: 1857 (parte 1), 147)

Em *Iracema* essa perspectiva retorna ainda mais dramática. Ao consorciar-se com o branco e trair o segredo da Jurema, Iracema condenou toda a tribo. Assim ela assiste (e causa) uma guerra entre a sua tribo: os tabajaras e a tribo inimiga da sua: os potiguaras, amigos de Martim, em que sua tribo será massacrada:

Os olhos de Iracema estendidos pela floresta, viram o chão juncado de cadáveres de seus irmãos; e longe o bando dos guerreiros tabajaras que fugia em nuvem negra de pó. Aquele sangue que enrubescia a terra era o mesmo sangue brioso que lhe ardia as faces de vergonha.

O pranto orvalhou seu lindo semblante. (ALENCAR: 1865, 86)

O destino dos indígenas está selado pelo seu encontro com o branco. O desaparecimento é iminente, uma vez que, mesmo que se associe ao branco e se torne amigo, essa aliança não garante a existência dos demais. Por outro lado, a associação com o homem branco traz implícita a necessidade de abandono de sua identidade indígena e, portanto, uma morte cultural. Os dois romances aqui abordados parecem ter como objetivo responder as questões: como foi o encontro, como eram os indígenas e, sobretudo qual o efeito do homem branco sobre eles, o resultado desse encontro.

⁴⁷ Esse episódio que, de início parece desimportante, irá iniciar a guerra entre os aimorés e a Casa dos Mariz, episódio que levará à destruição de todos, brancos e indígenas. A situação se constrói sobre o dado etnográfico (histórico) citado em todos os autores aqui tratados de que a vingança costumava ser um dos maiores motivos indígenas para a guerra, dado que Alencar evidentemente conhecia.

⁴⁸ Gonçalves Dias já destacara esse aspecto em seu *Brasil e Oceania: e como a religião era não pequeno obstáculo à escravidão de entes humanos, o egoísmo contra a humanidade tratou de propalar o princípio de que não eram verdadeiros homens os que povoavam a América antes da sua descoberta;* (GONÇALVES DIAS: 1867, 168)

Vários trechos d'*O Guarani*, in texto e em notas, irão destacar a idéia de que os brancos consideram os indígenas como não humanos. Em fala de Dona Lauriana, esposa de Dom Antônio de Mariz, é a sociedade brasileira que se manifesta sobre os Peris passados e presentes: “— Sem dúvida: essa casta de gente, que nem gente é, só pode viver bem nos matos.” (ALENCAR: 1857 (parte 1), 133.)

Os personagens serão escolhidos dentre aqueles realmente presentes nesse passado e principalmente dentro da atuação plausível deles na história. A ficção se propõe a ser uma representação do passado, no sentido de ampliar micro tramas da tessitura da memória histórica, focando nas relações pessoais e inter-raciais. Os locais, personagens históricas e tribos indígenas participantes destas narrativas realmente existiram e se portaram tanto quanto possível dentro do representado. Costumes, maneira de falar, caracterização física, cultural e comportamental, tudo se plasmou dentro do já sabido através de toda a tradição que vimos abordando.

E, acima de tudo, o grande tema dessas narrativas não serão momentos históricos conhecidos, senão as experiências de colonização representadas pelas obras⁴⁹. As histórias narradas em *O Guarani* e *Iracema* tratam de experiências de colonização em espaços geográficos distintos, com aproximações em relação aos indígenas bastante diversas e com resultados distintos; a experiência da colonização é plural. Mas nem todas as iniciativas teriam sucesso, uma vez que a conquista da natureza representaria um desafio grandioso. Das duas experiências apresentadas pela ficção alencarina pode-se apreender que o controle da natureza e a capacidade de adaptação ao meio seriam fundamentais para o sucesso.

No primeiro romance, Don Antônio de Mariz (fidalgo que foi importante figura na história da fundação do Rio de Janeiro) de *O Guarani* se propõe a reconstruir um pequeno Portugal em sua sesmaria no Rio de Janeiro, mas sua iniciativa, minada internamente pelo aventureiro inescrupuloso Loredano e externamente pelos aimorés, termina em desaparecimento completo de sua família e da tribo inimiga.

Por mais que o final se apresente reticente sobre o destino de Cecília de Mariz em um idílio pela floresta com seu salvador, o goitacá Peri, os dois terminam o romance ilhados em uma palmeira, flutuando sobre as águas transbordadas do Paraíba. No último momento insinua-se um beijo e uma união inter-racial que permanece em aberto: nem mesmo o beijo (que seria o primeiro do casal) se confirma.

Da proposta de Don Antônio de tentar levar Portugal à colônia, nada restava. A casa é destruída pelas chamas, junto com a tribo dos aimorés, num processo de expurgo étnico em que todos aqueles que não se adaptam à lei inexorável da história desaparecerão: o elemento branco, quando incapaz de se adaptar à nova realidade (Don Antônio e sua família); as tribos tapuias, decadentes e inimigas da ordem, incapazes de contribuir para com a construção da Nação (os aimorés).

Apenas àqueles elementos que conseguem se adaptar é oferecida uma oportunidade de salvação: Cecília desde o início do romance é descrita como um ser que se propõe a associar

⁴⁹ Não é demais lembrar que *O Guarani* se situa no contexto da União Ibérica e das resistências a ela. Don Antônio, personagem real, irá decidir-se a iniciar sua obra colonizadora no interior do Rio de Janeiro em função desse evento da macro história. Já *Iracema* se passa em período contíguo, porém mais aproximada geograficamente das invasões francesas e holandesas, que também não têm qualquer importância frente à centralidade da iniciativa de colonização de Martim.

cultura (européia) e natureza selvagem⁵⁰. Peri por sua vez demonstrará em primeiro lugar seu domínio do meio; em segundo, sua adaptabilidade aos usos brancos. Ele fala a língua portuguesa, consegue respeitar seus costumes e utiliza alguns elementos de sua cultura, como por exemplo, as armas e o crucifixo recebidos de Cecília. Se há um sentido para a narrativa d'*O Guarani*, um modelo a ser apresentado, este obviamente reside nos dois personagens centrais, Cecília e Peri e na sua capacidade de se adaptarem. E nem mesmo assim se assegura sua salvação.

Em *Iracema* a situação se inverte em todos os sentidos: a iniciativa colonizadora de Martim é um sucesso, uma vez que ele se associa aos pitiguaras: guerreiros do litoral, com a ajuda dos quais consegue fincar uma primeira colônia no Ceará (e estes dados são históricos). Quanto à relação ficcional de amor entre Martim e a *Iracema* criada por Alencar, desta união resultaria a dizimação da tribo tabajara, a que pertencia a jovem e em sua morte, ao dar à luz o filho de Martim, Moacir (filho da dor), que seria levado pelo pai para ser educado entre os brancos.

Martim se apresenta, logo de início, como o branco que domina os códigos indígenas (ALENCAR: 1865, 6). No desenrolar da narrativa vai ficando óbvio que o conquistador (nesta narrativa) está plenamente apto a viver na nova sociedade mesclada que ajuda a construir, enquanto que o anacronismo de *Iracema* e de sua tribo vão levar à sua destruição. A guardadora da jurema pertence a um tempo indígena anterior, que tende a desaparecer junto com ela.

O tema central destas narrativas, portanto será a construção de uma nova raça (e sociedade) a partir da conquista da terra e do controle sobre a natureza. E essa narrativa comprova principalmente (parece nos dizer Alencar) que da adaptação do português ao meio e de sua capacidade de cooptar os nativos se deveu a sua capacidade de sucesso na empresa colonizadora. Por este viés se torna possível ler *O Guarani* como uma tentativa de colonização em que o transplante da cultura portuguesa e dos velhos valores medievais (Don Antônio) não teria nenhum sucesso, enquanto que em *Iracema* o elemento branco (Martim) que se associa aos indígenas e apreende deles a habilidade de controlar a natureza será o herdeiro da terra: mesmo porque progenitor da nova raça (Moacir).

A questão da conquista assume centralidade nestas narrativas de tal maneira que *O Guarani* e *Iracema* se situam em paralelo a momentos importantes da história sem que, porém, estes fatos tenham importância no desenrolar da história. *O Guarani* tem como ponto de partida a recusa de Don Antônio de Mariz em aceitar a união Ibérica (1580-1640), sendo que este fato apenas serve de incentivo à iniciativa colonizadora do fidalgo. No caso de *Iracema*, as invasões holandesas estão no panorama de fundo da narrativa amorosa e apenas colaboram para ressaltar diferenças entre as tribos e a amizade entre Poti e Martim⁵¹.

⁵⁰ A descrição do quarto dela se dedica justamente a configurar o caráter multicultural de Cecília, associando elementos europeus e itens da natureza brasileira. A proposta óbvia é demonstrar sua capacidade de adaptação ao meio. (ALENCAR: 1957 (parte 1), 19-20)

⁵¹ Poti (Antônio Felipe Camarão) passaria para a história justamente por sua participação na guerra contra os holandeses.

Alencar constrói suas narrativas ficcionais a partir do acompanhar os cronistas e estudiosos, coligindo dados e transformando-os em personagens e situações. As situações de aproximação ou repúdio entre as raças, os motivos das diversas guerras (entre tribos ou raças), os resultados delas, tudo se constrói a partir das informações constantes nos textos referentes à história do país (e nesse momento a referência era o indígena) que circulavam em seu tempo.

No tocante à construção dos personagens, há que destacar que os brancos são retirados da história: Don Antônio e Martim foram pessoas importantes no Rio de Janeiro e Ceará, respectivamente, tendo lutado contra invasores europeus e indígenas inimigos. Alencar recupera a experiência destes homens no passado e tenta reconstruí-los em sua ficção, usando de maior ou menor liberdade: toda a ação de *O Guarani* no tocante à casa dos Mariz, o repúdio à União Ibérica e etc. são invenções de Alencar. No caso de Martim, ele realmente se associou aos potiguaras e lutou contra Mel redondo e os franceses, embora não se saiba da existência registrada de uma Iracema ou de boa parte dos acontecimentos narrados na ficção.

Já no sentido dos demais personagens, Alencar os constrói de maneira o mais próximo possível dos dados históricos de que dispõe. Iracema, Peri e até mesmo Loredano, são reconstruídos a partir das informações recebidas dos cronistas. É para comprovar essa veracidade que as notas de rodapé vão dando conta de que nada está sendo inventado, mas reelaborado a partir dos dados conhecidos: e para que não fiquem dúvidas, Alencar cita fontes, trechos, discute com eles, etc.

Pode-se perceber que os dados coligidos por Varnhagen e Gonçalves Dias, principalmente, foram interpretados e reconstituídos na narrativa: sua caracterização de tribos, localização geográfica e costumes muito devem à leitura destes autores⁵². Aderindo à perspectiva das duas raças indígenas herdada dos cronistas – para quem os tupis eram naturalmente afeitos à civilização e os tapuias já degenerados naturalmente – Alencar constrói seu Peri como um ser que representa bem o potencial de uma parcela dos indígenas para a civilização.

Peri, como nobre representante da raça tupi (que Alencar denomina guarani), é um modelo das possibilidades de uma aproximação pacífica e respeitosa entre brancos e indígenas: ele é extremamente útil e dedicado aos Mariz. Por outro lado, nem todos os indígenas eram recuperáveis. Do lado tapuia temos os aimorés, a vertente animalesca dos indígenas. As diferenças entre Peri e essa tribo são tão abissais que mesmo a índia inimiga, destinada a ele como noiva do túmulo, pode observar sua superioridade

Comparava suas formas esbeltas e delicadas com o corpo selvagem de seus companheiros; a expressão inteligente de sua fisionomia com o aspecto embrutecido dos Aimorés; para ela Peri era um homem civilizado, e excitava-lhe uma profunda admiração. (ALENCAR: 1857 (parte 3), 152)

⁵² Os textos abordados anteriormente têm influência direta sobre Alencar, embora ele não os cite sempre. A caracterização de tabajaras e potiguaras em *Iracema*, sua localização costumes, tudo isso parece ter sido retirado de Gonçalves Dias embora ele não faça referência (GONÇALVES DIAS: 1867, 31-35). Há também a descrição em Varnhagen – potiguaras: caçadores de camarões e tabajaras que vivem em aldeias (VARNHAGEN: 1857, 101)

A perspectiva do indígena alencarino a respeito de si mesmo está impregnada da visão do branco: o índio tupi é valioso porque se aproxima do branco em perspectiva e descrição física. O indígena herói, Peri, devia vir de uma tribo valorosa:

A nação Goitacá dominava todo o território entre o cabo de S. Tomé e Cabo Frio; era um povo guerreiro, valente e destemido que por diversas vezes fizera sentir aos conquistadores a força de suas armas.

Tinha arrasado completamente a colônia da Paraíba fundada por Pedro de Góes, e depois de um assédio de seis meses conseguira destruir igualmente a colônia da Vitória fundada no Espírito Santo por Vasco Fernandes Coutinho. (ALENCAR: 1857 (parte 2), 42)⁵³

Sua possibilidade de civilização era óbvia por suas habilidades, como se pode perceber pela nota

p.19 - Saio de algodão. —Referem os cronistas que muitas tribos índias fiavam o algodão para vestir-se, fazer redes e outros objetos. No “Dicionário da Língua Brasileira” encontramos a palavra “guarina” significando “camisas, gibão.” Isto nos autorizou a apresentar um selvagem assim trajado, sem faltar em nada á verdade; devendo-se notar que os Goitacases eram uma das nações mais industriosas. (negrito e aspas do autor) (ALENCAR: 1857 (parte 2), II)

A escolha de um protagonista goitacá, Peri, não é fortuita. Ele afirma que não só eles teriam sido bravos guerreiros, como também eram industriosos. Peri (e os Goitacases) se encontra de um lado da linha divisória em que os cronistas (e mais tarde os estudiosos do IHGB) separam os agrupamentos indígenas. Contra ele e os brancos (uma vez que seu lugar é do lado destes), estariam os indígenas não civilizáveis: os decadentes aimorés (ALENCAR: 1857 (3 parte), 85). Porém, a inimizade entre as tribos precede a chegada dos brancos. Os aimorés eram os mais próximos da selvageria e impossíveis de contatar, sendo completamente dizimados pela impossibilidade de serem cativados (no sentido duplo).

Retomada dos cronistas, a divisão entre índios bravos e índios catequizáveis se transforma, no século XIX, em índios civilizáveis e índios decadentes, perspectiva que não só muda a visão do passado como, principalmente, a do futuro. O impasse da narrativa nacional se personifica no desabafo da mestiça Isabel, n'*O Guarani: Filha de duas raças inimigas devia amar a ambas; e, entretanto minha mãe desgraçada fez-me odiar a uma, o desdém com que me tratam fez-me desprezar a outra.* (ALENCAR: 1857 (parte 2), 145-6).

O desafio de dar um sentido a esse encontro, de recuperar a memória e reelaborá-la inclui a crítica às fontes, que se torna uma atribuição dos personagens da ficção: Don Antônio *conhecia o caráter dos nossos selvagens, tão injustamente caluniados pelos historiadores; e sabia que fora da guerra e da vingança eram generosos, capazes de uma ação grande, e de um estímulo nobre.* (ALENCAR: 1857 (parte 2), 21) (negrito nosso). Alencar vai ao passado para reescrevê-lo pelo olhar de Don Antônio: personagem histórico e assim testemunha ocular da história. Ao retornar ao passado pela fala de Don Antônio, ele critica a visão dos cronistas in loco.

⁵³ Destaque-se que nação aqui tem o sentido antigo e não o sentido contemporâneo. No século XIX o atual sentido de nação equivalia ao termo pátria.

Os historiadores (cronistas) precisam ser revistos, afirma Don Antônio. E a obra pretende colaborar, construindo um protagonista indígena belo, inteligente e heróico, sempre se baseando nos dados, como justifica pela nota:

p. 32. Um Índio — O tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas. Em um ponto, porém variam os escritores; uns dão aos nossos selvagens uma estatura abaixo da regular; outros uma estatura alta. Neste ponto preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois. (negrito do autor, sublinhado nosso) (ALENCAR: 1857 (parte 1), II)

Há que perceber, no entanto, que há limites para essa reelaboração dos indígenas. Afinal havia duas raças principais de que se derivaram todas as tribos e uma delas não degenerara pelo contato com os brancos, mas era naturalmente decadente. Alencar ainda acompanha essa perspectiva e situa os aimorés entre os tapuias, considerados decadentes. É novamente na perspectiva do indígena que o julgamento pejorativo sobre os aimorés acontece, no trecho em que Peri, buscando ajuda para os Mariz, procurou nas

vizinhanças do *Paquequer* indícios da passagem de alguma tribo da **grande raça guarani** a que ele pertencia; seria um amigo e um aliado para D. Antônio de Mariz.

O ódio inveterado que havia entre as tribos da grande raça e essa nação degenerada dos Aimorés, justificava a esperança de Peri; mas infelizmente tendo percorrido todo o dia a floresta não encontrou o menor vestígio do que procurava. (negrito nosso, itálico do autor) (ALENCAR: 1857 (parte 3), 54-5)⁵⁴

Alencar não só estuda com muito cuidado como, por vezes, se decide a interferir na construção da história, oferecendo sua própria versão dos fatos. Seguindo a crença de que o estudo da língua seria uma maneira de se aproximar da história dos indígenas⁵⁵, Alencar assume posição única, ao intitular seu primeiro romance histórico:

p.1 - GUARANI. - O título que damos a este romance significa o *indígena brasileiro*. Na ocasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma raça, que conquistara o país havia muito tempo, e expulsara os dominadores. Os cronistas ordinariamente designavam esta raça pelo nome-Tupi; mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe podia dar era a da língua geral que falavam, e que naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação, antes de sua divisão. (ALENCAR: 1857 (parte 1), I) (negritos e itálicos do autor, sublinhado nosso)⁵⁶.

⁵⁴ Compreendiam os autores que houvesse duas raças, tupis e tapuias, sendo que os tupis seriam mais desenvolvidos, vivendo no litoral e que os tapuias se encontrassem mais ao interior para onde foram mandados pelos tupis. Os tupis seriam uma espécie de invasores, ora vindos de Além-mar (para Varnhagen, eles teriam vindo do antigo continente, e eram descendentes dos Cários), ora vindos do Norte (GONÇALVES DIAS: 1867, 14-15) define a existência de duas raças, uma do litoral, caucasiana e civilizável e uma do sertão, mongol e selvagem.).

⁵⁵ Von Martius (1845) foi enfático na importância do estudo da língua como meio de acesso à memória dos índios e os estudos linguísticos sobre o tupi-guarani foram também bastante importantes no IHGB. A partir dele, Varnhagen atinge a percepção (bastante questionável) de que os tupis eram descendentes dos Cários (1876). Já Gonçalves Dias produziu um importante *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil* (1858) citado por Alencar. A iniciativa desse dicionário se inseria nos esforços históricos de percepção dos indígenas, como se pode perceber.

⁵⁶ Varnhagen dá a Alencar essa possibilidade de optar quando fala na HGB (1857) sobre *a grande nação, que chamaremos indistintamente Tupi ou Guarani...* (VARNHAGEN: 1857, 105-6)

Perceba-se que essa nota é evidentemente complementar da narrativa e, como tantas outras ao longo do livro, explica não só o termo em questão, como também demonstra o como a informação histórica foi usada na construção da ficção, definindo uma postura de veracidade do narrado, que é perseguida por todo o texto. Não há uma divisão, senão um transbordamento, em que a nota histórica é a verdadeira narrativa principal e a ficção, sua imagem especular, como podemos perceber pela descrição dos aimorés, grandes vilões indígenas em *O Guarani*, que serão descritos com as cores apresentadas pelos cronistas: *Homens quase nus, de estatura gigantesca, de fisionomia feroz, cobertos de peles de animais e de penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes, adiantavam-se soltando gritos medonhos.* (ALENCAR: 1857 (parte 3), 85)

Mais uma nota será adicionada, para corroborar a veracidade do que está sendo afirmado:

p.75 Aimorés. —Era uma tribo de selvagens ainda mais bárbaros do que os tupis; assemelhavam-se a verdadeiras feras. Rezava a tradição indígena que provinham de uma tribo da raça tapuia que em virtude de guerras se entranhara pelos sertões, e aí separada das outras perdera os hábitos, os costumes, e até a língua primitiva. A descrição que fazemos destes selvagens na *quarta parte* dispensa-nos de reproduzir aqui, o que lá dissemos. (itálico e negrito do autor) (ALENCAR: 1857 (parte 3), I)

A preocupação com a veracidade é a justificativa das prolixas notas alencarinhas nesses romances, que d'*O Guarani* para *Iracema* só tendem a crescer em número e em abrangência. Nada escapa a Alencar: história política, natural, etnografia, lingüística, geografia, ele se cerca do máximo de informação possível na tentativa de recriar o passado. Alencar é talvez o último representante do compromisso entre as letras e a narrativa da história pelo cronótopo do indígena.⁵⁷

Até mesmo no sentido do lingüístico ele se esforça pela reconstrução: n'*O Guarani* a fala do índio é diferenciada, numa recriação do que Alencar pretende que seja a maneira indígena de se expressar. Em *Iracema* ele radicaliza ao fazer com que o narrador se expresse como indígena, para ressaltar a perspectiva pretendida pela narrativa.⁵⁸ A intenção é de reconstituir da maneira mais fiel possível.

As preocupações com a veracidade vão até o personagem do vilão romântico de *O Guarani*. O ex-padre sacrílego Loredano tem um embasamento na história, como se vê pela nota:

p. 17 Loredano. —Esta criação não tem nada de inverossímil. Ao contrário, o fato dessa imoralidade da ordem do Carmo, naquele tempo, é não só natural, mas real e acontecido. No autor acima citado lê-se um breve do Núncio Apostólico, Vicente Ranuzio, nomeando ao bispo do Rio de Janeiro visitador e reformador dos carmelitas, por causa dos muitos abusos cometidos nessa ordem. (B. da S. Lisboa, tom. 7, pag. 102.) (ALENCAR: 1857 (parte 2), I)

⁵⁷ Ele não encerra a narrativa indianista, outras obras viriam nessa temática. Porém Alencar atinge um clímax narrativo que ironicamente seria também final, uma vez que as narrativas de temática indianista posteriores já não compartilham mais do cronótopo do indígena: o tema persiste, mas a história a narrar já é outra. Principalmente: a literatura e a história não tem mais status equivalente.

⁵⁸ A linguagem em *O Guarani* e *Iracema* no que tem de inovador, de nacional, de tentativa de representar a fala do indígena e principalmente no que tem de poético, foi tema de vários autores. Entre eles: Machado de ASSIS (S/D), FRANCHETTI (2007, 2007a), LIMA (2003).

Loredano não é apenas um aventureiro. Ele é uma reconstituição do elemento branco pernicioso na obra da colonização: e destaque-se que ele é o único religioso presente nos romances em questão. Alencar não está só nesse julgamento: Gonçalves Dias afirma que *Veio a fé trazida à América nas asas da cobiça* (GONÇALVES DIAS: 1867, 168). Para estes autores a conduta dos brancos (uma parte deles) fora extremamente perniciososa. A escravização, o não reconhecimento da humanidade dos indígenas como justificativa da escravidão, a exploração das rivalidades entre as tribos, o abuso sexual, a violência, o engano, todos estes são aspectos destacados não só por Gonçalves Dias, como também estão presentes no texto de Gonçalves de Magalhães (1860).

As informações descritas por estes autores seriam utilizadas por Alencar para construir as tramas das narrativas, desde personagens, a lugares, costumes e acontecimentos. Se n'*O Guarani* a guerra entre os Mariz e os aimorés ocorre pelo costume (real) de vingança dos indígenas, também importante na narrativa será a luta entre Peri e essa tribo. Convencido da impossibilidade de os Mariz vencerem a guerra, Peri decide se entregar como vítima sacrificial, destinada ao ritual antropofágico. Seu plano era envenenar o próprio corpo que, durante a festa aimoré, seria servido à tribo e assim dizimaria seus inimigos. Se há uma grande fantasia na construção desse enredo, há por outro lado bastante informação etnográfica sendo vertida em narrativa romântica, uma vez que Alencar se demonstra consciente dos costumes e práticas rituais em detalhes minuciosos.

Em *Iracema* esse preciosismo será mais generoso, porque Alencar decide-se a narrar o dia a dia da tribo dos tabajaras, reconstruindo costumes, atribuindo sentidos e principalmente tentando tornar familiares e compreensíveis os hábitos indígenas. Seus personagens vivenciam situações que são coletadas dentro de um repertório etnográfico e rearranjadas dentro da narrativa ficcional. Os aimorés e suas atividades n'*O Guarani* seguem muito de perto a descrição “geral” de Varnhagen que se vê abaixo

Mantinhm a antropofagia: desfiguravam-se horrivelmente, esburacando a cara: andavam geralmente nus; experimentavam toda a sorte de privações, passando até por vezes fomes, por excesso de imprevidência; não castigavam vícios, nem premiavam virtudes; ou antes, não reconheciam estas nem aqueles. Tratavam as mulheres como escravas: e eram viciosos *contra naturam*.

Suas povoações consistiam em uns poucos de grandes ranchos ou casarões, em que viviam aquartelados, todos juntos, sem que houvesse repartimentos interiores: não usavam de nenhum metal. Empreendiam a guerra por vingança ou por satisfazer outros instintos, ou os apetites do chefe e senhor despótico, que era o que a si se proclamava tal, por mais valentão, em quanto outro, com alguma sequela, não lhe disputava o lugar, perpetuando a guerra civil. Os prisioneiros eram sacrificados em meio de danças e bacanais. Por outra: os nossos índios viviam (e alguns vivem ainda) no primitivo estado do homem caído e manchado; isto é no estado *natural* de família ou tribo, sem leis preventivas, superiores ás paixões momentâneas, nem penas contra os infratores dessas leis. (VARNHAGEN: 1857, XVI)

Vários dos aspectos aí descritos serão aproveitados por Alencar ou explicados por ele. Seguindo a lógica dos tupis versus tapuias, Alencar concede aos índios benignos o benefício da explicação etnológica. Exemplo de um comportamento positivo é a atuação de Peri por ocasião

da morte do cacique, seu pai. Sendo filho do chefe, ao invés de se declarar sucessor, Peri reúne a tribo para decidirem, em combate justo, quem seria o novo chefe. Onde Varnhagen vê ausência de leis, Alencar quer ver algo mais “democrático” (ALENCAR: 1857 (parte 2), 23).

Também a animalidade atribuída pelo autor da HGB aos indígenas em geral será utilizada pelo romancista (em particular: dirigida aos aimorés) como elementos da história d'*O Guarani*: a festa antropofágica em que Peri seria sacrificado, a sensualidade e nudez dos aimorés, etc. Todos os elementos encontrados nas narrativas e estudos sobre os indígenas servem de insumo para a construção de personagens e enredo.

O passo adiante que Alencar consegue realizar é a sua ênfase nas relações entre brancos e indígenas. Se há na tradição relatos de relações amistosas: como no caso de Martim e Poti, ou amorosas: como o Caramuru e sua (s) esposa (s), este aspecto nunca assume lugar de destaque nos estudos abordados aqui anteriormente. De fato, tratar das relações entre o branco e o indígena seria tocar em assunto delicado uma vez que, como nos romances, em todas as relações: pacíficas ou não, os nativos vão perecer.

O caso mais desastroso parece ser o das relações sexuais. Nas duas obras o colonizador toma uma mulher indígena. Dessa união nunca oficializada surgem os mestiços bastardos, que serão criados e educados como agregados da família branca desses homens, sem conhecer sua verdadeira origem. Isabel d'*O Guarani* acredita ser sobrinha de Don Antônio. Martim, após a morte de Iracema, leva Moacir para a sua terra, onde certamente não teria um destino melhor que o de Isabel.

No caso das relações fraternas (entre homens), Poti & Martim, Don Antônio & Peri o indígena é impelido a desistir de sua identidade cultural (uma morte simbólica) como forma de assumir uma posição na sociedade branca. A cruz e a espada não representavam uma dicotomia porque a fé cristã, como sinônimo de civilização, vinha acoplada à conquista. O homem de armas que conquista a terra e sua gente garante sua fidelidade ao batizá-los. Desta maneira, ser batizado podia significar bem mais que garantir o acesso ao Céu e à sociedade branca: garantia também uma mudança de status de homem livre a escravo.

Esse tema fica mais explícito em *O Guarani*, em que Peri se recusa ao batismo exatamente para não perder sua liberdade e identidade. Por várias vezes Cecília tenta convencê-lo a se deixar batizar, porque isso faria dele um homem “branco” ao que ele responde dizendo que na verdade isso só o tornaria um escravo.

— Olha, continuou a menina com uma graça encantadora; Ceci vai te ensinar a conhecer o Senhor do céu, a rezar, a ler bonitas histórias. Quando tu souberes tudo isto, ela bordará um manto de seda para ti; tu terás uma espada, e uma cruz no peito. Sim?

— A planta precisa de sol para crescer, a flor precisa de água para abrir; Peri precisa de liberdade para viver.

...

— Mas tu serás livre; tu serás nobre e forte como meu pai!

— Não, senhora; o pássaro que voa nos ares cai, se lhe quebram as asas; o peixe que nada no rio morre, se o deitam em terra; Peri será como o pássaro, e como o peixe, se tu cortares as suas azas; se o tirares da vida em que nasceu.

Peri refere a si, por várias vezes, como escravo (embora essa escravidão seja voluntária), mas ele sabe que assumir um lugar na sociedade branca, como católico/civilizado, seria aceitar a escravidão e a diluição de sua identidade cultural renunciadas na descrição do Paquequer. Já no caso de Iracema, curiosamente nem se cogita que ela seja batizada. Apesar de trair o segredo da Jurema e ser a responsável pela destruição de seu povo, Iracema morre pagã. Desaparece a personagem na ficção, como no passado desaparecera a tribo que ela representava nessa narrativa.

Iracema e sua tribo parecem ser um contraponto ao arcaísmo de Don Antônio. Se n'*O Guarani* o fidalgo é apresentado quase como um fóssil vivo do tempo medieval (e essa perspectiva crítica não costuma ser devidamente apreciada) a jovem tabajara, por sua vez, é a vestal de uma “falsa religião” que obviamente não poderia sobreviver à chegada da verdadeira fé. Tanto quanto Don Antônio Iracema é uma representação de um passado que não tem lugar no desenrolar da história do Brasil. Só através do desaparecimento deles poderia se construir uma nova identidade e cultura: o Brasil.

Exemplar do desenrolar dessa história seriam o batismo e o novo nascimento cultural, fadados ao histórico Poti: Antônio Felipe Camarão, presente nos anais da história. Seu batismo é muito importante, uma vez que lhe franquearia um espaço na sociedade branca, bem como demonstraria sua possibilidade de desenvolvimento humano. Afinal, entre o destino de Poti que “morre” como indígena para renascer cristão e o de Iracema, que morre como indígena sem renegar sua cultura, as possibilidades apontavam sempre para o desaparecimento. Alencar pode ser sutil, suave mesmo na narrativa (é nas notas que ele se torna mais virulento), mas as imagens criadas são trágicas. Dentro do laboratório de experimentação da história em que Alencar constrói suas narrativas, personagens e comportamentos se associam, digladiam e por fim desaparecem; ou constroem uma obra para a história.

Don Antônio e sua experiência colonizadora frustrada – na tentativa de reinstaurar Portugal no Brasil – servem de metáfora para a argumentação de que tudo necessitaria ser novo na construção da nacionalidade. Don Antônio não teve a sensibilidade apresentada por Martim, de compreender que sem a colaboração do indígena, sua tarefa seria impossível. Dentro da experiência colonial de Don Antônio, o padrão a ser seguido é o do transplante.

A iniciativa de Don Antônio enfrenta vários inimigos: os indígenas (não mais “bravos”) decadentes e incivilizáveis; os aventureiros perniciosos e não menos importante, a incapacidade de Don Antônio de se adaptar à realidade dos trópicos, de reagir às ameaças internas e externas com a agilidade necessária e, principalmente sua incapacidade de construir uma nova sociedade com novos padrões comportamentais adequados à nova realidade. Com o fim da casa dos Mariz, Alencar comprova que a tese de um transplante puro e simples da raça e cultura portuguesas para o Brasil seria absolutamente ineficiente e, portanto, a experiência de colonização só seria bem sucedida quando o colonizador fosse elemento já afeito à cultura nativa e lidasse bem com os indígenas.

No caso de Iracema a reconstrução segue a caracterização dos cronistas, como também seu papel na história.⁵⁹ A inexistente personagem é situada na tribo inimiga de Poti e Martim e obviamente destinada a desaparecer. Desde o encontro com Martim, porém, Iracema demonstra sua incapacidade de resistir ao colonizador e sua consciência de que essa empatia levará a sua morte e à da sua tribo. Sendo as tribos em questão, tão históricas quanto as presentes n'*O Guarani*, a personagem da vestal Iracema representará uma instituição religiosa perdida, guardiã do segredo da jurema e filha do pajé. A índia é o útero que gesta a nova raça.

Perceba-se principalmente que, se o índio na sociedade branca é um eunuco (Peri precisa ir para a floresta com Ceci para ser visto como homem) o branco entre os índios é um elemento extremamente sedutor. Entre tantas uniões infelizes, iriam surgindo o Moacir (de Iracema) e a Isabel (d'O Guarani), filhos mestiços de identidade conflituosa, que são retirados do contato com a mãe e adotados como bastardos pela sociedade branca.

De suas obras pode-se apreender uma narrativa da história do Brasil em que se defende que o povo brasileiro é resultado da mescla de povos, com predomínio das raças fundantes (indígena e português). A colonização trouxe o português e este, a fé cristã e o desenvolvimento cultural, racial e etc. Don Antônio e Martim serão representantes da colonização associada à catequese: catequizar é civilizar (e ser catequizado é se tornar escravo, como destaca Peri). O indígena se dividiu em bom e mau, e o bom não só se reconhecia pela facilidade em aceitar a fé cristã, como também em aceitar a civilização e suas regras.

Se, por um lado, a contribuição dos brancos para a civilização brasileira será mais valiosa (e nisso ele acompanha, por exemplo, Martius) por outro, nem mesmo eles deixam de ser “decadentes”. Era uma civilização velha que necessitava renovação pela seiva da América.⁶⁰ Don Antônio sucumbe pela incapacidade de adaptação e sua tentativa de colonização se destrói em sua guerra contra os aimorés. Os elementos que não poderiam colaborar na constituição da nação vão sendo destruídos pela inexorabilidade do destino e a pena de Alencar.

E, apesar do tom grandiloquente, dos exageros, das ausências (não há negros – mas os havia, em 1603?) ao se retomar a bibliografia do período em que Alencar construía sua ficção histórica, quer nos parecer que ele tenha se mantido nos trilhos da história tal como era conhecida em seu tempo. O que parece incomodar à crítica é justamente a crueldade de um passado que Alencar – no desejo de narrar a verdade – não pode se furtar a mostrar.

⁵⁹ A preocupação de Alencar com a veracidade do narrado chega ao ponto de ele decidir-se por estabelecer fatos. N'*O Guarani* ele decide – logo na primeira nota – que o nome exato para a tribo tupi seria guarani: aparentemente seguindo uma indicação de Gonçalves de Magalhães (GONÇALVES DE MAGALHÃES: 1860, 60) argumentando ser essa a língua falada por eles.

Em *Iracema*, também na primeira nota, ele discute a origem de Poti e decide que sua pátria é o Ceará (ALENCAR: 1865, 159).

⁶⁰ A metáfora da história natural persegue estas narrativas, apontando também para a uma indistinção entre uma e outra coisa, naquele momento. As notas tem uma profusão de detalhes sobre a natureza – ela também documento de uma história que ainda era e muito, natural. Ou seja, na história do Brasil, no tempo em que se encontram os indígenas, a natureza é tão importante quanto o homem. As notas como já dissemos tem um predomínio da natureza, revelando a natureza aos brasílicos, bem como desvendando sua importância na história. *Iracema* – cinquenta e uma citações de animais e plantas. N'*O Guarani* são trinta referências.

O impasse da narrativa nacional se personifica no desabafo de Isabel, n'*O Guarani: Filha de duas raças inimigas devia amar a ambas; e entretanto minha mãe desgraçada fez-me odiar a uma, o desdém com que me tratam fez-me desprezar a outra.*(ALENCAR: 1857 (parte 2) 145-6).

Alencar faz retornarem à vida os heróis mortos da história nacional (numa perspectiva de história romântica à la Michelet) transformando em próximos aqueles improváveis antepassados: os indígenas. Seu maior triunfo, como nos revela Silviano Santiago

A breve vida da heroína e mártir indígena tanto encantou e fascinou os leitores brasileiros do século XIX, que seu nome passou a transitar fora do livro – na pia batismal das igrejas católicas esparramadas pelo Brasil. Fora do livro, sob as bênçãos do pároco, o nome próprio feminino não perdia o contexto político e social que tinha sido responsável pela sua gestação. Graças à literatura nacionalista de Alencar, o grito do Ipiranga transforma-se num ato público cujos ecos se fazem ouvir na vida privada dos brasileiros. (SANTIAGO: 2001, 15)

CONCLUSÃO:
UMA MEMÓRIA PELAS LETRAS

Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência, e o índio contemporâneo, integrante das “hordas selvagens” que erravam pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência.

(John Monteiro: *Tupis, tapuias e historiadores* – estudos de história indígena e do indigenismo)

No *Guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça.

(José de ALENCAR. *Como e porque sou romancista*)

Ao final do trajeto proposto, pretendemos ter demonstrado nossa hipótese central: a de que o cronótopo do indígena teria sido a marca da narrativa histórica nacional, entre as décadas de 1820-1870, espalhando-se pelas letras imperiais do período como desafio, projeto e produto cultural. Cremos ter podido evidenciar, ao abordar desde os projetos de Ferdinand Denis ao romance histórico de José de Alencar, a importância do debate sobre o indígena nesse intervalo de meio século e a centralidade da representação do ameríndio na consolidação da cultura histórica no Império.

Interessava-nos entender a hiperbólica presença do indígena nas manifestações culturais do século XIX brasileiro: ele está presente em todos os gêneros de manifestação cultural do período, desde as artes aos estudos históricos. Interessava-nos, em particular, a representação dos indígenas nos romances históricos de Alencar. Enquanto o autor se esmerava em tentar reproduzir o teor da crônica em suas narrativas e dialogava com as fontes históricas, a quem reitera fidedignidade a todo instante, a crítica às suas obras e, por extensão, à literatura indianista, insistia em destacar o tom fantasioso destas obras, bem como o caráter ingenuamente nativista das representações artísticas do indígena no século XIX. E, no entanto, o que se percebe – ao considerar as manifestações artísticas e intelectuais do século XIX – é a seriedade com que os artistas e estudiosos do período tratavam da história através do indígena. A pergunta necessária então: que passado era esse e qual o papel destinado ao indígena, nele. E, no limite: acreditavam os indianistas em seus indígenas?

Na busca de responder a essa pergunta nos dedicamos, aqui, a uma tentativa de reinserir a temática do indígena na história em seu período de constituição e o resultado foi a descoberta de um processo de construção da história nacional em que o ameríndio representou papel importantíssimo como cronótopo local do tempo histórico. Pudemos concluir então que a noção de um nativismo ingênuo em que o indígena é escolhido como um ícone estético não se sustenta ao observarmos a envergadura dos trabalhos e teorias que se produziram no período compreendido entre as décadas de 1820-1870, centrados no indígena como cronótopo do tempo histórico nacional.

Propusemo-nos então a acompanhar a trajetória dos estudos do indígena como experiência do passado entre as décadas de 1820 e 1870. O momento de eclosão da noção do indígena como cronótopo se situa entre as décadas de 1820-1840, quando autores europeus da estatura de Ferdinand Denis e Von Martius, juntamente com um dos grandes nomes nacionais: Gonçalves de Magalhães, formaram o esboço da narrativa do passado, que seria desenvolvida em momento posterior, centrando-se no que estamos chamando de cronótopo do indígena. A partir destes autores e seus textos aqui abordados, a linha temporal da história pátria recua até o período nebuloso de um passado indígena, que a arqueologia e etnografias da segunda metade do século XIX se dedicariam a recuperar no IHGB.

A partir daí se explica a ênfase nos estudos etnográficos desenvolvidos na segunda metade do século, no IHGB, bem como o incremento da literatura e artes que narravam o indígena. Este é o momento em que o cronótopo do indígena como dimensionamento do passado e da cultura histórica nacional ganha corpo e se consolida em manifestações intelectuais as mais diversas. Mas não se tratava apenas de uma adoção estética. As teorias mais sofisticadas sobre o desenvolvimento humano estavam sendo confrontadas pelos intelectuais nacionais, em busca de se compreender a trajetória nacional a partir de parâmetros próprios (CURY: 2007).

Havia nesta perspectiva uma falsa esperança de encontrarem-se vestígios de civilizações avançadas pré-cabralinas no Brasil. E, se sabemos hoje que isso não passou de uma grande fantasia⁶¹, a plausibilidade de civilizações perdidas na Bahia se fundava no que havia de mais sofisticado nos saberes do passado. E, portanto, o direcionamento de todos os esforços nacionais na busca desse passado indígena representava um efetivo acompanhamento dos saberes humanos, por parte dos intelectuais nacionais. Como exemplo disso se teria a escolha do cronótopo do indígena como definição local do cronótopo tempo histórico.

A definição de um cronótopo local, no período de eclosão do cronótopo tempo histórico é feito relevante, no que pese o desenvolvimento dos estudos históricos e da intelectualidade nacional. Ele resulta da efetividade de uma consciência histórica (RÜSEN: 2009) em que o passado se tornava uma outridade a ser estudada, fonte de lições importantes e motor do futuro. E essa dimensão se demonstra presente nos textos e autores aqui abordados, bem como em sua eleição do indígena como cronótopo pátrio. A opção pela temporalidade a partir do indígena demonstrava sobretudo os primórdios de uma consciência nacional em andamento e a avidez da intelectualidade em consolidar a identidade.

A definição do passado pela recorrência do indígena perdeu eficácia desde a década de 1870 (como pudemos perceber em Silvio Romero) e, com o passar do tempo, tornou-se incompreensível pelo apagamento desse processo. No entanto, a definição de um cronótopo tempo histórico no século XIX foi momento de auge no desenvolvimento da relação com o passado em seu sentido de experiência, memória e definição da nacionalidade. Autores como o francês Ferdinand Denis e o alemão Von Martius seriam importantes incentivadores dessa noção do passado nacional, na primeira metade do século XIX. Nos anos seguintes, as décadas de 1840 a 1870 seriam o momento em que estes esforços de narrativa do passado se transferem para um locus mais específico, o IHGB e nele o debate prossegue, bem como se produzem textos e saberes ainda mais sofisticados sobre o indígena e sobre nosso passado. É o momento de maior atuação dos nacionais e nomes como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen assumem o procênio dos trabalhos sobre a história pátria. Alencar e sua obra participam desse segundo momento, dialogando com as letras de memória e propondo-se a contribuir na narrativa da história nacional através do romance.

⁶¹ E o tom jocoso com que Johnni Langer (entre outros) trata do esforços arqueológicos imperiais demonstra nossa perspectiva de que os estudos históricos nacionais do Império se pautassem pela ingenuidade.

De tantos trabalhos, tantas páginas, tantos debates, pouca coisa chegou até nós: de imediato se lembram os poemas de Gonçalves Dias e os romances histórico-indianistas de José de Alencar. Esse indígena que chega ao século XX como *um ideal, que o escritor intenta poetizar* (ALENCAR: 1893,47) fora o cerne do debate sobre a história pátria representando um cronótopo de compreensão dessa história.

Nesse sentido, *O Guarani* e *Iracema* assumem o papel de testemunho: não só do passado que pretendem retratar, mas também da maneira como seu tempo visualizava esse passado. Em esforço especular, miramos nossos antecessores em seu otimismo de construir a Nação e, no caso de Alencar, seu esforço para reelaborar a história em forma de romance histórico. Mas seu esforço de reconstituição do passado deixou não só belas imagens como também importantes meios de acesso à perspectiva da história nacional de seu tempo.

Assim, dos primeiros projetos de Denis (1826) e Gonçalves de Magalhães (1836) aos romances histórico-indianistas de José de Alencar (1857, 1865) uma trajetória de construção do passado nacional - à partir do cronótopo tempo histórico local: cronótopo do indígena - se teria desenvolvido e consolidado, levando à existência de uma história nacional a ser narrada pelo romance. Portanto, o índio de Alencar é histórico, seu romance é ficção histórica e o indianismo (no sentido amplo descrito por Silvio Romero) representou um ícone não de nativismo, mas da consciência e memória histórica brasileiras, se constituindo pelas letras imperiais.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos* (crítica e história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCAR, José de. *As Minas de prata*: continuação do Guarany. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862. 2 v. em 1 Série Bibliotheca brasileira, v. 3, 5

_____. Bênção Paterna. In. *Sonhos d'ouro*: romance brasileiro (Volume 1). 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. p. V a XIX.

_____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos* 1. ed. Rio de Janeiro: Empreza Typographia Nacional do Diário, 1856.

_____. *Como e porque sou romancista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. *O Guarany*: romance brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857

_____. *O Guarany*: romance brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1883. Tomo 1.

_____. *O Guarany*: romance brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1883. Tomo 2.

_____. *Guerra dos mascates*: chronica dos tempos coloniaes (Volume 1). 1 ed. Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1873.

_____. *Guerra dos mascates*: chronica dos tempos coloniaes (Volume 2). 1 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.

_____. *Iracema*: lenda do Ceará. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865.

_____. "O Teatro Brasileiro. A propósito do *Jesuíta*". In: COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. RJ/Brasília: Tempo Brasileiro/Ed. Universidade de Brasília, 1978.

_____. *Ubirajara*. Lenda tupy. 1. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1874.

ANDRADA, José Bonifácio de. Índios. In. _____. *Projetos para o Brasil*. (organiz. Míriam Dolhnikoff). São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CASTELLO, José Aderaldo (org.) *A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e letras da Universidade de São Paulo, 1953.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane*. Paris: Lecointe & Durey, 1825.

_____. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

GONÇALVES DIAS, A., "Brasil e Oceania". *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(parte 2), p. 186, 1867.

_____. *Diccionario da Lingua Tupy chamada Língua Geral dos Indígenas do Brazil*. Lipsia: F. A. Brockhaus [Livreiro de S. M. o Imperador do Brazil], 1858

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In. *Nitheroy* – revista brasiliense. Tomo 1º, n. 1. Paris, 1836

_____: Os indígenas do Brasil perante a história. 3-66; *RIHGB*. Tomo 23. Rio de Janeiro, 1860.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Iracema*. In. Alencar, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. P.29-41.

ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Tomo primeiro (1 5 0 0 – 1 8 3 0) Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888(a)

_____. História da literatura brasileira. Tomo segundo (1 8 3 0 – 1 8 7 7) Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888(b)

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Discurso preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira.” In. *História Geral do Brasil*. v.2, 1 ed. Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1857. p. XV-XXVII.

_____. “VIII. Dos Índios do Brasil em geral.” In. *História Geral do Brasil*. v.1, 1 ed. Rio de Janeiro : Em Casa de E. e H. Laemmert, 1854. p. 97-137.

_____. *História Geral do Brasil*. v.1, 1 ed. Rio de Janeiro : Em Casa de E. e H. Laemmert, 1854.

_____. *História Geral do Brasil*. v.2, 1 ed. Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1857.

_____. *História Geral do Brasil*. v.1, 2 ed. Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1877.

_____. *História Geral do Brasil*. v.2, 2 ed. Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1877.

_____. "O Caramuru perante a História", in *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 10, 2º trimestre, 1848 p. 129-152.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brazil. *RIHGB*. N. 24. Janeiro de 1845. Pp. 381-403.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia; VANSCONCELOS, Sandra; VILLALTA, Luiz Carlos; SCHAPOCHNCK, Nelson. Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>. Acesso em: 11/01/2010.

ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar*. Tese. IEL/UNICAMP, 2002.

_____. A Construção do passado em Alencar. Disponível em <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI38c.htm>. Acesso em 12/03/2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Alexandra Vieira de. *A desconstrução da identidade nacional a partir do imaginário mítico em três romances: Ubirajara, Macunaíma e Utopia Selvagem*. Dissertação. UERJ, 2003.

ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. Literatura e História: um uso para o conceito permanente. *Literatura e diferença: Anais da ABRALIC*. P. 651-655. 1995.

AMADO, Janaina. Diogo Álvares, o Caramuru, e a fundação mítica do Brasil. IN. *Estudos Históricos*, v. 14 , n.25 , Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000. P. 3-39.

AMARAL, Sharyse P. . Entre Tupis e Botocudos: o indianismo no Segundo Reinado. In: II Encontro Estadual de História – ANPUH-BA, 2004, Feira de Santana. *Anais Eletrônicos II Encontro Estadual de História*. Ilhéus: ANPUH-BA, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Revised Edition). London, New York: Verso, 1993.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 417-442. – 2009.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. org. (et al). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do Clima Histórico e a emergência do cronótopo tempo histórico, c. 1820. Disponível em http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/artigo_observador_st.doc. Acesso em 12/10/2011.

_____. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Varia hist.* 2006, vol.22, n.36, pp. 314-328.

AUGUSTI, Valéria. O caráter pedagógico-moral do romance moderno. In. *Cadernos Cedex*. vol. 20. no. 51. Campinas Nov. 2000. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a07v2051.pdf>. Acesso em: 23/04/2005.

_____. Os deveres do romance para com a nação. In. XI Congresso Internacional da ABRALIC. *Tessituras, Interações, Convergências* 13 a 17 de julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/VALERIA_AUGUSTI.pdf. Acesso em 12/01/2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAREL, Ana Beatriz D. . *Um romantismo a oeste*. Modelo francês, identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2002.

BASTOS, Alcmemo. Apontamentos para uma poética de José de Alencar: em torno de ficção, história, indianismo e temas correlatos. In. www.alcmemo.com/html/textos/texto06.pdf. Acesso em 02/02/2011.

_____. Entre o “poeta” e o “historiador” – a propósito da ficção histórica. In. *Signótica*. v.13, n.1 (2001). 11-26. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7285>. Acesso em: 23/05/2011.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. A fundação racial da nacionalidade em Cooper e Alencar. *Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, Vol. 3, n.1 (1990).

BHABHA, Homi. “Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” in. _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. *Nation and narration*. London, New York: Routledge, 1990.

BIANCO, Vera Lúcia. Cãnone e nação: circulação e representação. *Cânones & Contextos: anais 5º Congresso ABRALIC*. V. 3, p. 885-890. 1998.

BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi. *Paraísos Artificiais: a recepção crítica de José de Alencar*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

_____. Prólogo, posfácio e notas: o projeto nacional em *Iracema*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/cesp/textos/%281998%2901-Prologo.pdf>. Acesso em 12/01/2010.

BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa de (orgs.). *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2000.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BORGES, Valdeci Rezende. Cultura, Natureza e história na invenção alencariana de uma identidade da nação brasileira. *Revista Brasileira História* janeiro-junho, año/vol.26, n 051. São Paulo. P. 89-114, 2006.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In. AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini (orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. P. 107-115.

CAIRO, Luiz Roberto Veloso. Do Florilégio à antologia da poesia brasileira da invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira. *Revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte, v. 3, p. 43 -53, out. 95.

_____. Memória Cultural e Construção do cânone literário brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 32-44, 1º sem. 2001.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. V. 21, nº 40. 2000.

CAMILO, Vagner. Mito e história em *Iracema*: a recepção crítica mais recente. *Novos Estudos CEBRAP*, nº78, Julho 2007. p 169-189.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6. Ed. Vol. 2. Momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / SP, 2004. 2º ED.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em história). Instituto de Filosofia e ciências humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação. Unicamp, 2002.

CARRIJO, fabrizia de Souza. *A busca da adequação entre formas literárias e momento histórico: um estudo comparativo entre O Guarani de José de Alencar e O Escravo de José Evaristo de Almeida*. Diss. Letras, USP, 2008.

CARRIZO, Silvana. Literatura y nación: José de Alencar. *Cânones & Contextos: Anais 5º Congresso ABRALIC*. V. 2, p. 419-423. 1998.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

CÉZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006. p. 29-41.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v.24, n. 2, p. 207-240, 2005.

_____. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 26-33, maio, 2010.

_____. Lição sobre a escrita da história – historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, V8, N.1, P 11-29, 2004.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*. V. 08, n 10. jul/dez. p 11-34. 2004.

_____. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. 11(3): 306-312, setembro/dezembro 2007.

_____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1857). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*, Vol. 6, p. 37-58, Pelotas, 2000.

CHAGAS, Gesilda Maria Benevenuto das. *O guarani: A Mitologia da nacionalidade brasileira*. Dissertação. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. 2008.

CHAUÍ, Marilena. "Brasil, o mito fundador", In. *Folha de São Paulo* (Mais). P. 4-11, 26 de março de 2000.

COSTA, João Paulo Peixoto. O entusiasmo dos índios: discutindo a participação dos indígenas do Ceará na Revolução Pernambucana de 1817. *Revista Embornal*, v. 01, p. 05, 2010.

COSTA LIMA, Luís. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

COUTINHO, Afrânio. A nacionalidade da literatura brasileira. In: _____. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

CUNHA, *Manuela Carneiro da*. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Estudos Avançados*. vol. 4 n.10 São Paulo Sep./Dec. P 91-110. 1990.

CURY, Lorelai. No calor da pátria. *Revista USP*. n. 72, dezembro/fevereiro. p. 80-89, 2006-2007.

DE MARCO, Valéria. *A Perda das ilusões: O romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

DOMINGUES, Beatriz Helena. As missões jesuíticas entre os guaranis no contexto da Ilustração. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 44-69, 2006.

DUNN, Christopher. Desvendando identidades nacionais: os discursos de raça e gênero em *Pocahontas e Iracema*. *Letras de Hoje*. V.32, n. (108), p. 71-85. Jun 1997.

ELIAS, Rita de Cássia Miranda. *A formação do leitor e a nação inventada: aspectos da modernidade em José de Alencar*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira.

ELMORE, P. La novela histórica en Hispanoamérica: filiación y genealogía. In: _____. *La crisis de la representación en la novela histórica latinoamericana*. Lima: FCE, 1997. p. 11-40.

ESTEVEVES, Antônio. Literatura e história: um diálogo produtivo. In: REIS, Livia de Freitas (coord.). *Fronteiras do Literário*. Niterói: EDUFF, 1997. P. 65-73.

FARIA, João Roberto; Leituras da História da literatura; o nacionalismo de Alencar. Cadernos do Centro de pesquisas literárias da PUCRS. Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. V. 3, n.1, p. 124-127. Abr. 1997.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. A mestiçagem como exclusão do indígena nas propostas de Francisco Pimentel (México – 1864). *X Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2010, Goiânia. 26-29 julho de 2010. UFG. p. 1-10. Disponível em: http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Fernandes%20LEO.pdf Acesso em 11/08.2011.

FERREIRA, Lúcio Meneses. *Vestígios de Civilização: a arqueologia no Brasil Imperial*. (1838-1877). Dissertação. UNICAMP, 2002.

FERREIRA, L.M.; NOELLI, F.S. Richard Francis Burton, os sambaquis e a Arqueologia no Brasil Imperial. (Com tradução de textos de Burton). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 149-168, 2007.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Geografias da memória: a literatura brasileira entre história e genealogia. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 12, p. 7-16, Dezembro, 1999.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; TAVARES, Mauro Dillmann. Um Apóstolo da Independência do Brasil: O projeto de Estado-Nação em *O Jesuíta* de José de Alencar. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 315-348, jul. 2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FRANCHETTI, Paulo. Apresentação. In. *Iracema* de José de Alencar. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2007.

_____. O indianismo romântico revisitado: *Iracema* ou a poética da semiologia. In. _____. Estudos de literatura brasileira e portuguesa. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2007a. p. 75-86.

FRANÇOZO, Mariana. Alguns comentários à *Historia Naturalis Brasiliae*. In. *Cadernos de Etnolinguística*, vol. 2, n. 1, p. 1-7, fev/2010.

FREIRE, Gilberto. *José de Alencar*. Disponível em: http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/jose_alencar.htm. Acesso em: 02/02/2003.

_____. *Reinterpretando José de Alencar*. Disponível em: http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/reinterpretando_jose.htm. Acesso em 02/02/2003.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. *Revista eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário – UNIR*. Disponível em: <HTTP://www.cei.unir.br/artigo103.html>. p. 1-10. Acesso em 20/09/2010.

FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. *Aedos*. Revista do corpo discente do PPG-HIS da UFRGS. Num. 5, vol. 2, Julho-Dezembro 2009p. 8-25.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In. MORETTI, Franco. *O romance: A cultura do romance* (vol.1). Rio de Janeiro: Cosac & Naif, 2009. P. 629-658.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

GLEDSON, John. *Machado de Assis – Ficção e história*. 2º ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIL, Fernando. Alencar e o declínio do projeto nacional-indianista: uma leitura de *Ubirajara*. *Literatura e diferença: Anais da ABRALIC*. P. 319-322. 1995.

GOLDMAN, Elisa. A Cultura Personalista como Herança Colonial em Raízes do Brasil. *CSONline – Revista eletrônica de Ciências Sociais*. On-line, Ano I, nº 1, julho/dezembro de 2001. Disponível <http://www.csonline.ufjf.br/txtes.htm>. Acesso em 27 jan. 2004.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, N.2, P.159-185, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. De Paris Ao Rio de Janeiro: A Institucionalização da Escrita da História. *Acervo*, v. 04, n. 01, p. 135-143, 1989.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, PP. 184-200.

_____. História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-411, 2000.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. Disponível em <HTTP://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/11122008005626.pdf>. p. 393- 413. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da História. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 11-30, 2007.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1. p. 11-47, 2001.

_____. Réplica. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1. P. 75-78, 2001.

HAUßER, Christian. Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista. *Jahrbuch for Geschichte Lateinamerikas* 44. Böhlau Verlag Köln/Weimar/Wien 2007. P. 235-258.

HELENA, Lúcia. A Hipótese Brasil nas sombras de Alencar. *Brasil/brazil*. N. 24, ano13, p. 31-42. 2000.

_____. A solidão tropical e os pares à deriva: reflexões em torno de Alencar. *ALEA*. V. 2, n. 2, p. 129-149. setembro de 2000 (publicada em 2001).

_____. Escrevendo a nação. *Literatura e diferença: Anais da ABRALIC*. p. 525- 530. 1995.

_____. Identidades em curso: José de Alencar e a hipótese Brasil. *Léguas e meia* – revista de literatura e diversidade cultural. N. 1, p. 9-19. 2002.

_____. Nação, narração, fundação: José de Alencar e Machado de Assis. *Cânones & Contextos: anais 5º Congresso ABRALIC*. V. 1, p. 493-496.1997.

_____. Narrando o Brasil: configurações do Brasil na ficção. *Letras de hoje*. V. 31, n. 4 (106), p. 99-110. Dez. 1996.

_____. O Cascalho e a rica terra: o Brasil na dialética da ambiguidade. *Garoará*, n. 10, p. 51-68. 2001 (publicada em 2002).

_____. Terra fértil, bom selvagem. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade* – Marcas da colonização. N. 58, p 93- 104. Jan-dez. 2000.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Um pórtico majestoso: o projeto nacional em José de Alencar. *Congresso internacional de cultura e literatura hispano-americanas* – UFJF – FAPEMIG. 1993.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLLOWAY, Thomas. H. Comentário a *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado* de Richard Graham. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1. P.49-51, 2001.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1889-1912)*. Dissertação. UFRGS, 2007.

_____. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da historiografia*. N. 02. março, 2009, p 50-66.

JOBIM, José Luís. Desconstruindo a diferença: narrativa, estória, história. *Limites: Anais da ABRALIC*. V. 1, p. 793-799. 1995.

_____. Indianismo, nacionalismo e raça na cultura brasileira. In. BERNARDO, Gustavo (org.). *Literatura e sistemas culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. P. 79-103.

_____. O indianismo literário na cultura do Romantismo. *Revista de Letras*. V. 37/38, p. 35-48. 1997/1998.

JORGE, Marcelo Gonczarowska. As pinturas indianistas de Rodolfo Amoedo. [19&20](http://www.dezenovevinte.net/obras/ra_indianismo.htm), Rio de Janeiro, v. V, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/ra_indianismo.htm>. Acesso em 11/02/2010.

KARVAT, Erivan Cassiano. *Da História como Cânone ou sobre Homens de Subida Têmpera: reflexões sobre a constituição da crítica e da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882*. TESE, PPGHIS UFPR, 2008.

_____. O lugar de Magalhães: história e cânone no Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC, *Tessituras, Interações, Convergências*. julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil.

KODAMA, kaori. O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em *Brasil e Oceania*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Julho/ Agosto/ Setembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 3. p. 1-14.

_____. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. TESE, PUC-RJ. 2005.

_____. Um discurso sobre ciência, religião e liberdade no Segundo Reinado: *A Alma e o Cérebro*, de Gonçalves de Magalhães. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 146-155, jul. | dez. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134- 146.

LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822) *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (64), 1º de agosto de 2006.

LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 127-152, 2002.

_____. “Enigmas Arqueológicos e Civilizações Perdidas no Brasil Oitocentista” In. *Anos 90*. Porto Alegre, (9), 1998. p. 165-185.

LEMAIRE, Ria. Re-lendo Iracema: o problema da representação da mulher na construção de uma identidade nacional. *Organon*, n. 16, Porto Alegre, 1989: 257-279.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 334-356.

LISBOA, Karen Macknow. *Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização*. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15 n. 29, p 73-91, 1995.

LÖWY, Michael (& SAYRE, Robert.). *Revolta e melancolia: o romantismo na construção da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990. (Debates, 234).

_____. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e terra, 1993.

LUBRICH, Oliver. Como antigas estátuas de bronze: Sobre a dissolução do classicismo na *Relação histórica de uma viagem às regiões equinociais do novo mundo*, de Alexander Von Humboldt. In. *Estudos Avançados* 24 (70), 2010. P. 207-226.

LUKÁCS, G. *La novela histórica*. México: Era, 1966.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. 2. ed. cor. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Brasília: INL, 1977. (Vera Cruz, 240).

- MATA INDURÁIN, C. Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica. In: SPANG, K. et al. (ed.) *La novela histórica*. Teoría y comentarios. Barañáin: Universidad de Navarra, 1995. p. 13-63.,
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1986 (Estudos Históricos).
- MARINATO. Francieli Aparecida. Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso de pacificação no primeiro reinado. *Dimensões*, vol. 21, 2008. 41-62
- MARINHO, Maria de Fátima. O romance histórico de Alexandre Herculano. In. [HTTP://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf). Acesso em 02/01/2010. 97-117.
- MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. Evolución y alcances del concepto de la novela histórica In: _____. *História y ficción en la novela venezolana*. Caracas: Monte Ávila, 1991. P. 15-54.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. V. 2 (1794-1855).
- _____. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. V. 3 (1855-1877).
- MELO, Carlos Augusto. Um Estrangeiro, dois brasileiros e três histórias literárias no Império. Anais do SETA, Número 1, p.139-144, 2007.
- MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: Literato e Político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- MENTON, S. La nueva novela histórica: definiciones y orígenes. In: _____. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1949-1992*. México, FCE, 1993. P. 29-66.
- MIRANDA, Wander melo. Heterogeneidade e conciliação em Alencar. *Revista de Letras – 29(2) – Vol. 1 – jan./jul. – 2009*. p 121-124.
- MOLLO, Helena M. A construção do passado em *História Geral do Brasil*. In: Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, p.1-9, Lisboa, 2005.
- _____. As múltiplas faces do tempo. *História Revista*, 9(2): 271-286 jul./dezembro. 2004.
- MONTEIRO. John. *Tupis, tapuias e historiadores – estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência: IFCH-UNICAMP Campinas, 2001.
- MONTEZ, Luiz Barros. *Frei Appollonio* de Carl Friedrich Philipp Von Martius. Ou como um “romance brasileiro” é, na verdade, uma narrativa meta-histórica para brasileiros. Disponível em: www.letras.ufrj.br/liehd/media/docs/art_luiz3.pdf Acesso em: 13/04/2011.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os Botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira. In: *Portugal, Brasil e Europa napoleónica*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008.
- _____. Os índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: *Os Índios na História*, julho de 2009.
- _____. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010.
- MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil. *Estudos históricos*. 1999, N. 24. P. 251-265.
- MORENO, César. *A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: a “guerra justa” contra os índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.

MORETTI, Franco. *O romance: A cultura do romance* (vol.1). Rio de Janeiro: Cosac & Naif, 2009.

_____. The novel: History and theory. *New Left Review*, n 52, July august 2008, p. 111-124.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. *Diálogos*, Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175, 1998.

MURARI, Luciana. O espírito da terra: a teoria da cultura brasileira de Araripe Jr. *Luso-Brazilian Review* – Volume 44, Number 1, 2007, pp. 20-44.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manginhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0 by Regis Ltda. 2004.

NORA, Pierre. Between Memory and history: *Les lieux de Mémoire*. In. *Representations*. N. 26. Spring 1989. p. 7-25.

_____. From *Lieux de mémoire* to *Realms of Memory* – Preface to the English-language edition. P. Xv-xxiv.

_____. *Les Lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In. RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. P. 9-35.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: os Indígenas Brasileiros na Obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. A literatura historica indianista alencareana como elemento de constituição de uma memoria nacional no século XIX. In: Anais do II Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est, Cidade, Cotidiano e Poder., 2009

_____. A Pedagogia da (des)memória e a literatura: reflexões a partir do texto " Memórias e desmemórias" de Eduardo Galeano. *Glauks* (UFV), v. 4, p. 199-210, 2004.

_____. Da ficção como ato político, ou: toda literatura é utopia. In: Anais I Jornada de História da Favap - *Diálogos: história e literatura*, 2004.

_____. De Aristóteles a Hommi Bhabha, o nome do jogo. *Revista Acervos literários*, Mariana, v. 4, n. 2, p. 22-33, 2004.

_____. Do jogo derridiano ao jogo pleno: uma reflexão sobre "A Estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas", de Jacques Derrida. *Revista Acervos literários*, Mariana, v. 4, n. 3, p. 59-68, 2004.

_____. Entre o fato e a ficção: o indígena na narrativa de fundação da Nação brasileira. in Anais do I Encontro Memorial do ICHS: *Nossa história com todas as letras*. Mariana: UFOP, 2004. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr2d.pdf>. Acesso em: 30/01/2011

_____. JOSÉ DE ALENCAR E A LITERATURA COMO NARRATIVA DA HISTÓRIA. In. Anais do 5 SNHH. Mariana: UFOP, 2011. Disponível em:

<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/view/911>. Acesso em 20/09/2011.

_____. O indianismo alencariano e a narrativa de formação nacional. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 135-140, 2005.

_____. Mais digna de pena que de censura: a minoridade redentora em *Lucíola* de José de Alencar. In: *Anais do IX Seminário Nacional Mulher e Literatura.*, 2002

_____. Mulheres que não são de Atenas: *Lucíola*, de José de Alencar e a pedagogia do feminino. *Revista Acervos literários*, Mariana, v. 2, n. 1, 2002.

_____. Projeto Brasil: Nacionalismo e literatura em sua idade de ouro. *Revista Acervos Literários*, Mariana, v. 3, n. 2, 2003.

_____. Transes e trânsitos: o entre-lugar e a intelectualidade brasileira. *Passages de Paris*, Paris, v. 1, p. 42-52, 2005.

PALTY, Elias José. Entre a natureza e o artifício: a concepção de nação nos tempos da independência. *Lua Nova*, São Paulo, 81: 17-45, 2010.

_____. The Problem of "Misplaced Ideas" Revisited: Beyond the "History of Ideas" in Latin America. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, No. 1 (Jan., 2006), pp. 149-179.

PELLOGIO, Marcelo. *José de Alencar e as visões de Brasil*. Doutorado, letras, UFF, 2006.

_____. Santiago Nunes Ribeiro e José de Alencar: filhos presentes da literatura brasileira. *Nonada*. Letras em Revista, v.1, n. 13 (2009).

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. *O tempo e o palimpsesto: memória, mito, ficção e História em José de Alencar*. Dissertação. UFF, 2001.

PEREIRA, Elvya Shilvia Ribeiro. Um fabulador da nacionalidade: José de Alencar. *Sitientibus*. Feira de Santana, 14, p.95-122. 1996.

PESAVENTO, Sandra J. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In. PESAVENTO, Sandra J.; LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: ed. Unicamp, 1998. P. 17-38.

PESAVENTO, Sandra J.; LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: ed. Unicamp, 1998.

PIGLIA, Ricardo. Memória y tradición. *Revista do 20*. Belo Horizonte: Congresso da Abralic, UFMG, 1990. P. 60-66.

PINTO, Maria Cecília Queiroz de Moraes. A nacionalidade. In. _____. *Alencar e a França: perfis*. São Paulo: Annablume, 1999. Capítulo I, p. 31-58.

QUEIROZ, Maria José de. O Indianismo. In. _____. *Do indianismo ao indigenismo nas letras hispano-americanas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1962. p. 22-94.

RAMA, Carlos. *La historia y la novela y otros ensayos historiográficos*. Buenos Aires: Editorial Nova, s. d.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 2, p. 159-177, 2007.

RIZZO, Ricardo. *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*. Dissertação. Ciência política, USP, 2007.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *José de Alencar – o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. (Os que fazem a história).

RODRÍGUEZ MONEGAL, E. La novela histórica: otra perspectiva. In: GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, R. (comp.) *História e ficción en la narrativa hispanoamericana*: Colóquio de Yale. Caracas: Monte Ávila, 1984.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*. N. 02. março, 2009. P. 163-209.

SALMI, Hannu. Film as historical narrative. *Film-Historia*, Vol. V, No.1 (1995): 45-54.
SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. *Tempo*, 2007, vol.12, no. 23, p.39-55.

SANTIAGO, Silviano. Liderança e hierarquia em Alencar. IN. *Vale quanto pesa: Ensaios sobre questões político-culturais*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 89-115.

_____. *Iracema, o coração indômito de Pindorama*. In: *Personae*. Mota & Abdala Jr. (org.). São Paulo: SENAC, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868, Reforma eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. 1992. 245p. Dissertação (mestrado em história social). Faculdade de Filosofia letras e ciências humanas -Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHOEN, Maria Tereza Bueno S. G. *O Guarani de José de Alencar: uma história de amor e a construção de uma nação*. *Emblemas – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC* v.7, n 1 (2010) 229-239 .Catalão.

SCHWAMBORN, Ingrid. *Die brasilianischen Indianerromane “O Guarani”, “Iracema”, “Ubirajara” von José de Alencar*. Bonner romanistische Arbeiten; Bd. 22. Frankfurt am Main; Bern; New York; Paris: Lang, 1987.

SCHWARTZ, Lília Moritz. *As Barbas do imperador*. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2 ed. 3 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Um debate com Richard Graham ou “com Estado mas sem Nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. *Diálogos*, DHI/UEM, v.5, n.1. P.53-74, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria duas cidades/ed. 34, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Machado de Assis e a história do Brasil: algumas especulações. In. GLEDSON, John. *Machado de Assis – Ficção e história*. 2 ed rev. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 293-318.

SERRA, Tânia R. C. Indianismo: evasão e participação no romantismo brasileiro. *Cerrados: revista do curso de pós-graduação em literatura*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-46, 1992.

_____. Língua “brasileira” e nacionalismo no romance romântico de José de Alencar. *Outros Ensaios*. Home Page do GT História da Literatura. Porto Alegre. Disponível: <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/serra5.htm>. Acesso em 27 jan 2004.

_____. Utopia e hegemonia no indianismo. In. *Cerrados*, Brasília, 5, 1996. p. 113-118.

SILVA, Carlos. Fóssil vivo. In. *Temas de paleontologia*. Disponível em: <http://webpages.fc.ul.pt/~cmsilva/Paleotemas/Fossilvivo/Fossilvivo.htm>. Acesso em 12/07/2011.

SILVA, Daniel Pinha. *Como e porque sou moderno: O lugar do passado no pensamento crítico de José de Alencar*. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Flávia Da. *Análise do discurso poético mítico da personagem Iracema de José de Alencar*. Dissertação. PUC-SP, 2009.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e (ed. e notas por José Américo Miranda e Maria Cecília Bruzzi Boechat). *Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG, 2001.

SITI, Walter. O romance sob acusação. In. MORETTI, Franco. *O romance: A cultura do romance* (vol.1). Rio de Janeiro: Cosac & Naif, 2009. P. 165-195.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira – seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Foundational fictions: the national romances of Latin America*/Doris Sommer; Berkeley, Calif. : University of California Press, 1993.

_____. Pelo amor e pela pátria – Romance, leitores e cidadãos na América Latina. IN. MORETTI, Franco. *O romance: A cultura do romance* (vol.1). Rio de Janeiro: Cosac & Naif, 2009. P. 309-333.

STUMPF, Roberta G. Os critérios hierárquicos na sociedade colonial: reflexões para um estudo da nobreza da terra americana. *Revista Múltipla*, Brasília, 10(20): 65-79, junho-2006.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui – o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SZKLO, G. S. O espírito de nacionalidade e José de Alencar – estudo de literatura brasileira. *Revista da Faculdade de letras da UFRJ*, V. 3, 1987. P. 446-457.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes – O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. São Paulo, Nankin/Edusp, 2008.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Tese, 2009.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Eduardo. O Conceito de epopéia em José de Alencar. In. <http://revistabrasil.org/revista/artigos/eduardo2.html>. Acesso em 12/03/2010.

VOLPE, Maria Alice. A teoria da obnubilação brasílica na história da música brasileira: Renato Almeida e a “Sinfonia da Terra”. In. *Música em perspectiva*. V.1, n.1, março de 2008, p.58-71.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Religião e identidade em *Iracema* de José de Alencar. *Ensaios de semiótica*. N. 18-20, p.209-225. 1978.

WASSERMAN, Renata R. Mautner. *Exotic nations – literature and cultural identity in the United States and Brazil, 1830-1930*. Ithaca: Cornell University, 1994.

WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. In: *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UFF-UGF, 1994, p. 111-139.

WHITE, Hayden. Historicismo, história e a imaginação figurativa. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP/Universidade de São Paulo, 1994. P.116-136.

_____. *Meta-história*. Trad. José L. de Melo. São Paulo: EDUSP, 1990.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo, EDUSP/Universidade de São Paulo, 1994. P. 97-115.

_____. Teoria literária e escrita da história. In. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.

ZILBERMAN, Regina. A fundação da literatura brasileira. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. N.2, p. 59-67. 1994.

_____. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* – v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006.

_____. Romance Histórico, história romanceada. In. AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Gardini (orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. P. 172-192.